

FRANCISCO DE ASSIS LAUANDE JUNIOR

Brasília: a praça dos Três Poderes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do grau de Mestre na Área de Teoria História e Crítica da Arquitetura.

Orientador: Professor Doutor Antônio Carlos Carpintero

Aprovada em 11 de Julho, de 2008, pela Comissão Examinadora

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Antônio Carlos Cabral Carpintero

Prof. Dr. Hugo Massaki Segawa

Prof. Dr. Frank Algot Eugen Svensson

*Meus agradecimentos ao DER-DF e à
Coordenação de projetos de arquitetura
da Câmara dos Deputados*

Aos meus pais, pelos caros investimentos na minha vida.

*Ao casal Moura e Têca e filhos, pelo
apoio afetivo fundamental e
incondicional ao longo dos anos.*

Ao meu professor orientador.

RESUMO

O principal objetivo desta dissertação é o de compreender a idéia imaginada por Lucio Costa para a praça dos Três Poderes no projeto do Plano-Piloto de Brasília. Para tal, três momentos foram considerados: o que foi imaginado; a obra construída e inaugurada em 1960; e a obra modificada ao longo dos anos.

Buscou-se ainda, através de uma pesquisa sobre as praças ao longo da História, compreender as referências do ponto de vista plástico-espacial utilizadas para a praça dos Três Poderes, tanto na idéia pretendida como no que foi interpretado.

Utilizando-se um tratamento qualitativo de medidas, as situações consideradas foram comparadas no que diz respeito, principalmente aos aspectos morfológicos.

A praça construída e inaugurada em 1960 respeita de forma considerável as características morfológicas identificadas na idéia imaginada. As modificações realizadas acabaram por desvirtuá-las de forma irremediável.

Palavras-chave: Praça dos Três Poderes . Plano-Piloto . Brasília . Lucio Costa . Oscar Niemeyer.

ABSTRACT

The main goal of this dissertation is to understand the idea planned by Lucio Costa for the Square of The Three Powers for the project of Pilot Plan in Brasília. In order to do so, three steps were taken into account: what it was imagined, the construction itself inaugurated in 1960 and its modification carried out throughout the years.

By the means of a historical research on squares, this paper tries to understand the point of view of plastic-spacial references used for the Square of the Three Powers, in its intended and interpreted idea.

Using a qualitative treatment of measures, the considered situations have been compared mainly in its morphological aspects.

The square constructed and inaugurated in 1960 respects, in a considerable way, the morphological aspects identified in the imagined idea. The further modifications resulted in irreparable changes in the original project.

Key-words: The Square of the Three Powers. Pilot Plan. Brasilia. Lucio Costa. Oscar Niemeyer.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	2
CAPÍTULO I.....	12
UM BREVE HISTÓRICO DAS PRAÇAS.....	12
• 1.1 <i>As praças na Europa</i>	12
• 1.2 <i>As praças no Brasil</i>	24
• 1.3 <i>As praças em Brasília</i>	32
CAPÍTULO II.....	50
A PRAÇA DOS TRÊS PODERES E A IDÉIA PARA O PLANO-PILOTO.....	50
• 2.1 <i>O processo histórico</i>	50
• 2.2 <i>O sítio físico</i>	54
• 2.3 <i>O projeto para o Plano-Piloto</i>	58
CAPÍTULO III.....	67
A PRAÇA IMAGINADA.....	67
CAPÍTULO IV.....	97
A PRAÇA CONSTRUÍDA E INAGURADA EM 1960.....	97
CAPÍTULO V.....	126
A PRAÇA MODIFICADA.....	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	147
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	164
APÊNDICE.....	167

INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é o de pensar e estudar a idéia de Lucio Costa para a praça dos Três Poderes, partindo-se do princípio de que ela é uma das obras arquitetônicas mais importantes, pelo menos, no século XX. Como conseqüência, entendeu-se que era o momento de realizar uma abordagem mais minuciosa a seu respeito. Ademais, não se tem notícias de que, até o momento, essa obra tenha sido o objeto central de algum trabalho acadêmico ou, nos títulos consultados, que ela tenha merecido o devido aprofundamento.

Cabe ainda, como não menos necessário salientar, que esta pesquisa pretende prestar uma contribuição aos trabalhos que vêm sendo realizados pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade de Brasília para investigar a idéia do Plano-Piloto, que ainda carece de uma maior compreensão, mesmo já consumados mais de cinqüenta anos desde a realização do concurso de idéias que escolheu o projeto para a nova capital.

Dentro da metodologia adotada o tratamento quantitativo dos dados coletados sobre o objeto de estudo, foi utilizado para a sua interpretação, permitindo realizar considerações sobre os seus aspectos morfológicos e os tipológicos.

A pesquisa levou em consideração de que para um estudo devidamente acurado sobre a praça dos Três Poderes, três momentos deveriam ser considerados: a idéia imaginada, a obra inaugurada em 1960, e o espaço com as intervenções realizadas ao longo dos anos. A dissertação contém ainda uma comparação entre essas situações.

Assim com relação à idéia imaginada, os *croquis* feitos por Costa, correspondentes à praça dos Três Poderes, foram digitalizados, servindo, a posteriori, como base, em um outro software¹, para a montagem dos desenhos que possibilitaram a coleta dos dados. No caso da obra construída, foram estudados, primeiramente, os levantamentos da praça em planta baixa². Utilizou-se ainda um programa de informática específico que possibilita tanto a visualização de imagens feitas por satélite como a coleta de medidas³.

Levando-se em consideração de que como a maior parte dos desenhos de Costa foi feita à mão livre e que há a possibilidade da existência de pequenas imperfeições, principalmente, nos desenhos correspondentes ao

¹ Os croquis, após o processo de digitalização, foram transformados em arquivos tipo JPG e exportados para o programa CAD (Computer Aid Design), versão 2006, onde serviram de base para os desenhos, em escala, utilizados no estudo (por indicação da orientação).

² O levantamento, em desenho digitalizado, da praça dos Três Poderes, incluindo os edifícios, foi fornecido pela seção de projetos da Câmara dos Deputados. Foram utilizados ainda os levantamentos, em desenho digitalizado, do acervo do Sistema Cartográfico do Distrito Federal (SICAD), fornecidos pela seção de engenharia do DER-DF.

³ Para a visualização das fotos da praça dos Três Poderes feitas por satélite, foi utilizado o programa de informática Googleearth, disponível no site www.google.com.br.

levantamento da obra executada, as medidas coletadas, em grande parte, são estimadas. Foram realizadas ainda observações *in loco* e uma minuciosa medição de algumas construções e elementos existentes na praça. Com o intuito de confirmar as interpretações feitas pelo autor em relação aos desenhos e de buscar informações que neles não estivessem explicitadas, o trabalho considerou os escritos de Costa sobre a obra em questão – tanto o que consta no memorial do Plano-Piloto, assim como, o que foi escrito por ele em outras ocasiões.

Como o principal local para a observação da obra foi tomado um ponto que corresponde ao centro da praça. A direção norte foi utilizada como referencial para a indicação da localização das construções e dos demais elementos, por ser ela, a norma universal utilizada na representação do projeto de arquitetura, para registrar a sua orientação relativa aos pontos cardeais⁴.

Faz parte da dissertação, como um dos seus pontos fundamentais, uma pesquisa sobre a praça como um tipo de espaço urbano e as suas mudanças do ponto de vista plástico-espacial ao longo dos principais períodos da história. Para tal, considerou-se como referências praças construídas em algumas cidades da Europa. Essa parte da pesquisa teve como objetivo ainda, o de averiguar possíveis filiações, no que diz respeito à linguagem plástica, da idéia de Costa

⁴ A direção norte considerada na pesquisa corresponde ao eixo perpendicular à fachada principal do palácio do Planalto, que está a 23° do Norte Geográfico e a 42° do Norte Magnético.

para a praça dos Três Poderes. Assim sendo, em conformidade com o pensamento de Milton Santos que nos ensina:

[...] cada disciplina, cada campo do conhecimento, antes de fazer análises sobre os eventos que possivelmente lhe são pertinentes, deveria debruçar-se sobre a definição do seu objeto fundamental, assim como os conceitos e instrumentos intelectuais que lhe são pertinentes ⁵.

Muitas são as interpretações do que venha ser uma praça como espaço urbano, tornando-se difícil encontrar entre os estudiosos do urbanismo uma mesma definição. Quando consultados os principais dicionários da língua portuguesa, encontramos os seguintes verbetes: *“lugar público cercado de edifícios, mercado, feira, conjunto das instituições comerciais e financeiras de uma cidade”*, no “Novo dicionário Aurélio Buarque de Holanda” ⁶. Já no “Dicionário “Houaiss da Língua Portuguesa” ⁷, os sinônimos são: *“área urbanizada, arborizada para descanso e lazer; comunidade comercial e financeira de uma cidade”* ⁸. Os autores Fábio Robba e Silvio Soares Macedo, na obra “Praças brasileiras”, assumiram desta forma a definição do termo:

⁵ Apud DUARTE, Fábio. **Crise das matrizes espaciais**. 1ª ed.. São Paulo: Perspectiva, 2002, p.64.

⁶ HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 2ª ed..Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p. 1376.

⁷ HOUaiss, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Houaiss dicionário da língua portuguesa**. 1ª Ed..Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 352.

⁸ Em nenhuma dos dicionários consultados a palavra “espaço” é usada.

“praças são espaços livres públicos urbanos destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos”⁹. Já na explicação do autor Nelson Saldanha, na obra “O jardim e a praça”:

[...] a praça é pensada como um espaço amplo, que se abre, na estrutura interna das cidades, como uma confluência de ruas, ou de qualquer sorte uma interrupção nos blocos edificados. Um espaço onde, em geral, encontram-se as árvores, bancos, eventualmente monumentos, em alguns casos, pequenos lagos artificiais¹⁰.

Esta dissertação considera a interpretação de que a praça dos Três Poderes é formada pelo espaço central e os demais livres, circundados pelos edifícios dentro do grande triângulo equilátero, pois entendeu-se que foi dessa forma como Costa referiu-se à sua obra, tanto através dos seus escritos como por intermédio dos *croquis*.

Como parte importante da pesquisa relevou-se o contexto histórico da época em que o projeto para a praça dos Três Poderes foi concebido, com a intenção de identificar possíveis relações entre ele e o partido

⁹ ROBBA, Fábio; MACEDO; Silvio Soares. **Praças brasileiras**. 2ª ed.. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 17.

¹⁰ SALDANHA, Nelson. **O jardim e a praça**. 2ª ed.. Rio de Janeiro: Atlântica, 2005, p.13

adotado para a obra. Fábio Duarte, na obra “Crise das matrizes espaciais”, cita o pensamento de Henri Lefébvre que nos compreender o espaço urbano como “morfologia social”¹¹. Duarte ao corroborar o filósofo afirma: *“existem cargas culturais temporalizadas e localizadas [...] o lugar marca uma posição no espaço, é certo, mas sobretudo uma posição cultural”*¹² (sic).

A pesquisa corrobora os que acreditam que Lucio Costa foi o personagem mais importante, pelo menos no Brasil, como seguidor dos princípios da arquitetura modernista e um nome de grande significado em nossa cultura no último século. Através da idéia para a praça dos Três Poderes procurou-se reconhecer seus ensinamentos sobre arquitetura e, por conseguinte, valorar o legado deixado por ele como arquiteto no exercício da reflexão teórica, além da práxis. Parafraseando Maurício Puls, na obra “Arquitetura e filosofia”¹³, uma das esferas da atividade humana é a teórica, voltada para a produção de signos ou linguagem.

A idéia para o Plano-Piloto pode ser considerada o trabalho mais significativo de Costa, em que pese a dimensão física, é a importância simbólica

¹¹ Aspas do autor citado.

¹² DUARTE, Fábio. **Crise das matrizes espaciais: arquitetura, cidades, geopolítica, tecnocultura**. 1ª Ed.. São Paulo: Perspectiva, P. 38 a 65.

¹³ PULS, Maurício. **Arquitetura e Filosofia**. 1ª ed.. São Paulo: Anna Blune, 2006, p.11. (Trecho original: [...] a atividade humana se divide em duas esferas, a práxis material e a teórica. A primeira delas, voltada para a obtenção de bens, é o trabalho; a segunda, voltada para a produção de signos, é a linguagem).

derivada da sua função como projeto para a nova capital da república que impõe a essa obra um significado de grande valor histórico, na arquitetura. O Plano-Piloto pode ser considerado ainda um dos seus trabalhos-síntese, onde o pensamento - como produto do conhecimento acumulado - e a ação na realização do projeto arquitetônico e urbanístico interagem de forma densa e bastante substancial. Tal consideração apóia-se na perspectiva epistemológica do “ciclo de conhecimento”, baseada no pensamento de Caio Prado Jr., onde o pensamento dirige a atividade. O segundo é o condicionante do primeiro. O pensamento, por sua vez, elabora o conhecimento e é por intermédio deste que ele é então, orientado ¹⁴.

Sem buscar um aprofundamento sobre o pensamento de Niemeyer, como arquiteto, a pesquisa limitou-se em utilizar, especialmente, os seus comentários proferidos relativos à sua participação na obra em questão.

Outra motivação para o tema escolhido encontra-se em um assunto de grande interesse nas discussões contemporâneas dentro da esfera do urbanismo: os **espaços públicos**, que são parte fundamental da problemática oriunda do fenômeno da privatização da vida social nos grandes centros urbanos e suas estreitas ligações com aspectos políticos e econômicos. Para o arquiteto

¹⁴ C.f. PRADO, Caio Jr. **Dialética do conhecimento**. 2ª ed.. São Paulo: Brasiliense, 1980, p.51.

Paulo Mendes da Rocha: “o urbanismo nos leva, inevitavelmente, às questões relacionadas à ética”¹⁵.

As cidades são construídas para, essencialmente, celebrar a vida humana em coletividade. A arquitetura é um dos meios de supirmos nossas necessidades espirituais como capacidade de expressão imanente, sendo ela uma das formas de entendimento das ações do homem como ente social na medida em que pode assumir o papel de um elemento simbólico-comunicacional¹⁶.

Dissertar sobre a praça dos Três Poderes é, com efeito, uma forma de alcançarmos a dimensão de nossa existência no nível coletivo. O arquiteto, dentro da sua qualidade como humanista tem, como consequência, um comprometimento irredutível com a essência do seu ofício, cujos verdadeiros subsídios para a produção são: o homem, a sociedade, e a cultura. Sobre a relação existente entre a arquitetura e a estrutura social empresto mais uma vez as palavras de Puls:

¹⁵ Declaração retirada de uma entrevista à GLOBO NEWS concedida por Paulo Mendes da Rocha, em Dezembro de 2007.

¹⁶ C.f. ECO, Umberto. **Estrutura ausente**. Tradução: Eliana Aguiar. 1ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1971. Umberto Eco em sua obra refere-se à arquitetura como um tipo de elemento comunicacional. Esse termo é aqui somado à palavra “simbólico” como forma de reforçar tal conceito.

[...] a arquitetura constitui um discurso forte: a conversão de uma mera construção numa obra arquitetônica começa com uma apreciação individual, mas somente se consolida quando outros sujeitos reconhecem, naquele objeto, um patrimônio que possui um significado extra-individual: a obra de arte é um produto da coletividade [...] o que a arte faz é tornar visível aquilo que está invisível: a arquitetura espelha a estrutura social, separando dominantes e dominados, aliados e adversários.¹⁷

A estrutura de apresentação desta dissertação, em seus capítulos, faz, implicitamente, uma analogia às etapas que envolvem o desenvolvimento de um projeto de arquitetura, de modo a ilustrar o que, de fato, consagra a diferença primordial entre o que é uma obra arquitetônica e uma mera construção. Sendo assim, a dissertação segue uma seqüência que se inicia com a abordagem sobre a natureza do objeto de estudo: a praça como um espaço urbano. Tomou-se em consideração, portanto, a propedêutica do projeto de arquitetura na sua fase de execução: a pesquisa sobre questões relativas à funcionalidade e à linguagem plástica concernentes a cada tema abordado e desenvolvido. A pesquisa abrange, nessa parte do trabalho, as praças executadas até o período da arquitetura modernista. Em seguida, são relevados outros aspectos que podem vir a

¹⁷ PULS, Maurício. **Arquitetura e Filosofia**. 1ª ed.. São Paulo: Anna Blume, 2006, p. 13 a 22.

constituir a urdidura dos conceitos formuladores de um partido arquitetônico, como os econômicos, políticos e sociais.

Os capítulos centrais são dedicados ao projeto propriamente dito: o que foi concebido e a obra construída. Sobre a idéia imaginada, algumas interpretações do autor são feitas de forma livre, considerando a forma como os desenhos foram representados.

Capítulo I

UM BREVE HISTÓRICO DAS PRAÇAS

*“O humano se encontra no espaço privado e também no público:
o chegar da rua é um retorno aos retângulos domésticos,
o sair à rua é uma continuação dos passos dados na sala”*

Nelson Saldanha

1.1 As praças na Europa

A idéia que guardamos, até hoje, do que seja uma praça – um lugar aglutinador da vida social - pode ser considerada a evolução do conceito de um tipo de uso do espaço urbano que tem origem na Grécia, nos tempos de Péricles¹⁸: a Ágora (Imagem 1.1). Segundo Sennett, foi nesse período que surgiu

¹⁸ O Consolidador da democracia em Atenas.

a concepção da cidade como um organismo de cooperação solidificada pela socialização na vida cotidiana promovida, especialmente, pelos espaços públicos, ou nas suas palavras: “*o lugar onde reinava a harmonia entre a carne e a pedra*”¹⁹. A Ágora, o espaço da vida política em Atenas, servindo ainda como um local para a atividade comercial, acabou por contribuir para a definição do pensamento ocidental sobre a praça como um tipo de espaço urbano público²⁰. Sobre esse espaço, Sennett descreveu assim, o seu significado para os gregos:

[...] na ágora, criada pelos que estavam em condições de participar, realizavam-se inúmeras e diversificadas atividades concorrentes, num caos quase completo. Havia danças religiosas no terreno descoberto e regular, chamado *orkhestra*; atividades financeiras transcorriam em mesas postas ao sol, onde os banqueiros sentavam-se de frente para os seus clientes. Os ritos religiosos eram celebrados ao ar livre e em uma espécie de santuário, ou recinto sagrado, chamado “Doze Deuses”, ao norte do lugar das danças. Os pórticos eram palco para comer e negociar, tecer mexericos e cumprir obrigações religiosas; alinhadas do oeste em direção ao norte da agora, protegidas do vento pelas paredes dos fundos, e com suas colunatas, à frente, abertas ao sol, elas eram freqüentadas mesmo durante o inverno

¹⁹ SENNETT, Richard. **Carne e pedra**. Tradução: Marcos Aarão Reis. 3ª ed.. São Paulo: Record, 2003, p.31.

²⁰ No edifício denominado Tholos, aconteciam os debates sobre a vida no seu cotidiano, enquanto no anfiteatro Pnice os cidadãos podiam expressar seus pensamentos nas assembléias ou participar nas votações.

[...] a evolução da democracia ateniense deu forma às superfícies e às proporções da *Ágora*, pois o movimento possível em espaços simultâneos favorecia uma participação mais intensa. Transitando entre diversos grupos, podia-se tomar conhecimento do que acontecia na cidade e trocar idéias sobre os mais variados assuntos ²¹.

Corroborando Sennett, Saldanha refere-se assim sobre a *Ágora*:

[...] os gregos diziam que havia povos com *ágora* e povos sem *ágora*, uns com liberdade e outros sem liberdade. Naquele espaço central, situavam-se os elementos da vida pública: cenário, atores, ação. Nele estavam os debates e as facções, as queixas e as decisões, e sobretudo a palavra como componente da dimensão pública: ao fazer-se pública a palavra, publicava-se a condição do homem. A polis, quase literalmente, teria tido na *ágora* a sua pulsação (sic) ²².

Além da *Ágora*, cabe citar o caso do Foro Romano (Imagem 1.2):

um conjunto seqüencial de edificações religiosas, civis, espaços abertos e praças ²³, onde se dava ainda a atividade comercial. Leonardo Benévolo, na obra

²¹ SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. Tradução: Lygia Araújo Watanabe. 8ª ed.. São Paulo: Companhia das letras, 2002, p.48.

²² SALDANHA, Nelson. **O jardim e a praça**. 2ª ed.. Rio de Janeiro: Atlântica, 2005, p.57.

²³ MORRIS, A. E. J. **História de la forma urbana. Desde sus orígenes hasta la Revolución Industrial**.

“História da cidade”, considerando o que reza a lenda, credita a Sêrvio Túlio a formação de Roma em um sítio que incluía sete colinas e que foi dividido em quatro regiões: a Suburbana, que compreende o Célio; a Esquilina, incluindo o Esquilino, o Ópio e o Cispio; a Colina, compreendendo o Viminal e o Quirinal; e a Palatina, que inclui o Palatino. No vale central entre as quatro regiões um terreno antes encharcado, escavou-se a Cloaca Máxima, onde se formou o Foro Romano ²⁴. Segundo A.E.J Morris dentro da malha irregular de Roma, que sofreu várias intervenções de acordo com a topografia, cada foro era planejado segundo a vontade dos imperadores.

Foi a partir da Idade Média que a praça passou a imprimir de maneira definitiva uma identidade para a cidade. De forma semelhante ao que acontecia na Ágora de Atenas, as praças medievais eram locais onde se exerciam as atividades sociais cotidianas, principalmente, a comercial – um ponto de convergência da produção campesina oriunda também de outras localidades mais distantes. Nelas as festividades culturais populares transformavam-se em uma tradição local. A praça da Idade Média, na grande maioria dos casos, assumia um aspecto “seco”. A massa humana é o que lhe dava vida.

Colección: Arquitectura/Perspectivas. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1984, p. 68 a 71.

²⁴ C.f. BENÉVOLO, Leonardo. **História da cidade**. Tradução: Silvia Mazza. São Paulo: Perspectiva, 4ª ed., 2007.

Na cidade da Alta-Idade Média, segundo Benévolo, os espaços públicos e privados não estão diferentemente da cidade antiga, em áreas contíguas e separadas. Eles compartilham um espaço público comum, onde o poder civil está lado a lado com o poder religioso ²⁵.

Hugo Segawa, ao utilizar como referência a obra de Paul Zucker: “*Town and square*”, em “Amor ao público”, apresenta a seguinte classificação para as praças medievais: a de mercado; a de entrada; a de situação central na cidade (adro da igreja); e as agrupadas, distinguidas pela relação das de mercado e as das igrejas, conforme a sua posição na cidade ²⁶. Entre as praças desse período que merecem citação duas estão executadas na Itália: a *piazza del Campo* em Siena (Imagem 1.3) e a praça de São Marco, em Veneza (Imagem 1.4).

A partir dos séculos XV e XVI foram incorporadas ao desenho da praça intenções simbólicas determinadas. De acordo com Segawa: “*as muitas cidades ideais*” dos artistas do Renascimento simbolizavam uma ordem política

²⁵ BENÉVOLO, Leonardo. **História da cidade**. Tradução: Sílvia Mazza. São Paulo: Perspectiva, 4ª ed..2007, p. 260.

²⁶ Apud SEGAWA, Hugo. **Amor ao público: jardins no Brasil**. 1ª Ed.. São Paulo: Nobel, 1996, p.32.

*materializada numa estrutura arquitetônica, esquemas lógicos que contemplavam as aspirações das cidades-estados”*²⁷.

Cabe lembrar que foi no período do Renascimento que surgiu a perspectiva como técnica de representação. Benévolo, baseando-se na opinião de outros autores, coloca como hipótese a de que a criação desse método geométrico pode ser creditada a Brunelleschi²⁸. Sobre a perspectiva Fábio Duarte afirma: *“a perspectiva determina um espaço modulado”*²⁹, que para Benévolo *“ainda necessitava de limites, de pontos finais de apoio”*³⁰. Entre as obras mais representativas desse período está a praça do Campidólio (1538-1560), de autoria de Michelangelo, encomendada pelo Papa Paulo III (Imagem 1. 5). Em seu centro, servindo como um ponto focal há uma estátua de bronze, cuja base foi projetada também por Michelangelo.

No período Barroco o urbanismo passou a imprimir espaços hierarquizados e com uma percepção de considerável dinamismo. Utilizando o parque de Versalhes como exemplo da linguagem barroca, Benévolo nos ensina:

²⁷ SEGAWA, Hugo. **Amor ao público: jardins no Brasil**. 1ª Ed.. São Paulo: Nobel, 1996, p.34.

²⁸ BENÉVOLO, Leonardo. **História da cidade**. Tradução: Silvia Mazza. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 416.

²⁹ DUARTE, Fábio. **Crise das matrizes espaciais: arquitetura, cidades, geopolítica, tecnocultura**. 1ª ed.. São Paulo: Perspectiva, 2002, p.33.

³⁰ BENÉVOLO, Leonardo. **A cidade e o arquiteto**. Tradução: Atílio Cancian. 2ª Ed. São Paulo, 2004, p.27.

“a perspectiva liberta-se no barroco, com seus raios partindo de um ponto, mas estendendo-se ao infinito [...] (Versalhes) seus jardins, suas ruas, fileiras de esculturas e planos d’água estendem-se em linhas que não encontram barreiras até se perderem na floresta, no infinito”³¹.

Na praça do período Barroco ainda era o homem que lhe imprimia vida. Entretanto, outras funções foram incorporadas como, por exemplo, o de valorizar construções próximas a ela. É o caso da praça em frente à basílica de São Pedro, de autoria de Bernini (1656 a 1667), cuja disposição das colunas permite a apreciação da cúpula de Michelangelo que coroa a obra, da mesma forma, mimetizando-a a sua maneira. (Imagem 1.6). Para Segawa essa praça representa o: “*marco da ruptura da escala renascentista da praça*”³². Outro exemplo que merece citação é a praça Annunciata, de autoria de Filippo Brunelleschi em Florença, que presta-se como um “adro” em frente ao *Ospedale degli Innocenti* (Imagem 1.7).

A partir do século XVIII a vida no campo e na cidade passou a assumir características diferenciadas, resultantes do fortalecimento do capitalismo mercantil. Daí decorrendo uma crescente e nova importância valorativa para os centros urbanos e para as suas praças, desde que a cidade

³¹ BENÉVOLO, Leonardo. **A cidade e o arquiteto**. Tradução: Atílio Cancian. 2ª Ed. São Paulo, 2004, p.27.

³² SEGAWA, Hugo. **Amor ao público: jardins no Brasil**. 1ª Ed.. São Paulo: Nobel, 1996, p.37.

passou a assumir e centralizar em parte nelas, cada vez com maior intensidade, este novo poder de comando capaz de dar início a ruptura cidade-campo.

Os pensadores das cidades desse período buscavam valorizar, principalmente, os sistemas que viessem a facilitar, por exemplo, uma melhor qualidade de vida nas maiores concentrações urbanas. A cidade passou a ser pensada com uma estrutura bem mais complexa, cuja parte dinâmica - a locomoção de um modo geral - deveria desenvolver-se, analogicamente, como as artérias do corpo humano - pensamento que influenciou, bem mais tarde, o conceito imposto do que conhecemos como a cidade modernista. De acordo com Sennett, foi ainda nesse período da história que surgiu um novo arquétipo da felicidade: a vida no campo, representada nas cidades pelas praças, como um simulacro da natureza. Assim esta valorização passou a ser uma prerrogativa necessária para a mensuração da qualidade de vida e, ainda mais, um diferencial de posição na divisão de classes sociais (Imagem 1.8). As *vilas* na Europa eram, com efeito, a casa da burguesia no campo. Sobre a relação entre os jardins e as praças com a vida social, Sennett nos ensina:

[...] na Paris do século XVIII, nada surpreendia mais do que essa vasta praça a seu frondoso jardim. Naquela época, quando pouco se sabia a respeito da fotossíntese, bastava respirar para sentir seus efeitos. A praça Luis XV transformou-se numa selva urbana, na qual as pessoas se embrenhavam para limpar os

pulmões, longe das ruas [...] as autoridades parisienses, em 1765, por exemplo, analisaram diversos projetos alternativos com vistas à construção de um jardim mais acessível ao povo da cidade [...] o movimento através do pulmão da cidade deveria ser uma experiência sociável³³.

No século XIX, segundo Benévolo, surgiram novas e importantes relações entre o poder público e a propriedade privada nas cidades, privilegiando interesses da classe dominante. Esse acabou por gerar a necessidade de novos planos reguladores de forma a proporcionar a integração entre os espaços públicos e os espaços privados através de uma ocupação regulamentada³⁴. Na Europa foram criadas as primeiras leis prevendo a desapropriação em função de interesses de utilidade pública, além das leis sanitárias – na Inglaterra (1848) e na França (1850) -, que resultaram em transformações significativas nas cidades. A natureza "profilática" do urbanismo e os interesses, especialmente, os econômicos, juntaram-se de forma a reunir em um conjunto de princípios que transformaram de forma significativa o espaço urbano.

Cabe citar, referente a esse período, as propostas para Paris formuladas por Georges-Eugène Haussmann (1809-1891) sob o signo

³³ SENNETT, Richard. **Carne e Pedra**. Tradução: Lygia Araújo Watanabe. 8ª ed... São Paulo: Companhia das letras, 2002, p.223.

³⁴ C.f. BENEVOLO, Leonardo. **A cidade e o arquiteto**. Tradução Attilio Cancian. 2ª ed.. São Paulo: Perspectiva, 2004, p. 34 a 36.

iluminista, que em muito influenciaram as intervenções feitas nas cidades brasileiras a partir do período republicano e cuja estética pode ser ainda identificada na idéia de Costa para o Plano-Piloto, ao percebermos os seus eixos. O trabalho de Haussmann é caracterizado, principalmente, pelo traçado eminentemente retilíneo e racionalista que buscava a transformação de um adensamento excessivo nos pontos centrais da cidade, como forma de proporcionar salubridade e higiene nas formas de convivência nos espaços públicos.

Na Espanha, as idéias produzidas pelo engenheiro espanhol Ildefonso Cerdá (1815–1876) para Barcelona e Madrid, resultaram na “Teoria Geral da Urbanização”, publicada em 1867³⁵. Assim como Haussmann, Cerdá tomou como base para a formulação do seu pensamento as questões concernentes à salubridade dos espaços.

Entre as intervenções feitas nessa época cabe mencionar o eixo que compreende a avenida dos Campos Elíseos, no qual foi incorporada a praça da Concórdia. Projetada em 1765 para receber uma estátua de Luis XV ela foi escolhida em um concurso, com o propósito de glorificar o rei. Situada entre o

³⁵ C.f. CAPINTERO, Antônio Carlos. **Brasília: prática e teoria urbanística no Brasil, 1956-1998**. (tese Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998, p. 17.

jardim das Tulherias (Imagem 1.9) e os Campos Elíseos, essa praça passou a assumir o papel que lhe cabe até hoje: o de um *carrefour* em um dos pontos de referência nesse eixo.

Tomando o final do século XIX, as praças, como lecionou Sennett, deixaram de ser locais de encontro para assumirem, muito mais, a função de lugar de passagem, surgindo então, o conceito de praça ajardinada. Fenômeno, que segundo Sennett tem uma relação direta com o esvaziamento das guildas ³⁶ e o surgimento de uma classe operária, de acordo com a transição do capitalismo mercantil para o capitalismo industrial que caracterizou essa época. Ainda nesse período não apenas as praças, mas também os parques continuaram a representar o campo nas cidades, servindo de forma análoga como o seu “*pulmão*” – a população respiraria enfim, um ar mais puro (Imagem 1.10).

A cidade modernista (século XX) pode ser considerada uma resposta às condições de desequilíbrio da “cidade industrial”. Ela foi formulada para afirmar um novo pensamento, subvertendo os conceitos tradicionais do urbanismo. De acordo com Benévolo, o movimento modernista é derivante de uma análise científica e não, de uma análise política ³⁷. As justificativas do seu

³⁶ SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. Tradução: Lygia Araújo Watanabe. 8ª ed.. São Paulo: Companhia das letras, 2002, p.48. Guilda: uma associação com caráter de mutualidade entre artesãos ou artistas.

³⁷ BENÉVOLO, Leonardo. **A cidade e o arquiteto**. Tradução: Atílio Cancian. 2ª Ed. São Paulo, 2004, p.41.

pensamento, de certa maneira, assemelham-se aos dos urbanistas no século XIX, cuja preocupação primordial era o de ordenar e regulamentar a ocupação do espaço urbano.

As cidades que seguiram em seu desenho tal linguagem têm, grosso modo, como uma de suas principais características os espaços compostos por um jogo de cheios e vazios, onde invariavelmente o segundo prevalece sobre o primeiro (Imagem 1.11). A intenção fundamental era a de equilibrar os interesses privados e públicos através de uma rígida composição monofuncional atomizada. A cidade deveria ser mais controlável, inclusive face à especulação. O espaço urbano modernista deveria estar imune aos objetivos estranhos, que, porventura, viessem a desvirtuar a sua ordenação por funções pré-determinadas. Para caracterizar o pensamento estabelecido pelo movimento modernista utilizo este trecho escrito por Rebeca Sherer:

[...] o urbanismo funcionalista supunha a obrigatoriedade do planejamento regional e intra-urbano, a submissão da propriedade privada do solo urbano aos interesses coletivos, a industrialização dos componentes e a padronização das construções, a limitação do tamanho e da densidade das cidades, a edificação concentrada porém adequadamente relacionada com amplas áreas de vegetação. Supunha ainda o uso intensivo da técnica moderna na organização das cidades, o zoneamento funcional, a separação da circulação de veículos e pedestres, a

eliminação da rua-corredor e uma estética geometrizar (sic) ³⁸.

Assim a cidade modernista não privilegia a praça como um elemento articulador do tecido urbano. Nela a vegetação reforça isso sim, o conceito de cidade-jardim. A cidade deveria ser um grande parque.

1.2 As praças no Brasil

A praça tem no imaginário popular a imagem de um lugar de convívio geralmente construído em pontos centrais, caracterizada, principalmente, pela presença de vegetação e de lugares de estar, além de outros elementos compositivos. Entretanto, as primeiras praças construídas na época do Brasil-Colônia tinham como um de suas características o aspecto “seco”, seguindo a linguagem das praças européias medievais na Europa, especialmente, as de Portugal. Tomando a explicação de Robba e Soares, as cidades se desenvolviam em torno de estruturas religiosas e entrepostos comerciais³⁹ (Imagem 1.12), onde as praças assumiam o importante papel simbólico nos

³⁸ Le Corbusier. **Carta de Atenas**. Tradução: Rebeca Sherer. 1ª ed.. São Paulo:HUCITEC/EDUSP, 1993, p. 11. Texto de apresentação da autoria de. Tradução: Rebeca Sherer.

³⁹ ROBBA, Fábio; MACEDO; Silvio Soares. **Praças brasileiras**. 2ª ed.. São Paulo: EDUSP, 2003, p.20.

núcleos urbanos. Já os jardins e os quintais nas cidades coloniais estavam restritos às propriedades, como as religiosas ou residenciais ⁴⁰.

Sobre esse período Robba e Soares nos ensinam:

[...] o espaço deixado em frente aos templos é justamente o espaço de formação da praça. Conforme a povoação cresce, o adro da igreja se consolida como um elo entre a comunidade e a paróquia, o mais importante pólo da vila e o centro da vida sacra e mundana, pois atrai para o seu entorno as mais ricas residências, os mais importantes prédios públicos e o melhor comércio ⁴¹.

Utilizando as palavras de Nestor Goulart Reis Filhos, retiradas da obra “Evolução urbana do Brasil - 1500 a 1720”:

[...] as ruas nas cidades coloniais brasileiras eram concebidas como locais de passagem, como percursos para atingir as praças, que eram utilizadas como local de encontro e permanência. As ruas, mal cuidadas e cercadas por edifícios despreziosos, de início não eram vistas como importantes, para o urbanismo [...] as praças constituíam os pontos de atenção e focalização urbanística. Nelas eram construídas os principais edifícios

⁴⁰ Ibidem , p.23.

⁴¹ ROBBA, Fábio; MACEDO; Silvio Soares. **Praças brasileiras**. 2ª ed.. São Paulo: EDUSP, 2003, p.19.

públicos e religiosos. Nas praças se instalaram as atividades locais de interesse comum, como as feiras e os açougues ⁴².

Em 1808, a vinda da família imperial para o Brasil trouxe mudanças significativas à sociedade brasileira. Segundo Robert Moses Pechman: “*A quase-burguesia procurava espantar de si todas as marcas que remetiam para o mundo vulgar do trabalho, empobrecendo-se e constituindo-se em parcela do topo da hierarquia social*” ⁴³. A elite da sociedade nesse período enfim, passou a buscar posições áulicas valorizando a fidalguia, para diferenciá-la ainda mais das outras classes sociais. Ainda segundo esse autor: “*no Brasil, o urbanismo fugiu à política e se travestiu de pura técnica de controle dos problemas produzidos pela disfunção urbana*”. As cidades brasileiras dessa época eram caracterizadas pela forma “espontânea” e desordenada como cresciam, cuja preocupação primordial era a adaptação das obras à conformação do terreno.

De acordo com Segawa, foi em 1810 que surgiram diretrizes para controle da expansão urbana através de regras específicas instituídas por um ato da autoridade portuguesa. Com a vinda de D. João VI, foram construídos

⁴² REIS, Nestor Goulart. **Evolução urbana do Brasil - 1500 a 1720**. 1ª Ed.. São Paulo: Editora PINI, 2001, p. 133 a 134.

⁴³ PECHMAN, Robert Moses. **Cidades Estreitamente vigiadas: o detetive o urbanista**. 1ª ed. São Paulo: Casa da palavra, 2002, p. 151.

espaços para convivência, realização de festas, e cerimônias. O Campo de Santana, executado em 1815, assumiu além do papel de um jardim e local de festejos, incluindo os realizados pela corte ⁴⁴. Em 1871, foi formada a Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, que resultou na elaboração de planos para uma intervenção urbanística, inspirada na iniciativa de Haussmann, no caso de Paris ⁴⁵. Em 1873, o paisagista francês Auguste François Marie Glaziou, foi o responsável pela remodelação do Passeio Público, no Rio de Janeiro⁴⁶. Surgia então, uma forte influência, especialmente, da França, percebida em várias praças no Brasil, nos períodos subseqüentes. Sobre as cidades brasileiras nesse período, empresto aqui algumas palavras de Segawa:

[...] algumas cidades brasileiras, já na segunda metade do século XIX, assimilavam intervenções modernizadoras em suas infra-estruturas, à maneira das metrópoles européias. Cidades como Rio de Janeiro, Recife, Santos, São Paulo, Manaus e Salvador contaram com empresas que instalaram e operaram sistemas de drenagem, abastecimento de água e esgoto urbanos. ⁴⁷

⁴⁴ SEGAWA, Hugo. **Amor ao público: jardins no Brasil**. 1ª Ed.. São Paulo: Nobel, 1996, p.159.

⁴⁵ Ibidem, p.169.

⁴⁶ Idem. Ibidem, p.171.

⁴⁷ SEGAWA, Hugo. **Amor ao público: jardins no Brasil**. 1ª Ed.. São Paulo: Nobel, 1996, p.19.

Segundo Robba e Macedo, foi nos séculos XIX e XX que houve, no Brasil, um rompimento da linguagem da praça medieval para a ajardinada, em função, mais uma vez, de uma influência oriunda da Europa. Nesse período, onde a atividade comercial foi praticamente excluída dos principais logradouros-praça das cidades ⁴⁸, que a tipologia da praça ajardinada surgiu como forma de proporcionar à cidade beleza e higiene. As suas intenções plásticas passaram a ganhar uma nova força, misturando em um amalgama as características da praça e do jardim, dentro de uma estética eclética, que marcou essa época. Entre os exemplos mais ilustrativos está o parque Municipal Américo Renné Gianetti, executado em Belo Horizonte, no final do século XIX ⁴⁹.

De acordo com Robba e Macedo, nesse período a praça reproduzia a tradição do jardim público, onde havia regras rígidas para o convívio de forma a anamatzar o cotidiano largo colonial, considerado caótico⁵⁰. As praças ajardinadas passaram a ser um local para um importante acontecimento social: o entretenimento das classes mais abastadas, especialmente, as ligadas às atividades de exportação. Sobre Belém nessa época, Segawa nos ensina:

⁴⁸ ROBBA, Fábio; MACEDO, Silvio Soares. **Praças brasileiras**. 2ª ed.. São Paulo: EDUSP, 2003, p.12

⁴⁹ Ibidem, p.28.

⁵⁰ C.f. SEGAWA, Hugo. **Amor ao público: jardins no Brasil**. 1ª Ed.. São Paulo: Nobel, 1996, p.29.

[...] a dinâmica econômica belenense em ascensão ao final do século 19 contemplou também aspectos urbanísticos fortemente impregnados na inversão em terras urbanas. À maneira de operações urbanas valorizadas promovidas em Paris no Segundo Império, a implantação sofisticada de pelo menos dois recintos ajardinados – a praça Bratista Campos e o Bosque Municipal [...] constituiu verdadeira vanguarda de melhorias urbanas em regiões da rala ocupação, funcionando como vetores de valorização das respectivas áreas ⁵¹.

Robba e Macedo, conforme os períodos da história, classificam as praças ajardinadas no Brasil de acordo com as seguintes linhas: Clássica, Romântica, e Romântica-clássica. A linha Clássica, inspirada nos jardins franceses dos séculos XVI e XVII, caracteriza-se, essencialmente, pela rigidez geométrica no traçado e no plantio. A geometrização e a centralidade dessas praças é o resultado direto da influência das obras dos jardins palacianos franceses como o *Vaux-le-Vicomte* (1661) e Versalhes (1624-1700). Algumas das características significativas dessa linguagem são: o traçado em cruz; estar central com ponto focal; passeio perimetral; canteiros geométricos; elementos ecléticos pitorescos, como coretos, espelhos d'água, estátuas, fontes, bustos,

⁵¹ SEGAWA, Hugo. **Amor ao público: jardins no Brasil**. 1ª Ed.. São Paulo: Nobel, 1996, p.212.

etc⁵². Entre as praças mais importantes dessa linha está a praça da Liberdade (Imagem 1.13), em Belo Horizonte (1920).

A linha Romântica, com exemplares construídos nos séculos XVIII, XIX e XX, tem um programa de atividades semelhante ao da linha Clássica. As diferenças estariam em um desenho mais orgânico e sinuoso, buscando reproduzir um ambiente natural. As outras características desse tipo de praça, segundo Robba e Macedo seriam: os traçados orgânicos e sinuosos; estares e recantos contemplativos; passeios e caminhos que percorrem toda área; lagos serpenteantes; equipamentos ecléticos e pitorescos – mais uma vez os coretos, espelhos d'água, etc; grande quantidade de áreas permeáveis; cenários naturalistas; visuais; e uma vegetação de natureza cênica mimetizando um ambiente natural⁵³. Cabe citar como um exemplo importante desse estilo a praça da República, em São Paulo (1905) (Imagem 1.14).

A linha Romântica-Clássica (século XX), como a própria nomenclatura denuncia, é uma mistura dos dois estilos demonstrados anteriormente. Eram projetos que, segundo Robba e Macedo, comumente demandavam maiores espaços para a sua implantação. São praças caracterizadas pelo alto grau de uma estética eclética e que também utilizavam o traçado em

⁵² C.f. ROBBA, Fábio; MACEDO, Silvio Soares. **Praças brasileiras**. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2003, p 57.

⁵³ ROBBA, Fábio; MACEDO, Silvio Soares. **Praças brasileiras**. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2003, p 27.

cruz, além de um estar central e um passeio perimetral. Um dos exemplares mais importantes foi construído em Belém: a praça Batista Campos (1904) (Imagem 1.15).

Entre as praças construídas no século XVIII, cabe citar a praça XV de Novembro (Imagem 1.16), no Rio de Janeiro - uma réplica de menores proporções da praça do Comércio (Imagem 1.17) em Lisboa, cujo espaço, diferentemente do caso brasileiro, é delimitado por vias. Além de ser uma construção feita em um aterro sobre o mar. Inicialmente chamada de Largo do Carmo, a praça XV de Novembro foi construída próxima à orla e abrigava o principal atracadouro da cidade, servindo como local para as atividades comerciais e políticas. Originalmente, ela era um grande plano com um aspecto “seco”, delimitado por edifícios em três dos seus lados. Através de um deles, na direção do mar, o espaço abre-se para a paisagem. Com o passar do tempo, a praça sofreu algumas intervenções importantes. Uma delas, em função das obras de embelezamento e ajardinamento realizadas nessa cidade, no começo do século XX que acabaram por torná-la um espaço ajardinado ⁵⁴.

De acordo com a pesquisa de Robba e Macedo, a praça modernista pode ser identificada por incorporar outras propostas de ordem funcional que foram adicionadas ao programa de atividades, como por exemplo,

⁵⁴ ROBBA, Fábio; MACEDO, Silvio Soares. **Praças brasileiras**. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 190.

as esportivas e as culturais - o lazer passaria, com o tempo, a ser também ativo além de apenas um ato de contemplação. A praça modernista apesar de desprovida de uma unidade formal específica e previsível, como salientam esses autores, apresentam algumas características comuns, como por exemplo, a setorização das atividades; a utilização de formas orgânicas geométricas e mistas; a liberdade na composição formal; as grandes áreas de pisos processados; os estares e recantos como elementos centrais de projeto; as circulações estruturadas por seqüência de estares; a valorização de ícones e signos da cultura nacional e regional; a vegetação utilizada como elemento tridimensional; os planos verticais de vegetação; o plantio de forrações; e a utilização e valorização da flora nativa e tropical (Imagem 1.18).

1.3 As praças em Brasília

Tomando as idéias para as Superquadras, Brasília contém tanto os conceitos da cidade-jardim quanto algumas referências das cidades antigas do Brasil, especialmente, as mineiras, confirmadas nas palavras de Maria Elisa Costa:

[...] nas cidades mineiras antigas, também a receita básica de moradia era uma só: casas geminadas, mesmo tipo de telhado, de janelas, de portas – as variações decorriam. da topografia, de sutilezas de proporção, dos detalhes, do acabamento, da cor nas esquadrias, mas tudo claramente limitado pelo padrão comum da receita única. Talvez, seja este o parentesco entre dois resultados urbanos ⁵⁵.

Na confluência de quatro quadras Costa propôs, no lugar de praças, a localização de equipamentos comuns com o intuito de proporcionar integração entre os seus moradores (Imagem 1.19). O protótipo que representa esse conceito encontra-se na Asa Sul, entre as Superquadras 107, 108, 307, 308. Os equipamentos escolhidos foram: igreja, escola, clube, cinema. Este conjunto passou a ser chamado, a posteriori, de “Unidade de Vizinhança” ⁵⁶. Sobre o setor residencial na sua idéia Lucio Costa comentou:

[...] quanto ao problema residencial, ocorreu a solução de criar-se uma seqüência contínua de grandes quadras dispostas, em ordem dupla ou singela, de ambos os lados da faixa rodoviária, e emolduradas por uma larga cinta densamente arborizada, árvores de porte, prevalecendo em cada quadra determinada espécie vegetal, com chão gramado e uma cortina suplementar

⁵⁵ COSTA, Maria Elisa. Brasília 57-85: do plano-piloto ao “Plano Piloto”. In: COSTA, Lúcio. **Registro de uma vivência**. São Paulo, Empresa das artes, 1995, p. 326.

⁵⁶ C.f. LAUANDE, Francisco. **O uso do pilotis em Brasília: do protótipo ao estereótipo**. Site www.vitruvius.com.br, 2006, artigo 171.

intermitente de arbustos e folhagens, a fim de resguardar melhor, qualquer que seja a posição do observador, o conteúdo das quadras, visto sempre num segundo plano e como que amortecido na paisagem⁵⁷.

Brasília acabou por contar com outras praças, construídas após a sua inauguração, que têm como um dos pontos em comum a linguagem da estética modernista. Entre elas, está a praça do Buriti (1969), de autoria de Costa, que inicialmente seria chamada de praça Municipal⁵⁸ (Imagem 1.20). Ela está localizada no Eixo monumental, mais a oeste, contígua à via em frente ao palácio do governo do Distrito Federal.

No Setor Militar Urbano, posicionado no lado norte do Eixo Monumental, próximo ao extremo oeste do Plano-Piloto está, de 1970, a praça Duque de Caxias⁵⁹, de autoria de Burle Marx. Ela é uma obra que ilustra parte do seu léxico: a massa de verde preponderantemente conformada pelas formas geométricas dos canteiros e do piso (Imagem 1.21).

Burle Marx, através do seu trabalho como paisagista, ligado à escola carioca, contribuiu para a formação da identidade da arquitetura

⁵⁷ COSTA, Lúcio. **Memorial do plano-piloto**. 1ª Ed.. Rio de Janeiro: Módulo, S.d., item 16, p. 16.

⁵⁸ COSTA, Lúcio. **Memorial do plano-piloto**. 1ª Ed.. Rio de Janeiro: Módulo, S.d., item 16, p. 14.

⁵⁹ ROBBA, Fábio; MACEDO, Silvio Soares. **Praças brasileiras**. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 120 a 121.

modernista brasileira. Segundo Vera Beatriz Siqueira, o seu vínculo com essa linguagem iniciou-se com os primeiros contatos com a pintura de Picasso e que determinaram as fases do seu trabalho a partir de então. Nas palavras da autora: *“o nosso paisagista encontrava na modernidade artística uma fonte de inspiração, talvez até mais do que influência formal”*⁶⁰.

A praça Portugal, de 1972, de autoria da Seção de Projetos Urbanísticos Metropolitanos, está localizada no Setor de Embaixadas Sul ao lado da embaixada de Portugal (Imagem 1.22).

Entre as alterações provenientes da interpretação da idéia de Costa feitas pelo poder público está, por exemplo, o conjunto de residências no lado oposto ao comércio da avenida W3 sul. Entre eles não havendo uma via de ligação no sentido oeste, algumas praças foram construídas para a ocupação desses espaços intersticiais (Imagem 1.23). Elas trazem, além da massa de verde, lugares de estar, e em alguns casos, escolas e equipamentos para a prática do esporte.

⁶⁰ SIQUEIRA, Vera Beatriz. **Burle Marx. 1ª Ed.. São Paulo:** Cosac & Naify, 2001, p. 26

Tomando a Asa Norte, cuja ocupação é mais recente, construída em parte, como “estereótipo” da proposta desenvolvida para a Asa Sul, esta solução deixou de ser considerada⁶¹.

A praça do Buriti, cotidianamente utilizada como local de passagem, tradicionalmente recebe algumas manifestações políticas e cerimônias cívicas. Já a praça Duque de Caxias e a praça Portugal têm um uso mais eventual, muito possivelmente, por estarem em setores com funções muito específicas e deslocados dos fluxos principais da cidade.

A praça deve ser entendida, como qualquer categoria de espaço urbano: o resultado da interação de vários aspectos que emprestam características próprias a um determinado sistema social temporal, que o produz. Duarte, ao utilizar o termo “matrizes espaciais”, baseou-se no pensamento do historiador Paul Veyne, que entende a palavra matriz como forma de conceituar um determinado valor cultural que conforma a realidade e que caracteriza os períodos da história⁶². Ao consultar um dos principais dicionários da língua portuguesa encontra-se, entre outros significados, a seguinte expressão: “molde para fundição de tipos”⁶³. Duarte, ao adaptar tal conceito de matriz para o

⁶¹ A construção da área residencial começou pela Asa Sul.

⁶² C.f. DUARTE, Fábio. *Crise das matrizes espaciais: arquitetura, cidades, geopolítica, tecnocultura*. 1ª ed.. São Paulo: Perspectiva, 2002, p.101.

⁶³ Houaiss, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Houaiss dicionário da língua portuguesa*. 1ª Ed..Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 291.

urbanismo afirmou: “*a compreensão e a construção do espaço se organizam como matrizes espaciais, que constituem e são constituídas por vários sistemas, como o tecnológico, o sociológico, o religioso, e o cultural*”⁶⁴. Para corroborar esse autor, utilizo o pensamento de Frank Svенsson:

[...] reconhecendo que tanto os indivíduos como as relações sociais são portadores de conteúdo artístico, a arquitetura tende a ser vista como um ramo artístico tanto da natureza como da sociedade, expressas espacial e temporalmente [...] se reconhecermos as múltiplas relações espaciais e temporais entre as coisas e os sistemas materiais e, assim, sua dependência para com a organização que as estrutura, suas relações e formas de movimento, podemos também reconhecer a constituição objetiva dos lugares para entendê-los arquitetonicamente⁶⁵.

⁶⁴ C.f. DUARTE, Fábio. **Crise das matrizes espaciais: arquitetura, cidades, geopolítica, tecnocultura**. 1ª ed.. São Paulo: Perspectiva, 2002, p.103.

⁶⁵ SVENSSON, Frank. **Arquitetura, criação e necessidade**. 1ª ed. Brasília-Df: EDUNB, 1992, p.130 a 131.

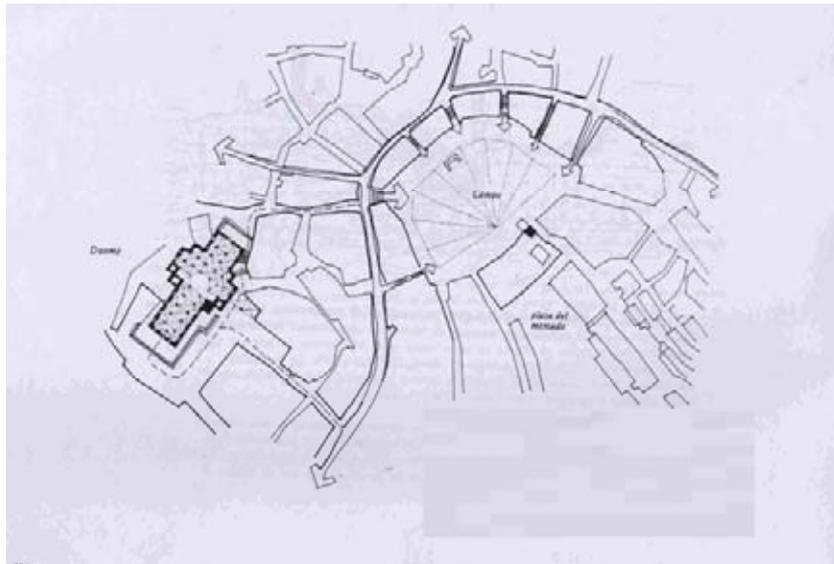


Imagem 1.3: praça de Siena na Itália (retirado do livro “Análisis de la forma: urbanismo y arquitetura”).

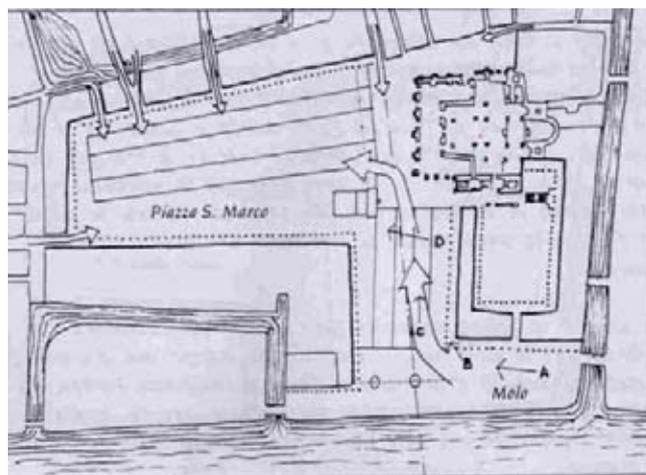


Imagem 1.4: praça São Marco em Veneza, na Itália (retirada do livro “Análisis de la forma: urbanismo y arquitetura”).



Imagem 1.5: praça do Campidólio em Roma, na Itália. (retirada do site greatbuildings.com, em 07 de Março de 2007) - s.d.



Imagem 1.6: praça de São Pedro em Roma, na Itália (retirada do site greatbuildings.com, em 07 de Março de 2007) – s.d.



Imagem 1.7: praça Annunciata em Florença, na Itália (retirada do site google.com, em 07 de Março de 2007) – s.d.



Imagem 1.8: Obra de Edgar Degas, representando Jóqueis na campo⁶⁶ (retirada da coleção “Grandes mestres da pintura”, publicada pela Folha de São Paulo).

⁶⁶ A obra mostra uma das atividades de entretenimento preferidas pela burguesia nessa época. Percebe-se no



Imagem 1.9: a praça da Concórdia em Paris, na França (retirada do site googleearth.com em 10 de Maio de 2008).

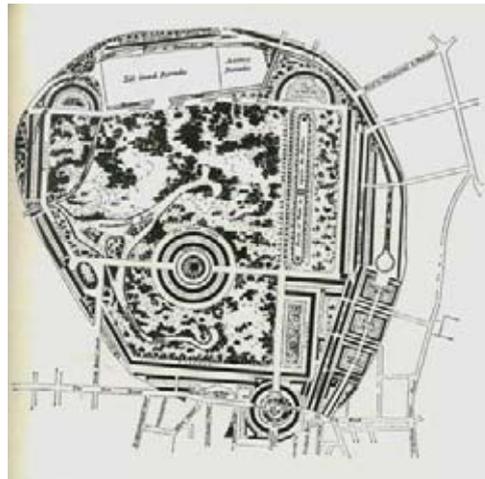


Imagem 1.10: proposta de John Nash para o Regent's Park, em 1811 (retirada do livro "Historia de la forma urbana: desde su orígenes hasta la Revolución Industrial).

lado direito acima da paisagem representada o que pode ser entendido como algumas chaminés de fábricas em algum centro urbano.

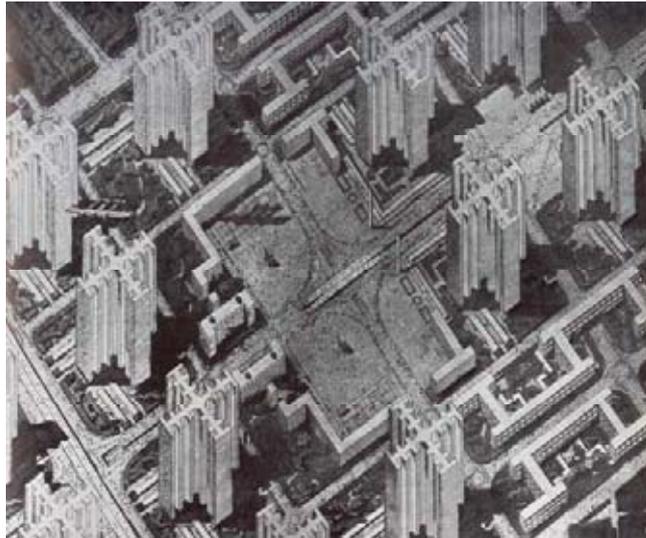


Imagem 1.11: uma cidade modernista: o *Plan Voisin* de autoria de Le Corbusier (retirado do livro site da Fundação Le Corbusier em 30 de Outubro de 2007).



Imagem 1.12: o adro da igreja São Francisco de Assis em João Pessoa, na Paraíba (extraída do livro “Praças brasileiras”) – s.d.



Imagem 1.13: praça da Liberdade em Belo Horizonte (retirada do site google.com.br em 15 de Janeiro de 2008) – s.d.



Imagem 1.14: praça da República em São Paulo (retirada do site google.com.br em 22 de Junho de 2007)- s.d.



Imagem 1.15: praça Batista Campos em Belém (retirada do livro “Praças brasileiras”) – s.d.



Imagem 1.16: praça da XV de Novembro, no Rio de Janeiro (retirada do livro “Praças brasileiras”) s.d.



Imagem 1.17: praça do Comércio em Lisboa, em Portugal (retirada do site googleearth.com.br em 18 de Junho de 2008).



Imagem 1.18: praça Almirante Júlio de Noronha, no Rio de Janeiro de autoria de Burle Marx (retirada do livro “Praças brasileiras”) – s.d.

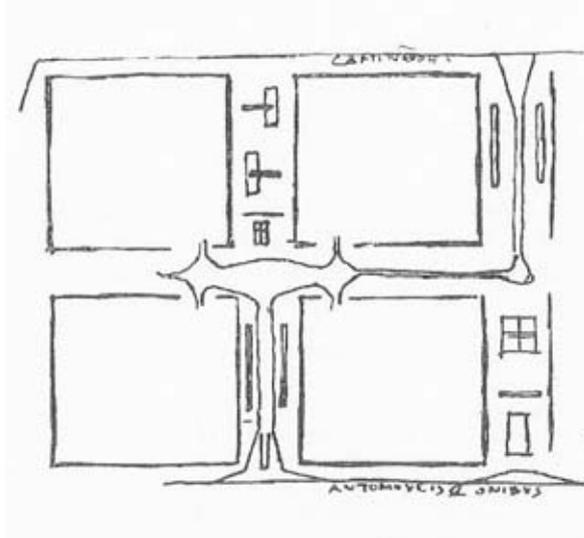


Imagem 1.19: quatro Superquadradas (retirada do memorial do Plano-Piloto).



Imagem 1.20: praça do Buriti em Brasília (retirada do livro “Praças brasileiras”)

- s.d.



Imagem 1.21: praça Duque de Caxias em Brasília (retirada do livro “Praças brasileiras”) –s.d.



Imagem 1.22: praça Portugal em Brasília (retirada do livro “Praças brasileiras”) – s.d.



Imagem 1.23: praça na avenida W3 Sul, entre as Superquadras 705 e 706 (retirada do “Praças brasileiras”) – s.d.

CAPÍTULO II

A PRAÇA DOS TRÊS PODERES E A IDÉIA PARA O PLANO-PILOTO

“A praça é, em certo sentido, a essência da cidade”

Nelson Saldanha

2.1 O processo histórico

A localização da praça dos Três Poderes no Plano-Piloto contém em si um importante significado simbólico que pode se relacionado ao longo processo histórico que resultou na construção da nova capital brasileira. Brasília representa a demarcação de um novo território feita por meios institucionais que tinha como pano de fundo determinados interesses de cunho político e econômico, para os quais a ocupação do interior do país se constituía como um fato imperioso. A praça dos Três Poderes é o marco desse novo território demarcado no interior do país. Cabe aqui utilizar uma importante definição

utilizada por Fábio Duarte sobre o significado do termo território de acordo com um sentido geopolítico:

[...] o território, assim como o lugar, é uma porção do espaço significada, a cujos elementos são atribuídos signos e valores que refletem a cultura de uma pessoa ou grupo. Entretanto, na constituição de um território, essa significação é uma forma de marcar esses elementos com certos valores culturais, de modo que qualquer outro objeto, ação ou indivíduo que se encontre nessa porção de espaço deva se guiar, ou mais, deva se submeter a essa medida cultural imposta ao espaço. Assim, quaisquer outros elementos que se coloquem sob sua região de influência deverão explicar sua significação ou organização ⁶⁷.

A ocupação do interior do Brasil era, de fato, uma questão de tempo - um fato, portanto, inevitável, movido por uma necessidade que deve ser considerada natural e histórica. A intenção de mudar a capital fez parte do texto da constituição imperial, outorgada em 1824. Em 1821, temendo, principalmente, uma pretensa invasão externa, José Bonifácio sugeriu no documento "Idéias sobre a Organização Política do Brasil" a mudança da capital ⁶⁸. No seu conteúdo encontra-se o seguinte trecho: "*uma cidade central no*

⁶⁷ C.f. DUARTE, Fábio. **Crise das matrizes espaciais: arquitetura, cidades, geopolítica, tecnocultura**. 1ª ed.. São Paulo: Perspectiva, 2002, p.76 a 77.

⁶⁸ FREITAS, Conceição. **A invenção – 50 anos do projeto de Lúcio Costa**. Jornal Correio Braziliense. Brasília: 16 de Março de 2007, p.1 a 8.

interior do Brasil, para o assento da Regência, que poderá ser em 15° da latitude, em sítio sadio, fértil, ameno e junto a algum rio navegável”. Costa, muito provavelmente, levou em consideração esse aspecto ao fazer a opção pela localização da praça dos Três Poderes, mesmo sem ter admitido de forma explícita.

Uma entre outras propostas apresentadas nessa constituinte foi a de autoria do senador Quintino Bocayuva, do Rio de Janeiro, que chegou a sugerir um nome para a nova capital: Tiradentes. Foi através de sua proposta que aparecia, pela primeira vez, um local específico para a sua construção: o planalto central.

No final do século XIX, por iniciativa do governo, uma comissão multidisciplinar formada por geógrafos, médicos, botânicos, geólogos, higienistas, naturalistas, e engenheiros foi formada para delimitar, no Planalto Central, o sítio para a fundação da nova capital - a “Missão Cruls”. Comandada pelo astrônomo Luiz Cruls, do Observatório Nacional do Rio de Janeiro, uma área de 14.400 km² foi demarcada no Estado de Goiás, nas cidades de Planaltina e Luziânia, que ficou conhecida como o “Quadrilátero Cruls” (imagem 2.1), que corresponde ao quadrilátero de segurança que corresponde à área do atual Distrito Federal.

No governo Vargas a discussão sobre a mudança da capital tomaria um novo fôlego. O modelo econômico brasileiro, até então eminentemente agrário, passou a valorizar o mercado interno e a favorecer o crescimento da indústria, tornando-se inelutável, portanto, a reformulação da estrutura espacial de um país que se propunha a industrializar-se.

Foi no governo do então presidente Café Filho (1955) que o sítio para a nova capital foi aprovado, abrangendo os municípios goianos: Planaltina, Formosa, Luziânia, e Cristalina - entre os rios Preto e Descoberto. Mas, foi em 1956, no governo de Juscelino Kubitschek que a construção de Brasília finalmente teve início. A Lei nº 2.874, de 19 de Setembro de 1956 criou a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, NOVACAP, órgão responsável pela coordenação do processo de construção e urbanização de Brasília. No mesmo dia foi publicado o edital do concurso nacional para a escolha do projeto para o Plano-Piloto.

De acordo com Reis Filho, a construção de Brasília, durante o governo Kubitschek deu-se dentro de uma corrente natural como parte de um plano traçado para a ligação de rodovias que integrariam o país ⁶⁹. A estratégia para o desenvolvimento industrial do Brasil exigiria uma maior unificação do mercado interno e como consequência, a criação de uma articulação através de

⁶⁹ Palestra realizada na Universidade de Brasília, no auditório Dois Candangos, no dia 13 de Março de 2007, como parte da comemoração aos 50 anos do concurso para a escolha do projeto para Brasília.

um sistema viário. Tais ações resultaram na maior circulação de mercadorias. Com as transformações na estrutura do sistema viário nacional, transformou-se também a configuração geral dos núcleos urbanos. As regiões mais industrializadas, como o Rio de Janeiro e São Paulo, tornaram-se importantes pontos das articulações econômicas em nível internacional.

2.2 O sítio físico

A avaliação do sítio escolhido pela Missão Cruls foi o resultado de um estudo aprofundado, no qual foram acentuados os aspectos relativos à topografia, a fauna, a flora, e ao clima. A localização referente às bacias hidrográficas da região, buscando dimensionar os recursos hídricos da parte centro-sul do quadrilátero foi, da mesma forma, devidamente considerada. Entre os membros dessa missão estava o naturalista e botânico Glaziou que enfatizou em seus escritos a grandiosidade da região. Foi ele quem introduziu, pela primeira vez, a idéia da formação de um lago no local a partir da construção de uma barragem.

Em junho de 1894, Cruls, após os resultados das pesquisas no planalto central, foi nomeado presidente da Comissão de Estudos da Nova Capital da União. Os trabalhos da comissão prolongaram-se até 1896, onde a segunda Missão Cruls realizou estudos mais detalhados com o objetivo de escolher o local definitivo para edificação da nova capital. Utilizando as palavras de Glaziou, retirei este trecho do que ficou conhecido como o “Relatório Cruls”:

[...] impressionou-me profundamente a calma severa e majestosa desse vale. Talvez movido pelo mesmo sentimento, o chefe da Comissão, o Sr. Dr. Cruls, mandou estabelecer aí o acampamento geral. Ao depois, quase que diariamente percorri, herborizando cá e lá, ora uma parte, ora outra, dêsse calmo território e dessas excursões voltava sempre encantado; cem vezes as repeti, quase sempre a pé para facilidade das observações, em todos os sentidos e sem a menor fadiga, tão benéfica é aí a amenidade atmosférica.

Explorando depois, com vagar, num raio de uns quarenta quilômetros, nada vi que fosse comparável ao tabuleiro do rio Torto. Nesse sítio, ainda, a extrema suavidade dos acidentes naturais do terreno não requer trabalho algum preparatório, nenhum para o arruamento ou delineação dos bulevares, nem para a edificação, que numa ou noutra direção.

A todas essas riquezas oferecidas ao homem laborioso, nesse centro do planalto, juntam-se mais os recursos e a vantagem que lhe proporcionarão ainda abundantes águas piscosas. Entre os dois grandes chapadões conhecidos na localidade pelos nomes de Gama e Paranoá, existe imensa planície em parte sujeita a ser coberta pelas águas da estação chuvosa; outrora era um lago devido à junção de diferentes cursos de água formando o rio Paranoá [...] além da utilidade da navegação, a abundância de peixe, que não é de somenos importância, o cunho de aformoseamento que essas belas águas correntes haviam de dar à nova capital despertariam certamente a admiração de todas as nações ⁷⁰.

Foi na década de 1950 que o local para a construção de Brasília foi finalmente escolhido, baseando-se no trabalho realizado pela firma americana *Donald J. Belcher Associates Inc.* que realizou um estudo de um território ainda mais amplo do que o considerado pela “Missão Cruls”, abrangendo 52.000 km² e que passou a compor o chamado “Retângulo Belcher” (Imagem 2.1), bem mais extenso que o “Quadrilátero Cruls”. Ele abrangia em sua majoritariamente um pedaço do Estado de Goiás e parte do território de Minas Gerais. Como no trabalho da “Missão Cruls”, a pesquisa realizada pela firma americana levou em consideração temas relacionados ao clima, a topografia, e aos recursos hídricos, além do potencial para o abastecimento de

⁷⁰ CRULS, L. **Planalto Central do Brasil (Relatório Cruls)**. Coleção Documentos brasileiros. Dirigido por Octávio Traquinilo de Souza. 3ª Ed.. Rio de Janeiro: José Olympio, p.75.

energia elétrica. Em 1955, os estudos foram concluídos, onde o relatório dividia a área em cinco grandes sítios: Castanho, Azul, Verde, Vermelho e Amarelo – cada um com cerca de mil quilômetros quadrados. Cada sítio recebeu uma pontuação de acordo com suas potencialidades e características. O sítio Castanho, com sua marcante conformação convexa, obteve 867, 67 pontos acima do segundo colocado. Ele foi escolhido, entre outras razões, por ser favoravelmente aberto aos ventos predominantes; pela topografia, considerada ideal para a drenagem do ar através do sítio da cidade; e pelas boas condições climáticas - máxima absoluta no verão: 35 graus; mínima absoluta no inverno: 2 graus; média no inverno: 19 graus; média no verão: 22 graus. Belcher escreveu:

[...] o sítio não deve ser interrompido por qualquer barreira visual tal como uma garganta profunda, áreas muito acidentadas, pântanos ou serras altas. Os solos devem ser bem drenados e configuração do terreno deve ser tal que seja possível o sistema de esgoto por gravidade. Um abastecimento d'água adequado e certo deve ser previsto...A área deve ser livre de bruma seca, e ventos fortes e desagradáveis e outras manifestações climáticas indesejáveis. Deve haver, nas vizinhanças, motivos para uso recreacional dos habitantes da cidade e, finalmente, deve ser atraente à vista e oferecer aos projetistas da cidade a oportunidade do aproveitamento de paisagens e outros recursos de interesse visual e beleza⁷¹.

⁷¹ C.f. DONALD, Belcher. **Relatório Técnico sobre a Nova Capital**. Disponível no site www.semarrh.df.gov.br (antiga secretaria do Meio Ambiente do Distrito Federal). Acesso em: 22 de Mai. de 2006.

A expressividade da idéia de Lucio Costa foi julgada pelos membros do júri como um dos pontos positivos mais relevantes de sua idéia, que podem ser estendidos à forma como a cidade seria implantada, totalmente conformada ao relevo - cidade e paisagem se confundem. É possível supor que o resultado dos estudos científicos realizados para a escolha do sítio tenham servido como um dos subsídios para a concepção do Plano-Piloto, hipótese que se fortalece quando tomamos as suas palavras quando afirmou: *“é preciso manter a natureza intocada, apresentá-la como a possibilidade de converter-se numa extensão da cultura”*⁷². A praça dos Três Poderes dá a reconhecer a força do lugar: a grandiosidade do sítio como a função primordial para a qual a cidade.

2.3 O projeto para o Plano-Piloto

Na idéia para o Plano-Piloto Lucio Costa lançou mão de dois eixos que expressamos conceitos das escalas: Residencial e Monumental. Eles conformam o principal espaço da cidade, criando um conceito existencial

⁷² WISNIK, Guilherme. **Lúcio Costa**. São Paulo: Cosac & Naify, 2001, p.28.

relativo ao significado de cada um deles. O eixo onde predomina a função residencial representa a vida do homem no nível individual, enquanto o Eixo Monumental abriga a dimensão do convívio dos indivíduos em coletividade, com os seus marcos e monumentos (Imagem 2.2).

O Eixo Monumental, posicionado perpendicularmente às curvas de nível, pode ser considerado a “espinha dorsal da cidade”. Ele é dividido em trechos marcados principalmente por elementos verticais – os verdadeiros pontos de referência no assentamento da cidade em seu solo. Quais sejam: a torre de televisão e, bem mais a frente, o edifício do Congresso Nacional, como parte do conjunto arquitetônico da praça dos Três Poderes. Lucio Costa repetiu a idéia de um raciocínio axial, que é uma clara e admitida referência ao eixo de Paris. O partido adotado, portanto, acabou por criar novamente um percurso insinuado, onde o ápice é a praça dos Três Poderes em uma de suas extremidades, reforçando um conceito fundamental do projeto: através da praça, a cidade debruçar-se-ia sobre a paisagem formada por sua natureza agreste, onde a sede do país estaria voltada para a sua própria imensidão, representada por esta parcela sertaneja (Imagem 2.3). Sobre a localização da praça dos Três Poderes, Costa assim se manifestou:

[...] no meu espírito, quando tive essa intenção de marcar a posição da Praça era, em parte, com o objetivo de acentuar o contraste da parte civilizada, de comando do país, com a natureza agreste do cerrado. Propunha que esta viesse ao encontro do arrimo triangular que caracterizava a Praça dos Três Poderes ⁷³.

Em outro momento ele se referiu à praça desta maneira:

[...] como a palma da mão que se abrisse além do braço estendido da esplanada onde se alinham os ministérios, porque assim sobrelevados e tratados com dignidade e apuro arquitetônicos em contraste com a natureza agreste circunvizinha, eles se oferecem simbolicamente ao povo: votai que o poder é vosso” ⁷⁴.

Em função do comentário dos jurados nomeados para o concurso, que consideravam excessiva a distância entre a parte da cidade conformada pelos eixos principais e o lago, o Plano-Piloto foi então, deslocado cerca de 700 metros no sentido leste aproximando-o, portanto, do lago Paranoá ⁷⁵. Esse fato nos leva a

⁷³ Apud GOROVITZ, Matheus. **Brasília uma questão de escala**. 1ª ed. São Paulo: Projeto, 1985, p. 39.

⁷⁴ C.f. COSTA, Lúcio. Com a palavra, Lúcio Costa. Organização: Maria Elisa Costa. 1ª ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001, p. 98.

⁷⁵ O deslocamento do Plano-Piloto em aproximadamente setecentos metros, por decisão da equipe que desenvolveu o projeto pela NOVACAP, seguiu o comentário de um dos jurados, William Holford, que entendeu haver um excesso de espaço livre entre parte da área urbanizada (os dois eixos) e o lago.

crer, que mesmo com a praça dos Três Poderes permanecendo em um ponto mais baixo em relação aos dois grandes eixos que se cruzam onde se situa a Rodoviária, em função da topografia natural do terreno, a sua percepção em várias visões à distância, possivelmente, seriam diferentes do que passou a acontecer na obra construída. Haveria, por conseguinte, ao considerarmos a execução do projeto de acordo a idéia imaginada por Costa, vantagens e desvantagens relativas à posição da praça dos Três Poderes. No caso do risco original, quando nos posicionamos, por exemplo, a frente da cidade satélite Núcleo Bandeirante, na direção, aproximadamente, a sudoeste, olhando o Plano-Piloto com a marcação dos edifícios anexos do Congresso, a visão pouco mudaria, em função da grande distância. Tomando a visão da margem oposta do lago Paranoá, onde está localizada a Ermida Dom Bosco com um mirante, a praça dos Três Poderes ficaria ainda mais afastada, deixando comparecer, como consequência, uma vasta área verde. Esse fato reforça a hipótese de que ela não foi tratada por Costa como um mero apêndice do Plano-Piloto - como muitos a interpretam. É possível supor ainda que a sua intenção era de que a praça dos Três Poderes deveria ser isto sim, um “segundo centro” – uma referência para a melhor legibilidade da cidade, além do centro propriamente dito e principal, formado pelo Setores Comerciais e de Diversão, nas partes norte e sul (Imagem 2.4). Segundo a definição utilizada por Philippe Panerai, na obra “Análise urbana”⁷⁶, que se baseia, em parte, no

⁷⁶ C.f. PANERAI, Philippe. **Análise urbana**. Tradução: Francisco Leitão . 1ª ed.. Brasília: EDUNB, 2006,

pensamento de Kevin Lynch, a praça dos Três Poderes assumira a função de um **ponto nodal** mais explícito: um ponto singular na cidade, além do papel como **marco**, para proporcionar, além da legibilidade, o sentido de orientação na cidade.

Quando pensamos na avenida dos Campos Elíseos, em Paris, iniciada na praça da Estrela marcada pelo Arco do Triunfo e que prossegue até a praça da Concórdia, torna-se ainda mais explícito o quanto esse espaço serviu como referência para a idéia de Costa. Assim como o Jardim das Tulherias, a área entre a praça e o lago Paranoá poderia vir a servir como um grande parque a ser usado pela população.

A posição da praça dos Três Poderes na cidade é considerada até hoje, como “excêntrica”, principalmente, pela população que guarda no seu imaginário a localização das praças em áreas mais centrais nas cidades. O seu posicionamento pode ser considerado incomum, mas não, um caso de exceção ou mesmo, estranho. É possível supor que além da praça da Concórdia, outras praças podem ter servido como referência: a praça do Comércio, em Lisboa, a praça XV, no Rio de Janeiro, e a praça de Porto Seguro, na Bahia (Imagem 2.5). As três, além de apresentarem uma morfologia semelhante, têm uma franca relação com a natureza, do mar. Carpintero afirma em sua tese que no caso da praça dos Três Poderes, ao invés do mar estaria o cerrado, e faz uma analogia

entre esse fato e uma conhecida canção popular: “*o sertão vai virar mar*”⁷⁷ (sic). Ele identifica assim a relação entre a praça Três Poderes e a de Porto Seguro, no sítio histórico:

[...] é preciso lembrar, acima de tudo, o sítio histórico de Porto Seguro: a praça gramada, a Casa de Câmara, a Igreja e o correr de casas, tudo debruçado, por sobre a encosta, sobre o mar, lembrando fortemente – certamente inspiração – a praça dos Três Poderes sobre o arrimo e o cerrado nativo⁷⁸.

⁷⁷ Trecho da canção: “Sobradinho”, de autoria da dupla Sá e Guarabira.

⁷⁸ CAPINTERO, Antônio Carlos. **Brasília: prática e teoria urbanística no Brasil, 1956-1998**. (tese Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998, p. 136.

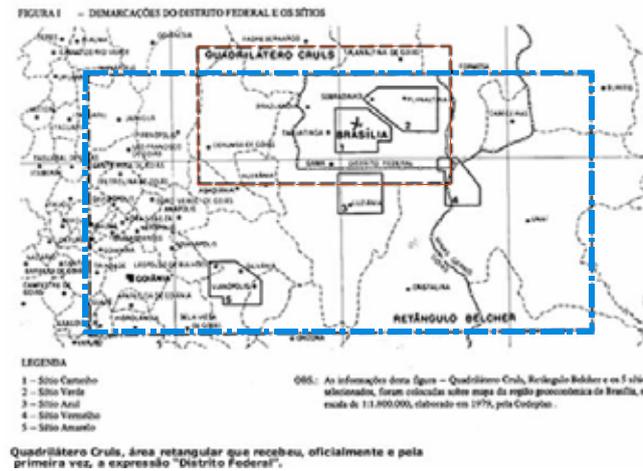


Imagem 2.1: a demarcação do “Quadrilátero Cruls” e do “Retângulo Belcher” (retirado do site google.com.br em 20 de Abril de 2006).

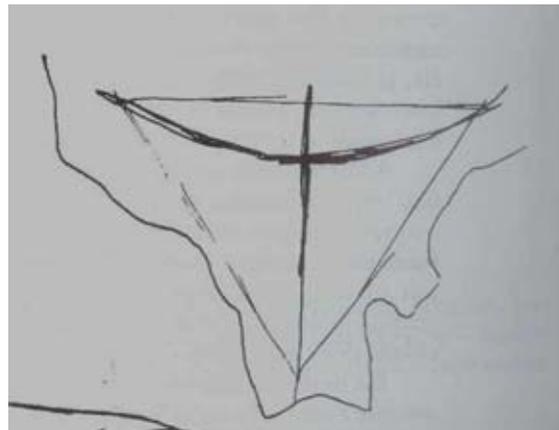


Imagem 2.2: os dois eixos primordiais que formam o Plano-Piloto (retirado do memorial do Plano-Piloto).

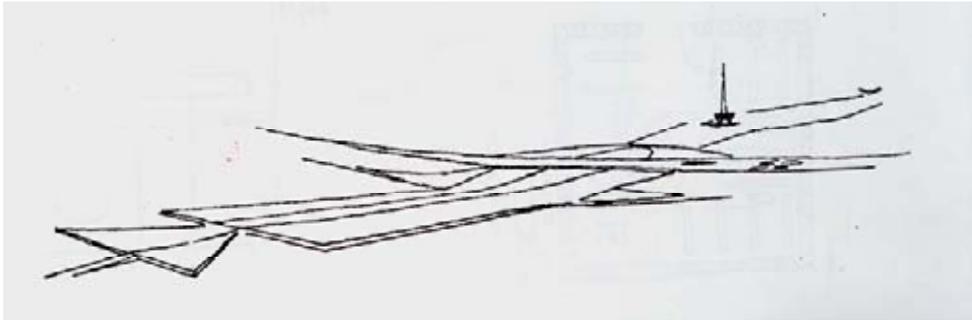


Imagem 2.3: perspectiva do Eixo Monumental (retirado do memorial do Plano-Piloto).

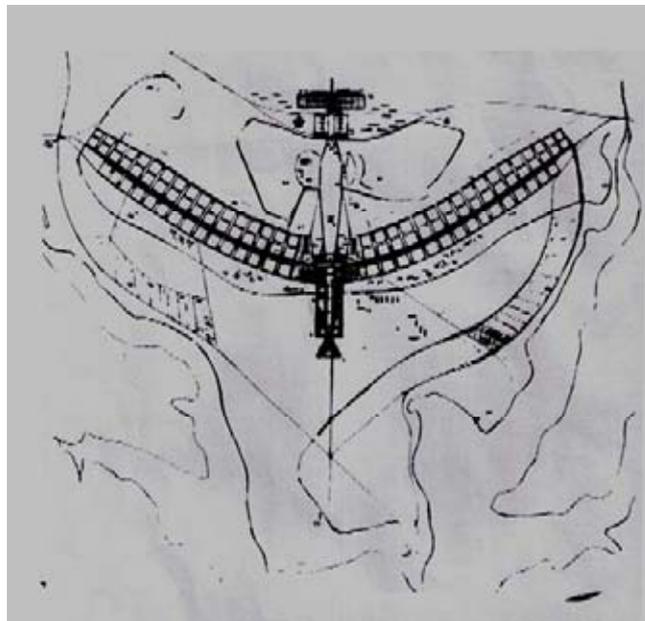


Imagem 2.4: desenho da área urbanizada do Plano-Piloto conformada pelos dois eixos (retirado do memorial do Plano-Piloto).



Imagem 2.5: a praça de Porto Seguro, na Bahia (retirada do site google.com.br em 30 de Março de 2006) – s.d.

CAPÍTULO III

A PRAÇA IMAGINADA

“A criação não é uma compreensão, é um novo mistério”

Clarice Lispector

O Plano-Piloto imaginado por Costa são os dois eixos primordiais e a praça dos Três Poderes. A praça é o ponto focal fundamental da cidade, fazendo o papel de ligação entre a ela e à paisagem. O triângulo da praça dos Três Poderes mimetiza o triângulo equilátero maior que circunscreve a área conformada pelos dois eixos. Costa justificou assim o partido arquitetônico adotado: *“procurou-se depois a adaptação à topografia local, ao escoamento natural das águas, à melhor orientação, arqueando-se um dos eixos a fim de contê-lo no triângulo equilátero que define a área urbanizada”*⁷⁹.

⁷⁹ COSTA, Lucio. **Memorial do Plano-Piloto**. 1ª Ed.. Rio de Janeiro: Módulo, S.d., p, 4

De acordo com o desenho enviado como parte do material para o concurso os elementos principais da praça são os edifícios dos três poderes da República que estão dentro de um triângulo equilátero (Imagem 3.1). Em função do desnível natural do terreno, boa parte dele está sobre um terrapleno arrimado com pedras que ficariam à vista, conforme a descrição do memorial ⁸⁰. Próximo a cada um dos vértices está uma das sedes dos poderes da República. Junto à base, a leste, estão os edifícios dos poderes Executivo e Judiciário, enquanto a sede do poder Legislativo, a oeste, está no eixo correspondente à altura do triângulo. A base do triângulo é a parte do espaço voltada para o cerrado e o horizonte. O terceiro vértice é o ponto de interface entre a praça dos Três Poderes e o restante da cidade, conformada pelos dois eixos. Lucio Costa assim se referiu à praça dos Três Poderes – nome sugerido no memorial do Plano-Piloto ⁸¹:

[...] destacam-se no conjunto os edifícios destinados aos poderes fundamentais que, sendo em número de três e autônomos, encontram no triângulo equilátero, vinculado à arquitetura da mais remota antiguidade, a forma elementar apropriada para contê-los. Criou-se então um terrapleno triangular, com arrimo de pedra à vista, sobrelevado na campina circunvizinha a que se tem acesso pela própria rampa da auto-estrada que conduz à

⁸⁰ C.f. COSTA, Lucio. **Memorial do Plano-Piloto**. 1ª Ed.. Rio de Janeiro: Módulo, S.d., item p, 9.

⁸¹ Ibidem, p.9.

residência e ao aeroporto. Em cada ângulo dessa praça – Praça dos Três Poderes, poderia chamar-se – localizou-se um das casas, ficando as do Governo e do Supremo Tribunal na base e a do Congresso no vértice, com frente igualmente para uma ampla esplanada.⁸²

Os desenhos de Costa para a praça se configuram em dimensões muito pequenas. Para aqui estudá-los foi utilizada a ampliação da parte correspondente à praça dos Três Poderes que comparece no desenho da área urbanizada enviado para o concurso⁸³ em escala 1:25000, onde duzentos e cinquenta metros representados correspondem a um centímetro. A apreciação dos desenhos só foi possível graças aos recursos tecnológicos que possibilitam ampliação de imagens. Apesar de tratar-se de um estudo preliminar, cujos *croquis* são caracterizados por sua simplicidade, foi possível perceber importantes intenções que o partido adotado comporta.

O triângulo, com as mesmas dimensões da obra construída, tem em seus lados uma extensão de 683 metros e uma altura de 573 metros (Desenho 3.1). Relacionados ao triângulo dois grandes retângulos que fazem o papel de elementos estruturadores do espaço podem ser percebidos (Desenho 3.2). O primeiro, com a maior extensão no sentido longitudinal, pode ser compreendido

⁸² Idem. Ibidem, p.9.

⁸³ C.f. COSTA, Lucio. **Memorial do Plano-Piloto**. 1ª Ed.. Rio de Janeiro: Módulo, S.d., item p, 9.

como a continuidade do Eixo Monumental. O lado de suas dimensões - 167m por 590 metros corresponde à largura do gramado da Esplanada dos Ministérios no sentido transversal. Nele estão contidos: a sede do poder Legislativo com o seu edifício anexo; um espaço que possivelmente seria um grande espelho d'água, medindo 98 m por 160 metros; dois canteiros com as mesmas dimensões: 34,5m por 160 metros, sendo um deles o que receberia o renque de palmeiras imperiais; a praça; o canteiro contíguo a ele; e a via de ligação entre um lado ao outro do eixo. Esse retângulo tem como limites, nos lados ao norte e ao sul, duas vias, que fazem o papel de ligação da praça dos Três Poderes ao restante da cidade.

O segundo grande retângulo (Desenho 3.2), cuja maior extensão está no sentido transversal, mede 100m por 468 metros. Ele é dividido simetricamente. No meio dele está a praça, entre as sedes dos poderes Executivo e Judiciário.

Esses dois retângulos imprimem o sentido de unidade ao conjunto arquitetônico, cujo ponto de interseção é a praça, na condição de “epicentro” do espaço maior.

O espaço da praça propriamente dito, em um ponto simétrico, tem uma forma oitavada circunscrita por um retângulo que mede por volta 100m por 193 metros (Desenho 3.1). Ele está aproximadamente a 47 metros da linha

correspondente à base e a 443 metros do vértice que se volta para o restante da cidade. O octógono foi dividido em três partes no sentido longitudinal: um intervalo de 95 metros que separa dois trechos de 49 metros, onde estão os lados em ângulo – aproximadamente 158°. A praça está delimitada, no lado oeste, por um grande canteiro com uma forma retangular, medindo aproximadamente 55m por 167metros, recortada pelo espaço oitavado. Em função da forma como o canteiro foi representado no desenho, é possível supor que ele receberia uma vegetação de predominância rasteira, provavelmente, de gramíneas. A representação do piso da praça no desenho não acusa a existência de nenhum elemento além do próprio revestimento. A praça, portanto, assumiria um aspecto “seco”.

As sedes dos poderes dos poderes Judiciário e Executivo contam, a sua frente, com pequenas praças autônomas que estão entre eles e a área da praça principal (Desenho 3.1). O lado menor de sua área - 65m por 75 metros – está paralelo a um dos lados da forma oitavada, que tem praticamente a mesma dimensão. Elas proporcionam a continuidade da praça maior, ligando-a aos dois edifícios e podem ser interpretadas ainda como espaços preparatórios dos dois palácios –um “adro”.

A via que está do lado sul do Eixo Monumental liga a parte da cidade conformada pelos dois eixos à praça (Desenho 3.1). A outra via, no lado

oposto, faz a ligação no sentido contrário. Ao consideramos as palavras de Costa que se referiu à Esplanada dos Ministérios com um segundo terrapleno ⁸⁴ e o desnível natural do terreno, essas vias seriam, necessariamente, construídas em um plano inclinado. A leste, voltando-se para a base do grande triângulo, o espaço aberto está delimitado pela continuidade da via posicionada oriunda da Esplanada, no lado sul, que tangenciaria o espaço aberto da praça, fazendo a ligação com a via do eixo no lado norte, em declive - conforme os *croquis* em perspectiva feitos por Lucio Costa. O restante desse limite está formado por um espaço intersticial, provavelmente um canteiro em desnível, resultante do intervalo entre a ligação das duas vias e a borda do espaço aberto da praça (Desenho 3.1).

Os edifícios dos poderes Executivo e Judiciário têm em planta baixa a forma quadrada, cujos lados têm 70 metros (Desenho 3.1). As praças autônomas, por intermédio de um jogo de cheio e vazio, são uma forma de imprimir continuidade às áreas onde estão os dois edifícios. Esses espaços menores seriam delimitados pela fachada voltada para a praça; as vias restritas para o acesso e saída de veículos, que estariam paralelas; e pelas vias oriundas do Eixo Monumental. O desenho mostra ainda, na representação do palácio posicionado ao sul, uma forma retangular, dentro do espaço da praça autônoma,

⁸⁴ C.f. COSTA, Lucio. **Memorial do Plano-Piloto**. 1ª Ed.. Rio de Janeiro: Módulo, S.d., item p, 9.

que tocaria a sua área principal de forma perpendicular, levando a possível hipótese de que tal elemento seria uma rampa de acesso (Imagem 3.2).

A sede do poder Legislativo é composto por dois edifícios: o dos plenários e uma edificação anexa (Imagem 3.3). Na sua fachada voltada para o oeste, dá-se o encontro dos lados que formam um dos vértices do triângulo no sentido da altura. O edifício dos plenários em planta baixa mede 98m por 126 metros. Os lados menores estão voltados um para o oeste e o outro, para leste. O eixo que divide esse edifício ao meio no sentido longitudinal é o que corresponde à altura do triângulo. Fora dele está uma parte considerável desse palácio (Desenho 3.1). Contiguamente a ele, imediatamente próximo à fachada voltada para o lado norte, está o edifício anexo, que é, da mesma forma, um retângulo, medindo cerca de 18m por 123 metros (Desenho 3.1). O desenho mostra que haveria pelo menos uma forma de ligação entre ele os dois edifícios: uma longa passarela com um percurso composto por dois eixos que formam um ângulo de 90°. Em frente à fachada voltada para o lado oeste, comparece uma forma quadrada, com o lado medindo 105 metros, que pode ser interpretado como um outro espelho d'água (Desenho 3.1).

A área do Congresso Nacional pode ser compreendida por um grande retângulo, medindo cerca de 167m por 458 metros, que abrange: o edifício dos plenários e o edifício anexo; o maior espelho d'água; e os três

grandes canteiros (Desenho 3.3). Esse retângulo pode ser dividido em dois. O primeiro é o que contém os dois edifícios, medindo cerca de 167m por 243 metros, onde o lado correspondente à fachada posterior do edifício dos plenários faz a divisão do retângulo pela metade. O segundo retângulo, que contém os canteiros e o espelho d'água mede aproximadamente 167m por 214 metros.

A distância entre a fachada do edifício dos plenários e centro da praça é o dobro da distância entre as fachadas dos palácios dos poderes Executivo e Judiciário até o mesmo ponto - cerca de 170 metros.

O volume dos plenários seria um paralelepípedo coroado por uma cúpula, cujo diâmetro tem cerca de 60 metros (Imagem 3.4). O edifício anexo é o mais vertical de todo o conjunto arquitetônico da praça e deveria ser o mais alto da cidade. O Congresso Nacional voltado para o restante da área urbanizada formada pelos dois eixos principais, assume a função de um marco e a de servir ainda como um elemento articulador do grande triângulo com a área do Plano-Piloto a oeste. Como afirmou William Holford, um dos jurados do concurso, nas “Apreciações do Júri”, a praça dos Três Poderes abre-se tanto para a natureza quanto para o restante da cidade ⁸⁵.

⁸⁵ C.f. Revista Módulo nº 8. Rio de Janeiro, Julho de 1957.

O renque de palmeiras imperiais é mais um elemento a imprimir verticalidade ao conjunto (Imagem 3.4). O seu uso, uma sugestão de Le Corbusier, como demonstra o memorial do Plano-Piloto, acaba por imprimir um importante caráter simbólico ao espaço ⁸⁶. A palmeira Imperial ⁸⁷ é uma espécie oriunda de regiões estrangeiras com características climáticas tropicais muito similares a do Brasil. Ela foi importada por D. João VI, no início do século XIX, para ser utilizada no paisagismo do Jardim Botânico, no Rio de Janeiro. Desde então, essa espécie passou a ser usada em outras obras importantes, como por exemplo, o jardim do palácio do Catete, no Rio de Janeiro (1836), a praça da República, em Recife (1875) e a praça da Liberdade, em Belo Horizonte (1920). Sobre o uso das palmeiras imperiais no Brasil, Lucio Costa comentou em entrevista a Matheus Gorovitz:

[...] o próprio emprego das palmeiras imperiais sugerido por Corbusier também dá uma conotação, embora a palmeira seja uma coisa importada, Dom João VI plantou a palmeira trazida lá das Antilhas, mas ficou tão bem integrada no Rio de Janeiro que hoje em dia tanto a palmeira como a mangueira também são árvores que ficaram integradas na paisagem carioca ⁸⁸. (sic)

⁸⁶ Le Corbusier veio ao Brasil em duas oportunidades na década de trinta. Uma de suas vindas deveu-se a um convite feito para a sua participação na equipe que realizou o projeto para o Ministério da Educação, no Rio de Janeiro.

⁸⁷ C.f. LORENZI, Henri. **Palmeiras brasileiras exóticas e cultivadas**. 1ª Ed..São Paulo: Nova Odessa, 2004, p. 390. Nome científico: *rosteona oleracea*. Nomes populares: palmeira Máter, palmeira Real, e palmeira Imperial.

⁸⁸ C.f. GOROVITZ, Matheus. **Os riscos do projeto: contribuição à análise do juízo estético na**

Algumas variações da idéia de Costa para a praça podem ser percebidas no *croqui* que faz parte do memorial para o Plano-Piloto, representando, de forma isolada, a praça dos Três Poderes em planta baixa (Imagem 3.5 e Desenho 4). Uma das diferenças está no fato de que não há uma clara divisão entre o piso da praça e as vias do Eixo Monumental que teriam assim, o mesmo revestimento, levando veículos e pedestres a compartilharem o mesmo espaço.

Ainda referindo-se a esse segundo *croqui*, da mesma forma, o espaço é estruturado por intermédio de dois grandes retângulos que se relacionam com o triângulo, onde a praça é o ponto de interseção (Desenho 3.5). Contudo, há uma sensível diferença em suas medidas. O maior retângulo, no sentido longitudinal mede aproximadamente 211m por 590 metros, enquanto o menor, no sentido transversal, mede 110m por 474 metros. A praça propriamente dita está circunscrita por um retângulo que mede cerca de 110m por 211 metros.

Os edifícios dos poderes Executivo e Judiciário assumem nessa segunda versão formas diferenciadas. O que ficaria posicionado na posição ao sul do espaço da praça, assumiria uma forma retangular, medindo 64m por 47

metros (Imagem 3.6). O palácio, no lado oposto (Imagem 3.7), continuaria a ter uma forma quadrada, desta feita menor, medindo 60 metros de lado.

Nas duas praças autônomas comparecem mais detalhes em relação a sua ocupação. Mais uma vez, pode-se perceber um elemento que intercepta de forma perpendicular a fachada voltada para a praça - nos dois edifícios - reforçando assim, a hipótese de que eles estariam sobre uma base e que tais elementos, por conseguinte, seriam rampas de acesso (Imagens 3.6 e 3.7). Há, portanto, uma diferença significativa entre o nível da entrada e o nível do piso da praça maior. Na praça autônoma do palácio ao sul, percebe-se ainda, uma forma tendendo para a elíptica imediatamente a frente da fachada (Imagem 3.6 antiga 34). Na praça autônoma do palácio ao norte (Imagem 3.7), comparecem: um espaço de forma quadrada, contíguo a uma das vias restritas, enquanto, no lado oposto, pode-se perceber a existência de traços dispostos ortogonalmente, formando uma composição. Sem definir a exata função desses elementos, é possível supor que eles foram pensados como uma forma de imprimir uma identidade própria a cada um desses palácios, através do espaço das praças autônomas.

Considerando o edifício dos plenários, outra diferença pode ser percebida: ele passa a assumir uma forma quadrada, medindo 87m de lado (Imagem 3.8). A cúpula é menor e tem um diâmetro de 48 metros. Contígua à

fachada voltada para a praça comparece um espaço delimitado por uma forma quase quadrada, que mede 85m por 80 metros (Desenho 4), levando à duas interpretações. A primeira hipótese seria de que haveria um outro grande espelho d'água com um elemento próximo a um dos cantos. A segunda interpretação leva à suposição de que esse espaço seria, com efeito, um prolongamento do edifício dos plenários – um terraço.

A área do conjunto arquitetônico do Congresso Nacional, como no primeiro desenho, pode ser compreendida em um grande retângulo que mede 211m por 464 metros, no qual, da mesma forma, estariam: as duas construções; os dois canteiros de mesma medida, sendo um deles o que receberia o renque de palmeiras imperiais, o espelho d'água, e o canteiro contíguo ao espaço aberto da praça (Desenho 3.6). Ao dividi-lo, mais uma vez, dois retângulos menores podem ser formados. O primeiro deles, que mede 211m por 200 metros, contém o edifício dos plenários e o edifício anexo. O segundo retângulo mede 211m por 264 metros e abrange: os canteiros e o espelho d'água. O anexo continua contíguo à fachada do edifício dos plenários voltada para o norte, mas é menos extenso, medindo 18m por 97 metros. Há uma ligação mais direta entre ele e o edifício dos plenários, feita por uma passarela mais curta tocando os dois volumes de forma perpendicular.

Ao estudar os desenhos representando a praça dos Três Poderes feitos em outras oportunidades, pode-se confirmar a intenção de Costa de que os volumes posicionados próximos à base, correspondentes às sedes dos poderes Judiciário e Executivo, seriam paralelepípedos deslocados do chão, sobre uma base (Imagem 3.9).

Em relação à sede do Congresso Nacional, os desenhos explicitam diferenças significativas, que levam à interpretações variadas. Um deles confirma a suposição de que o edifício dos plenários teria uma continuidade através de um volume coroado por um terraço. Assim como nos outros palácios, ele estaria elevado do chão com um acesso por intermédio de uma rampa. No mesmo desenho, o edifício anexo comparece em uma das perspectivas, como um volume desmembrado em dois. O menor seria a base sobre a qual estaria um volume mais vertical, cuja forma tende para a triangular (Imagem 3.10).

O posicionamento imposto aos palácios por Costa, nos dois desenhos, estabelece características contraditórias e fundamentais à morfologia do espaço. A primeira corresponderia a uma “força centrípeta”, resultante dos eixos oriundos dos edifícios que convergem para um ponto focal imaginário, que está no centro da praça. A segunda seria a “força centrífuga”⁸⁹, que está

⁸⁹ Expressões utilizadas por G. H. Baker na obra “Análisis de la forma: urbanismo y arquitectura” para

direcionada para a base do triângulo - sem bloqueios (Imagem 3.11). O espaço aberto da praça, portanto, expandir-se-ia em relação à paisagem, com a vasta área do cerrado a sua frente, de forma franca. A natureza e o horizonte passariam a ser importantes elementos compositivos da obra, na mesma medida dos demais. A praça dos três Poderes serve como um grande miradouro, de onde é possível contemplar a paisagem. A conformação feita pelo conjunto arquitetônico contém a leitura de um espaço “infinito”. A morfologia da praça dos Três Poderes reforça a hipótese de que a praça do Comércio, em Lisboa, a praça XV de Novembro, no Rio de Janeiro, e a praça de Porto Seguro, foram importantes referências para o partido adotado.

Outra relação com a arquitetura antiga comparece quando tomamos a implantação da praça sobre um terrapleno. O seu uso deve-se ao conhecimento que Costa tinha sobre as cidades chinesas. Ele próprio admitiu em seus escritos que a técnica oriental do uso do terrapleno foi uma referência fundamental⁹⁰.

A base que recebe a praça dos Três Poderes ao mesmo tempo que cria uma fronteira com o cerrado, imprime ao conjunto elegância, potencializando ainda mais o seu aspecto monumental ao elevá-la do chão. De

qualificar características morfológicas de espaços urbanos conhecidos, como por exemplo, a praça de Siena.

acordo com as suas palavras: “*a aplicação, em termos atuais, dessa técnica oriental milenar dos terraplenos garante a coesão do conjunto e lhe confere uma ênfase monumental imprevista*”⁹¹.

De acordo com o desenho os três edifícios estão em consonância com uma malha modulada, reforçando a harmonia ao conjunto arquitetônico. Tomando-se um eixo transversal que passa pelo limite do espaço da praça mais próximo à base e um outro, no mesmo sentido, que passaria pelo centro das sedes dos poderes Executivo e Judiciário, chega-se a uma dimensão equivalente a 50 metros, que quando repetida nos dois sentidos, resulta em uma modulação quadrada (Desenho 3.7). Tal fato leva à suposição de que Costa lançou mão de alguma relação matemática determinada com o intuito de imprimir uma maior harmonia ao conjunto arquitetônico. No segundo *croqui*, assim como no primeiro, pode-se perceber que a locação dos palácios está novamente em consonância com uma malha modulada, que, desta feita, mede 50m por 55 metros (Desenho 3.8). Quando perguntado se tal foto foi por ele notado, Niemeyer afirmou: “*entendi na ocasião que a disposição dos palácios daquela maneira foi simplesmente a forma que o Lúcio Costa encontrou para dar elegância à obra. Conversamos sobre outros aspectos do projeto, mas não*

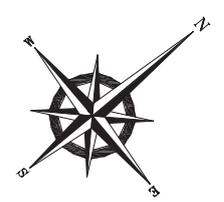
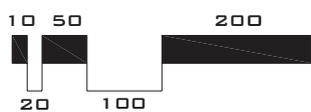
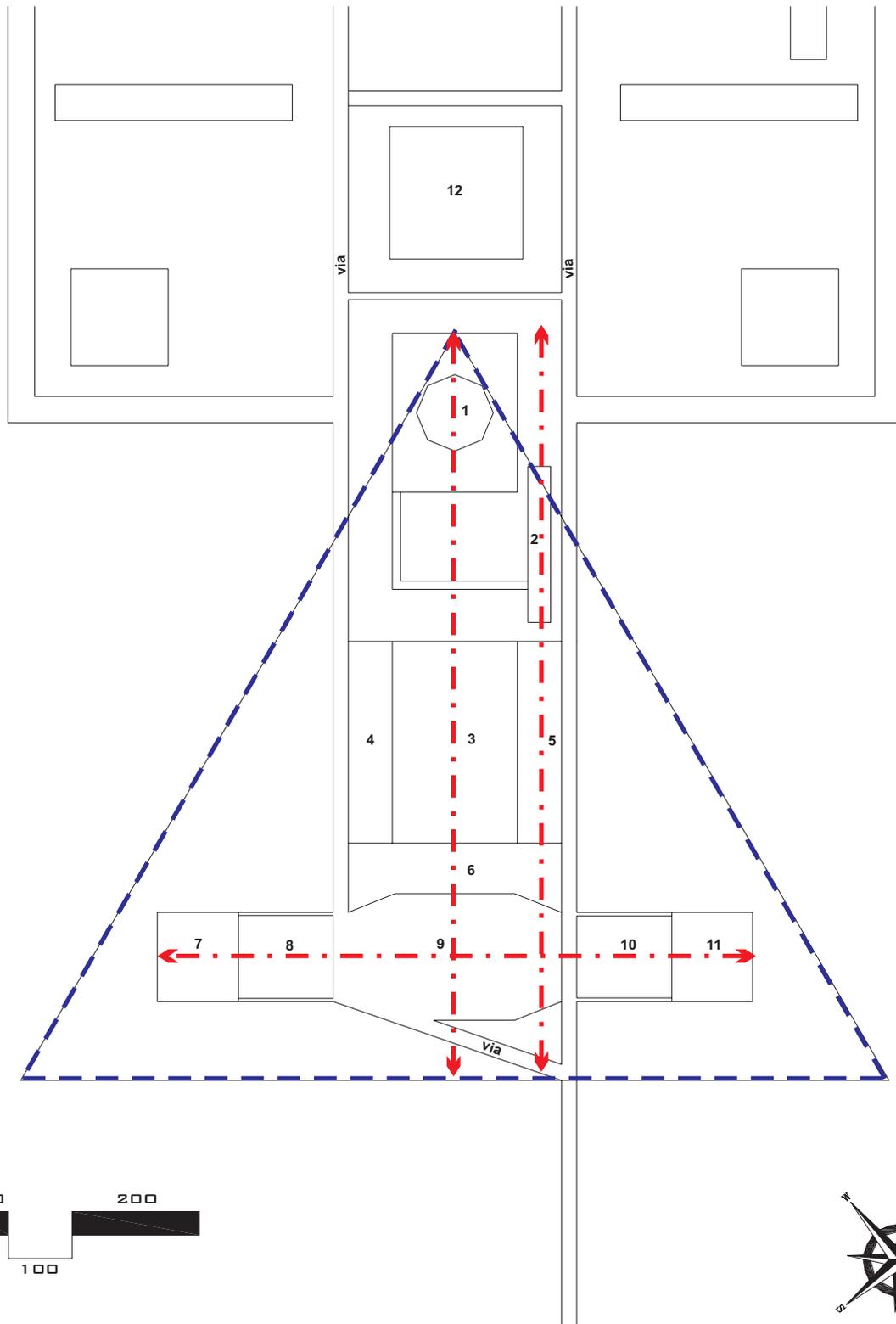
⁹¹ COSTA, Lúcio. **Arquitetura**. Organização: Maria Elisa Costa. 4ª ed.. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006, p. 123 a 125.

chegamos a conversar sobre isso... tínhamos um prazo muito curto para o desenvolvimento dos projetos”⁹².

⁹² Entrevista concedida ao autor por telefone no dia 20 de Junho de 2008 às 16 h.

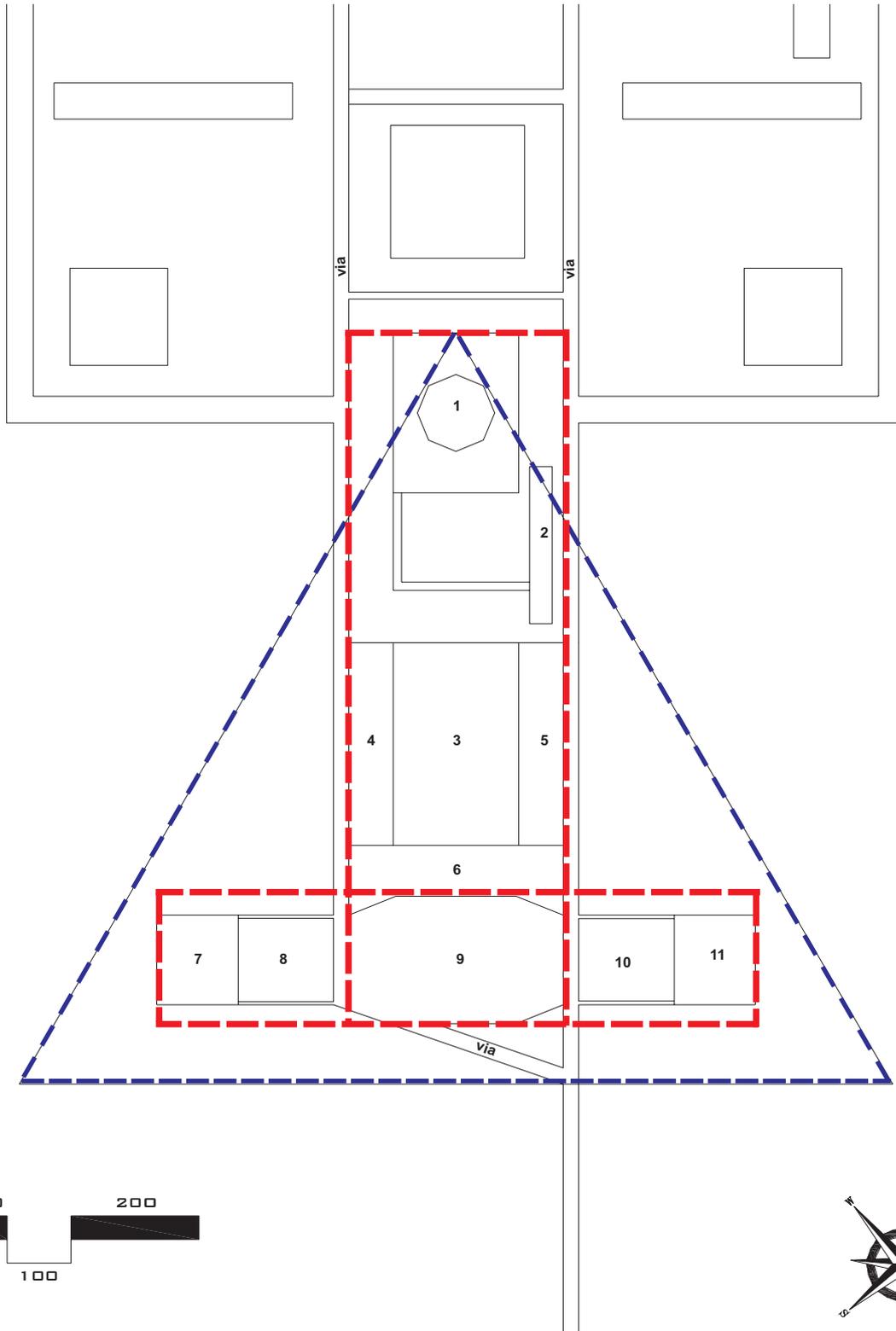
A PRAÇA IMAGINADA (DESENHO 3.1)

- 1- EDIFÍCIO DOS PLENÁRIOS
- 2- EDIFÍCIO ANEXO
- 3- ESPELHO D'ÁGUA
- 4- CANTEIRO COM O RENQUE DE PALMEIRAS IMPERIAIS
- 5- CANTEIRO
- 6- CANTEIRO
- 7- PALÁCIO
- 8- PRAÇA AUTÔNOMA
- 9- PRAÇA
- 10- PRAÇA AUTÔNOMA
- 11- PALÁCIO
- 12- ESPELHO D'ÁGUA



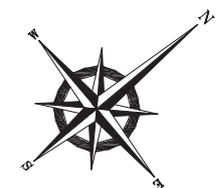
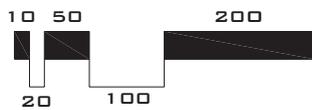
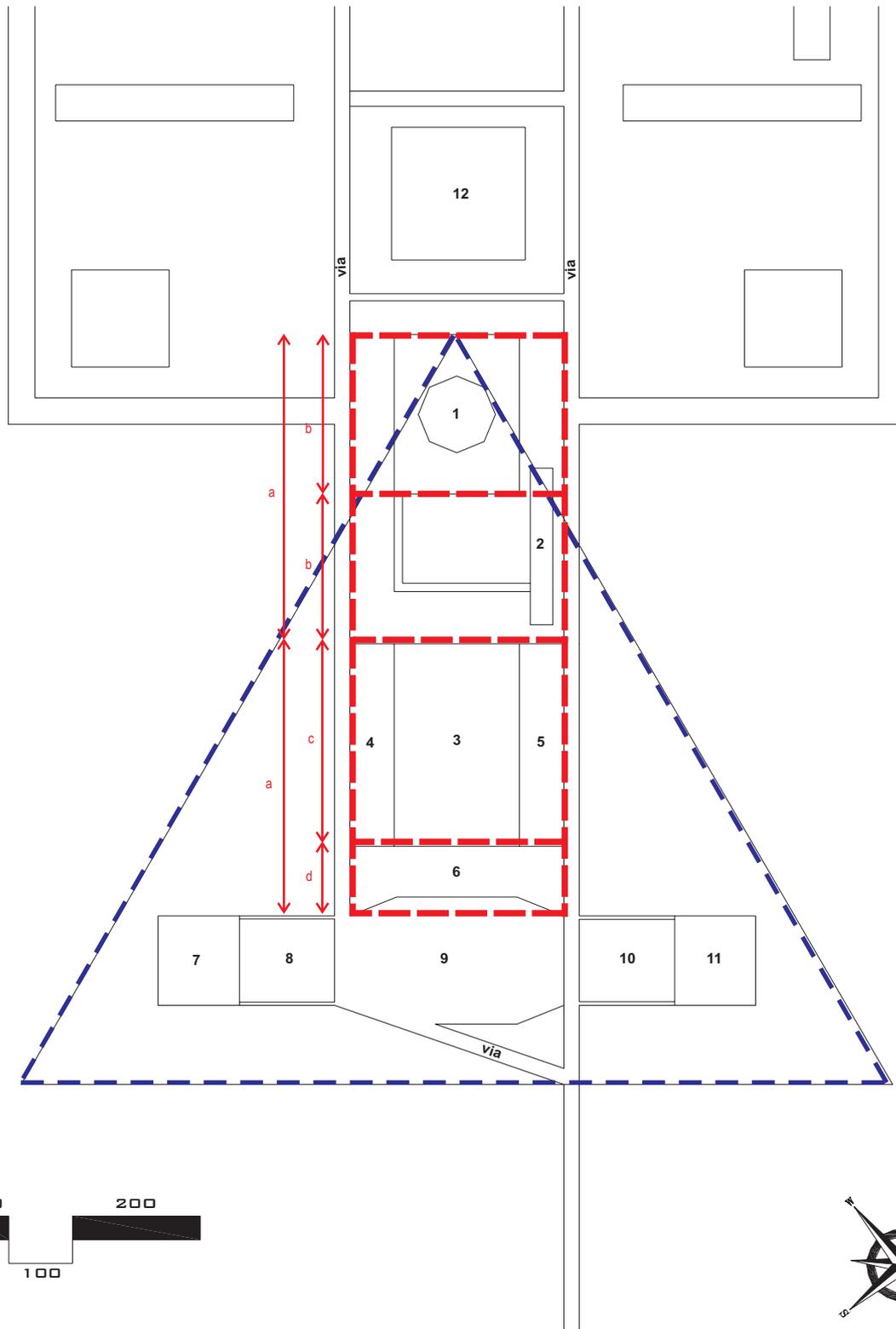
A PRAÇA IMAGINADA (DESENHO 3.2)

- 1- EDIFÍCIO DOS PLENÁRIOS
- 2- EDIFÍCIO ANEXO
- 3- ESPELHO D'ÁGUA
- 4- CANTEIRO COM O RENQUE DE PALMEIRAS IMPERIAIS
- 5- CANTEIRO
- 6- CANTEIRO
- 7- PALÁCIO
- 8- PRAÇA AUTÔNOMA
- 9- PRAÇA
- 10- PRAÇA AUTÔNOMA
- 11- PALÁCIO



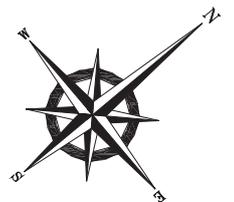
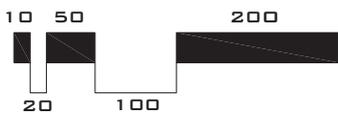
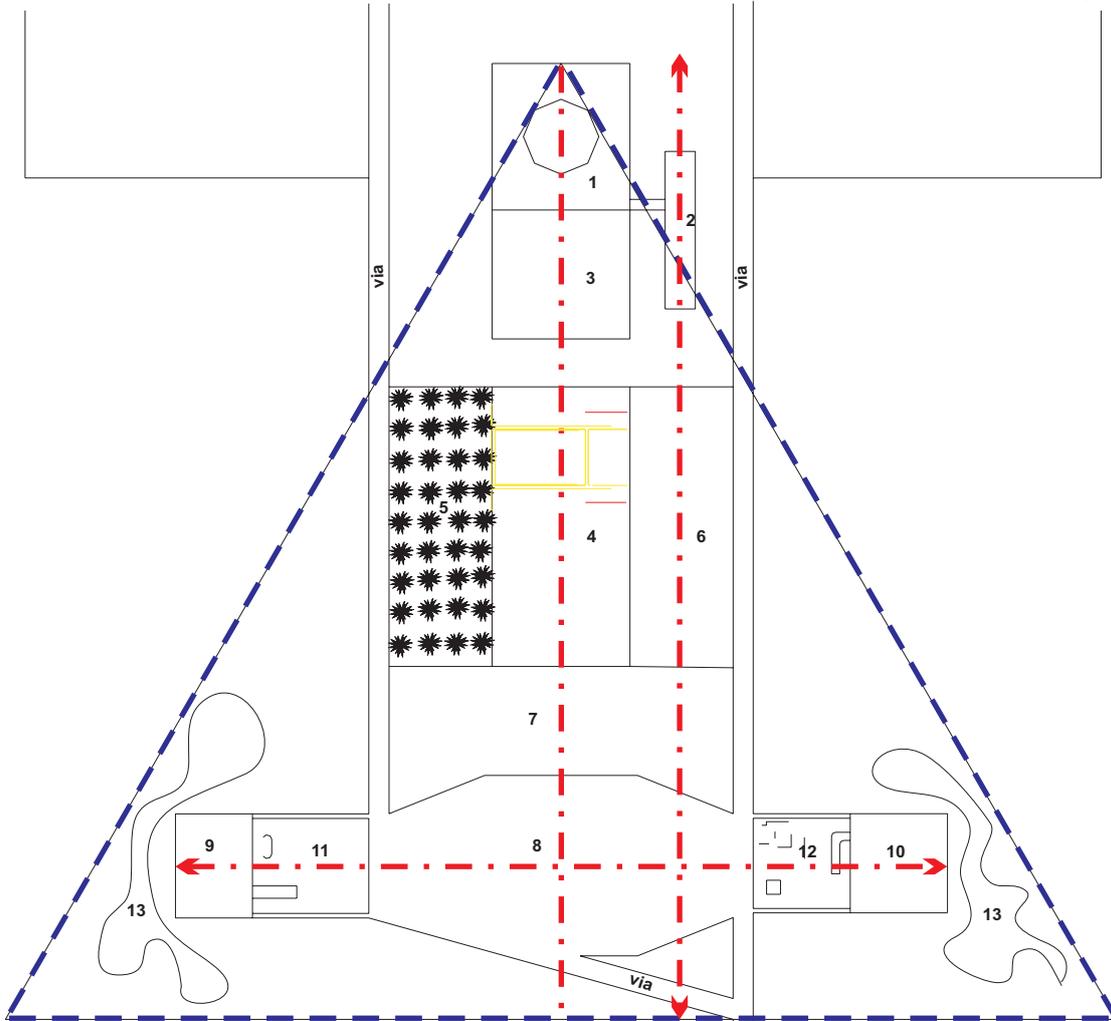
A PRAÇA IMAGINADA (DESENHO 3.3)

- 1- EDIFÍCIO DOS PLENÁRIOS
- 2- EDIFÍCIO ANEXO
- 3- ESPELHO D'ÁGUA
- 4- CANTEIRO COM O RENQUE DE PALMEIRAS IMPERIAIS
- 5- CANTEIRO
- 6- CANTEIRO
- 7- PALÁCIO
- 8- PRAÇA AUTÔNOMA
- 9- PRAÇA
- 10- PRAÇA AUTÔNOMA
- 11- PALÁCIO
- 12- ESPELHO D'ÁGUA



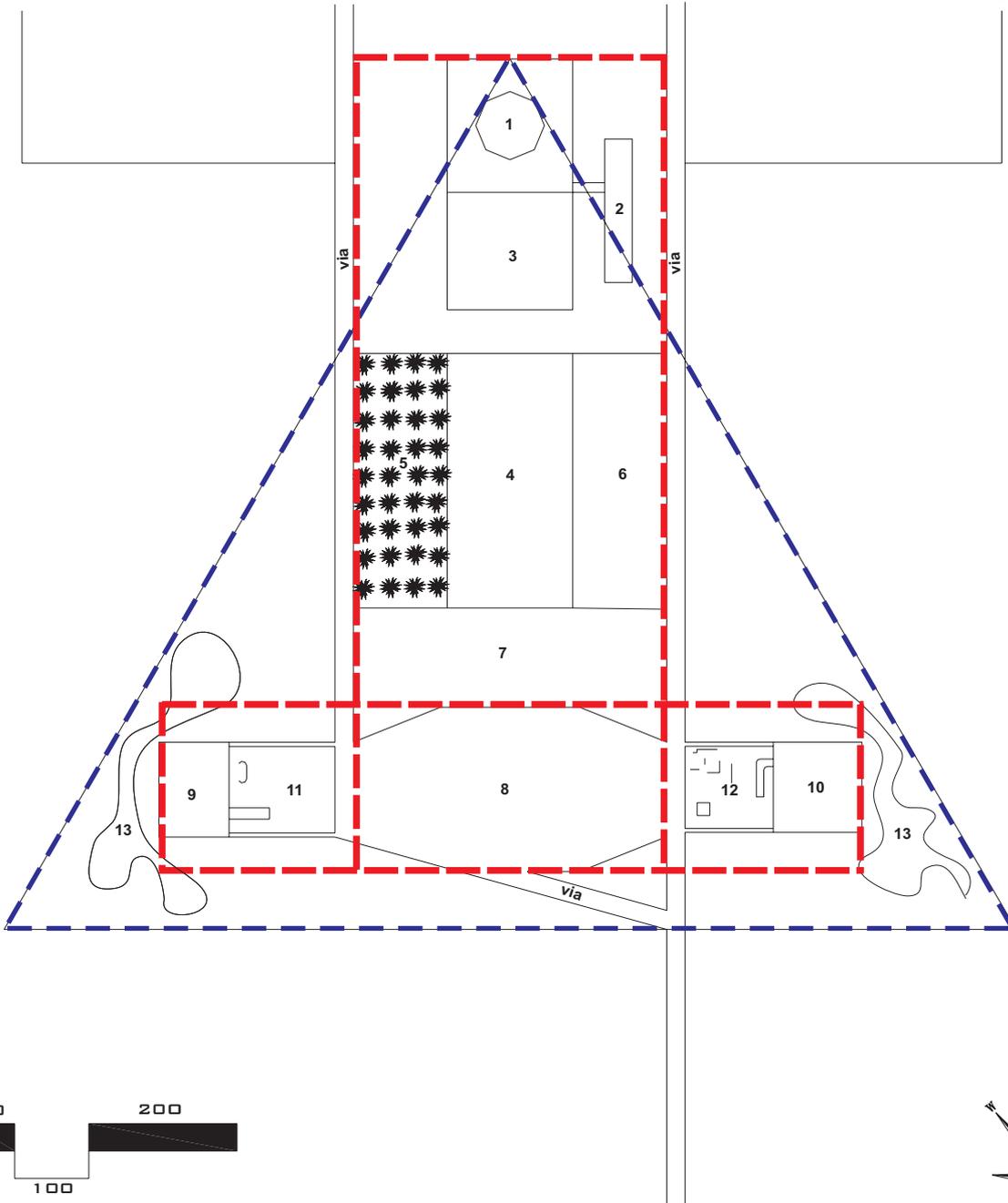
A PRAÇA IMAGINADA (DESENHO 3.4)

- 1- EDIFÍCIO DOS PLENÁRIOS
- 2- EDIFÍCIO ANEXO
- 3- ESPELHO D'ÁGUA OU TERRAÇO
- 4- ESPELHO D'ÁGUA
- 5- CANTEIRO COM O RENQUE DE PALMEIRAS IMPERIAIS
- 6- CANTEIRO
- 7- CANTEIRO
- 8- PRAÇA
- 9- PALÁCIO
- 10- PALÁCIO
- 11- PRAÇA AUTÔNOMA
- 12- PRAÇA AUTÔNOMA
- 13- VEGETAÇÃO



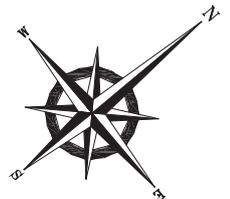
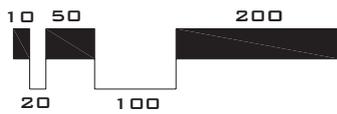
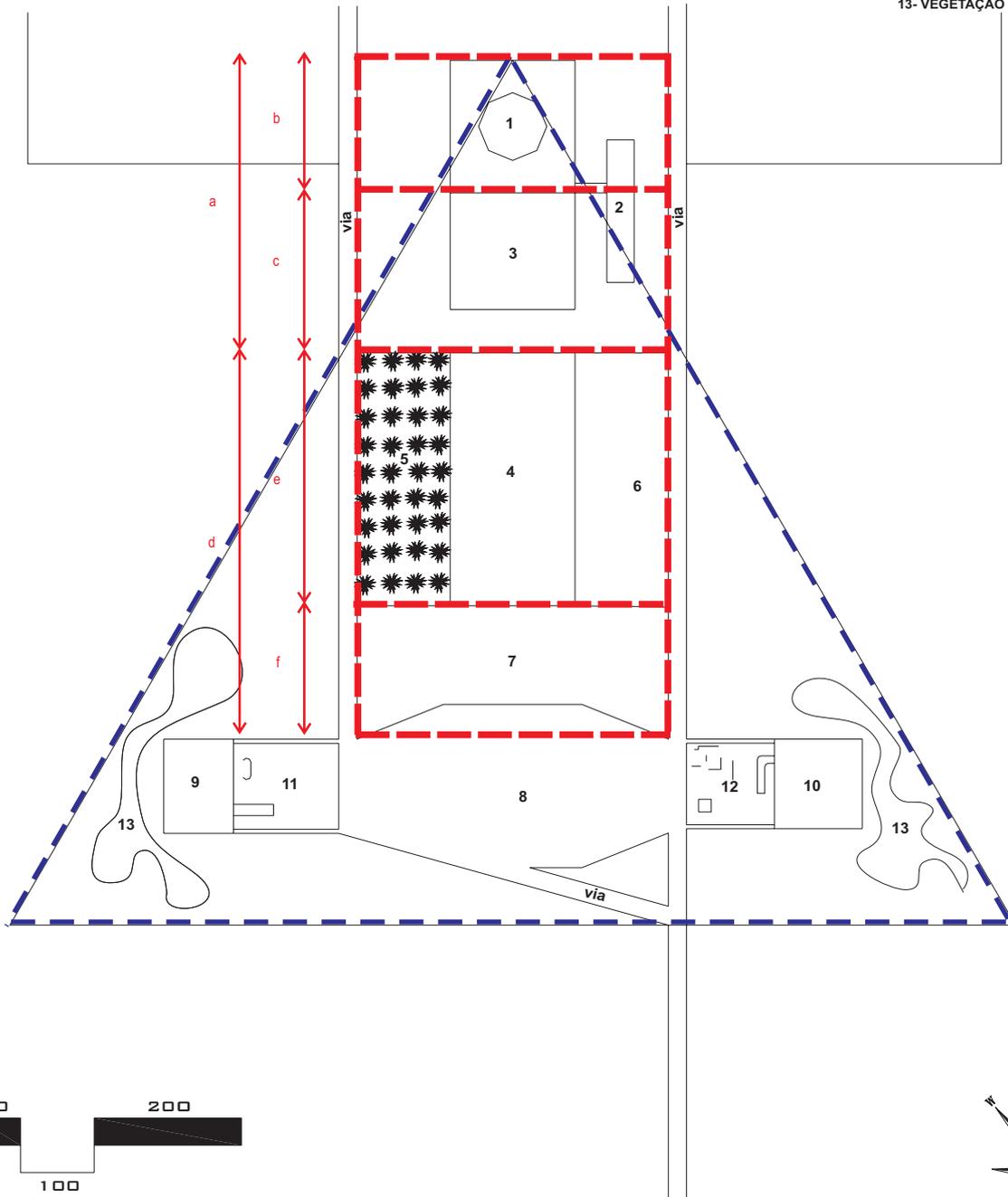
A PRAÇA IMAGINADA (DESENHO 3.5)

- 1- EDIFÍCIO DOS PLENÁRIOS
- 2- EDIFÍCIO ANEXO
- 3- ESPELHO D'ÁGUA OU TERRAÇO
- 4- ESPELHO D'ÁGUA
- 5- CANTEIRO COM O RENQUE DE PALMEIRAS IMPERIAIS
- 6- CANTEIRO
- 7- CANTEIRO
- 8- PRAÇA
- 9- PALÁCIO
- 10- PALÁCIO
- 11- PRAÇA AUTÔNOMA
- 12- PRAÇA AUTÔNOMA
- 13- VEGETAÇÃO



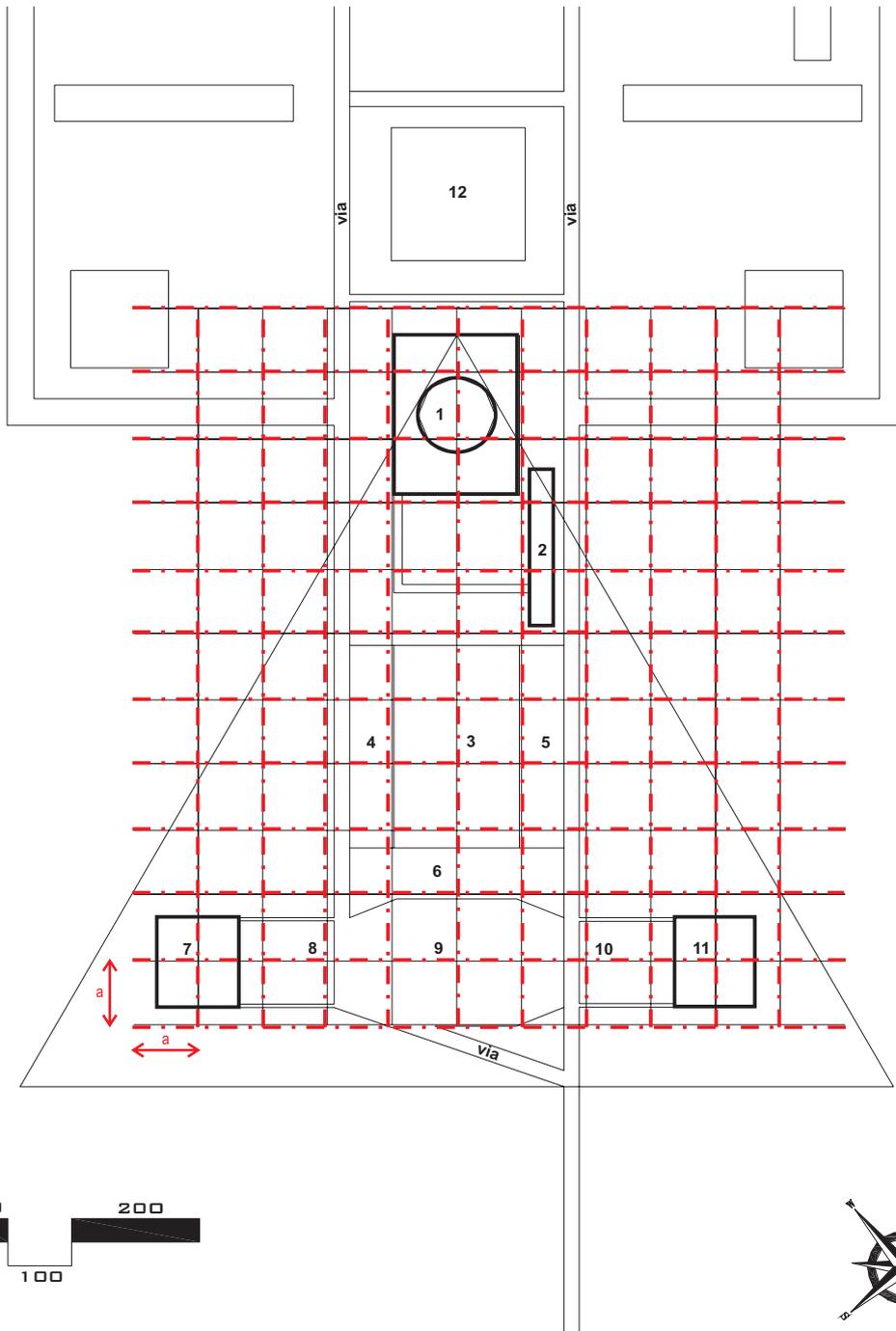
A PRAÇA IMAGINADA (DESENHO 3.6)

- 1- EDIFÍCIO DOS PLENÁRIOS
- 2- EDIFÍCIO ANEXO
- 3- ESPELHO D'ÁGUA OU TERRAÇO
- 4- ESPELHO D'ÁGUA
- 5- CANTEIRO COM O RENQUE DE PALMEIRAS IMPERIAIS
- 6- CANTEIRO
- 7- CANTEIRO
- 8- PRAÇA
- 9- PALÁCIO
- 10- PALÁCIO
- 11- PRAÇA AUTÔNOMA
- 12- PRAÇA AUTÔNOMA
- 13- VEGETAÇÃO



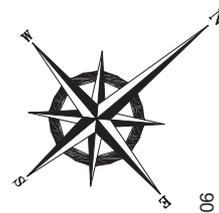
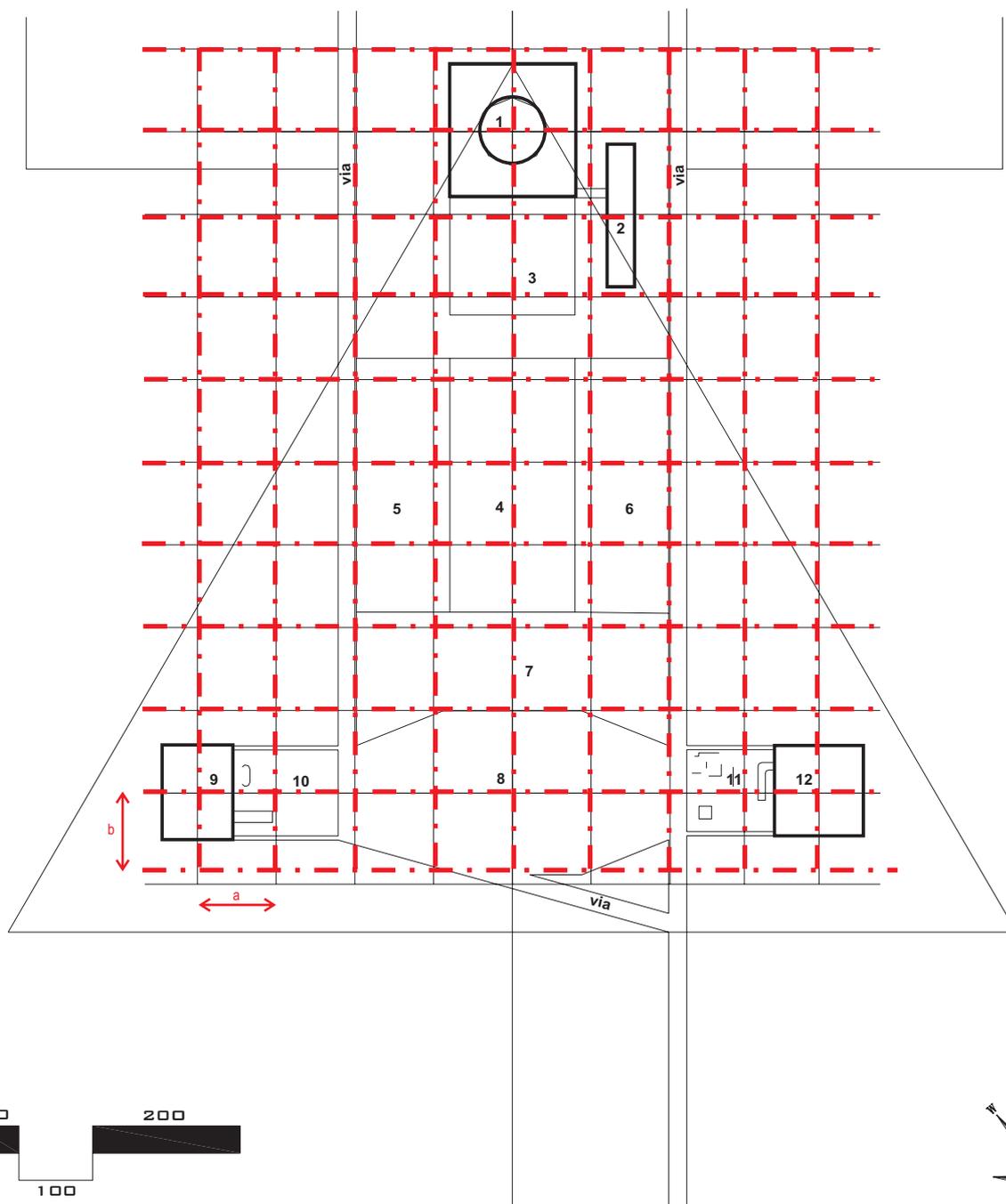
A PRAÇA IMAGINADA (DESENHO 3.7)

- 1- EDIFÍCIO DOS PLENÁRIOS
- 2- EDIFÍCIO ANEXO
- 3- ESPELHO D'ÁGUA
- 4- CANTEIRO COM O RENQUE DE PALMEIRAS IMPERIAIS
- 5- CANTEIRO
- 6- CANTEIRO
- 7- PALÁCIO
- 8- PRAÇA AUTÔNOMA
- 9- PRAÇA
- 10- PRAÇA AUTÔNOMA
- 11- PALÁCIO
- 12- ESPELHO D'ÁGUA



A PRAÇA IMAGINADA (DESENHO 3.8)

- 1- EDIFÍCIO DOS PLENÁRIOS
- 2- EDIFÍCIO ANEXO
- 3- ESPELHO D'ÁGUA OU TERRAÇO
- 4- ESPELHO D'ÁGUA
- 5- CANTEIRO COM O RENQUE DE PALMEIRAS IMPERIAIS
- 6- CANTEIRO
- 7- CANTEIRO
- 8- PRAÇA
- 9- PALÁCIO
- 10- PRAÇA AUTÔNOMA
- 11- PRAÇA AUTÔNOMA
- 12- PALÁCIO



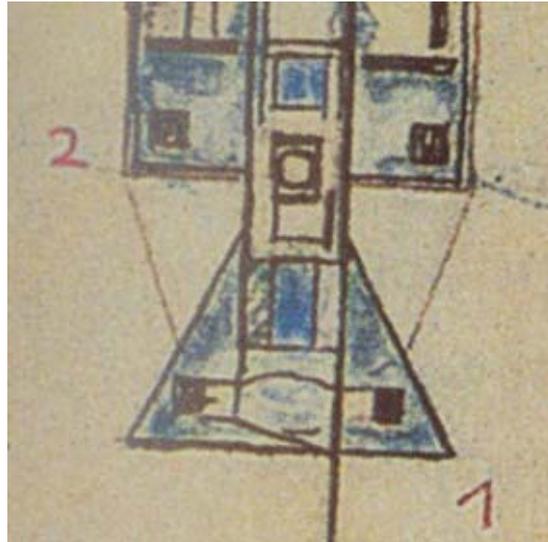


Imagem 3.1: a área correspondente à praça dos Três Poderes (retirado do livro “Registro de uma vivência”).

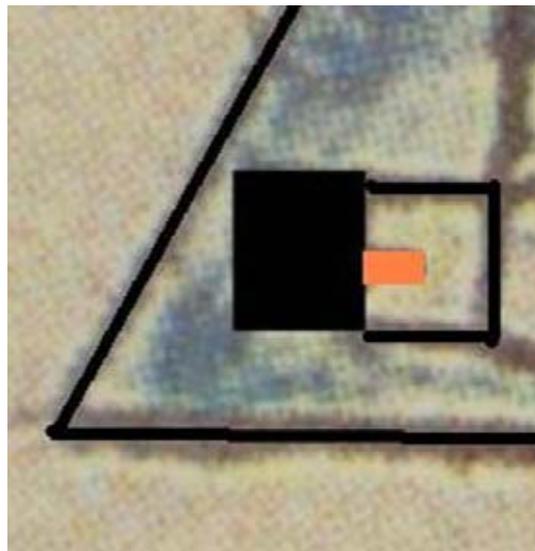


Imagem 3.2: o palácio posicionado no sentido sul próximo à base do triângulo (retirada do livro “Registro de uma vivência”).



Imagem 3.3: a sede do poder legislativo (retirada do livro “Registro de uma vivência”).

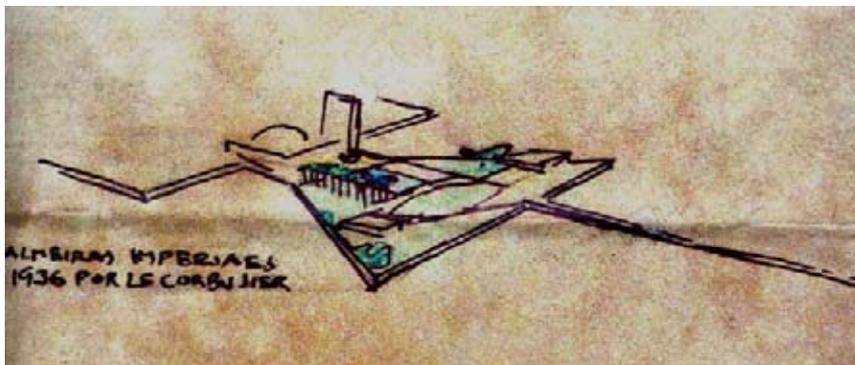


Imagem 3.4: perspectiva mostrando a praça dos Três Poderes (retirada do livro “Registro de uma vivência”).

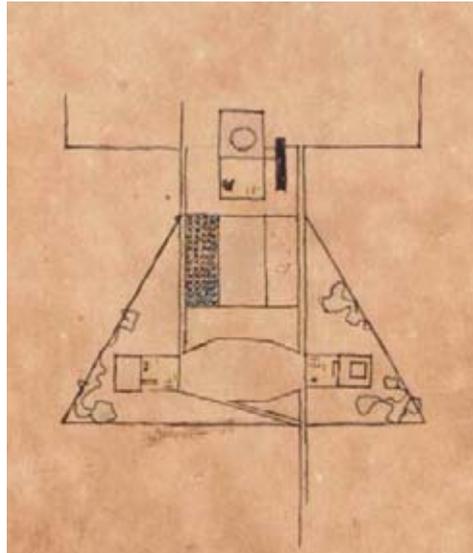


Imagem 3.5: a praça dos Três Poderes (retirada do livro “Registro de uma vivência”).

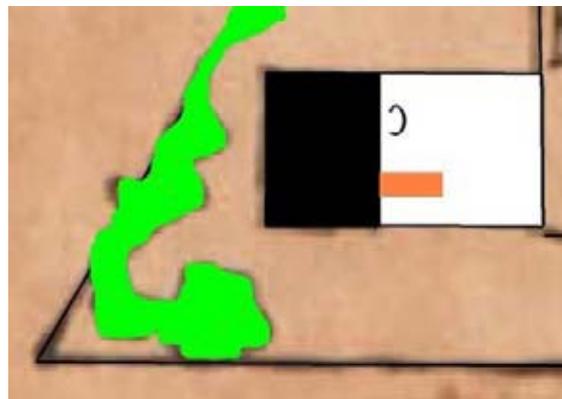


Imagem 3.6: o palácio posicionado ao sul, próximo à base do triângulo (adaptação do desenho retirado do livro “Registro de uma vivência”).

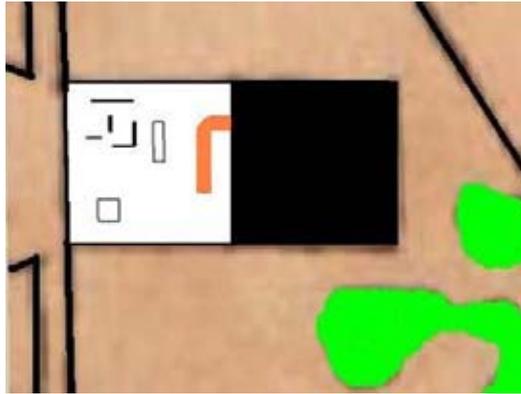


Imagem 3.7: o palácio posicionado ao norte, próximo à base do triângulo (adaptação do desenho retirado do livro “Registro de uma vivência).

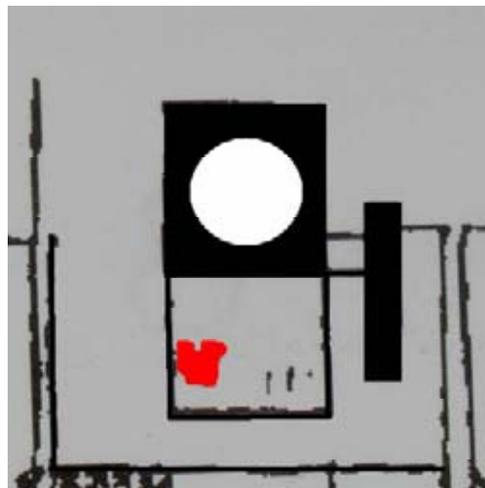


Imagem 3.8: a sede do Congresso nacional (adaptação do desenho retirado do livro “Registro de uma vivência”).

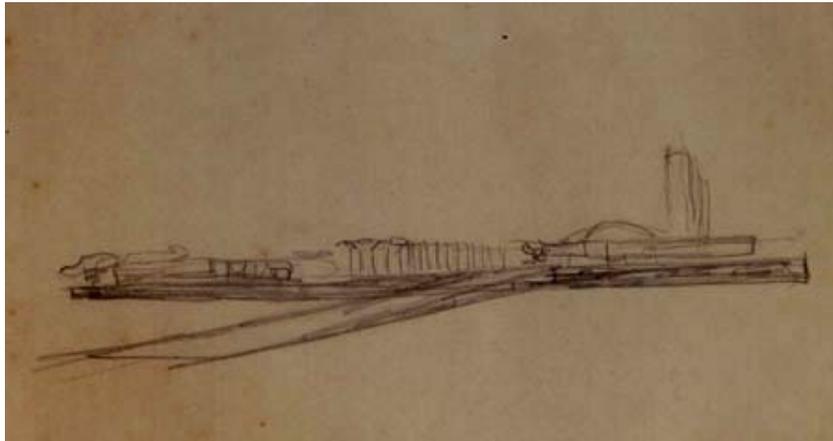


Imagem 3.9: perspectiva mostrando a praça dos Três Poderes no sentido leste-oeste (retirada da Folha de São Paulo, publicada em 12 de Março de 2007).

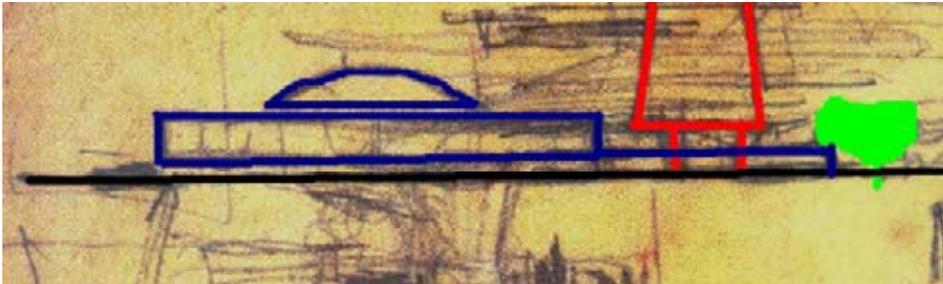


Imagem 3.10: o Congresso Nacional (desenho adaptado do retirada da Folha de São Paulo publicada em 12 de Março de 2007).

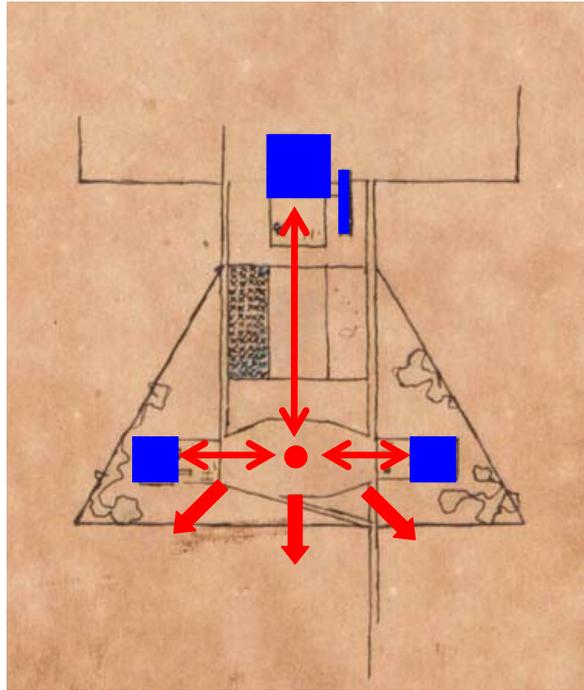


Imagem 3.11: a praça dos Três poderes (adaptação do desenho retirado do livro “Registro de uma vivência).

CAPÍTULO IV

A PRAÇA CONSTRUÍDA E INAUGURADA EM 1960

*“Os dois arquitetos não pensaram em construir a beleza,
seria fácil: eles ergueram o espanto inexplicado”*

Clarice Lispector

A praça dos Três Poderes construída e inaugurada em 1960 é o resultado da interpretação da idéia de um arquiteto por outro – uma obra de urbanismo e arquitetura. As medidas determinadas na idéia imaginada para o triângulo equilátero, foram respeitadas, assim como, os aspectos fundamentais relacionados à morfologia. Niemeyer apropriou-se ainda de algumas intenções de Lucio Costa relativas à volumetria dos palácios.

O triângulo equilátero (Desenho 4.1) que repete as medidas imaginadas - 683 metros - foi construído quase que totalmente sobre um

terrapleno com um arrimo em concreto aparente. Sua forma, contudo, só é perceptível através de uma vista aérea. Como na idéia de Costa, os edifícios dos três poderes da República estão posicionados contiguamente a cada um dos seus vértices. Os palácios do Planalto, cujo nome oficial é palácio de Despachos do Executivo e o Supremo Tribunal Federal estão próximos à base. O primeiro encontra-se no sentido norte e o segundo, no sentido sul. As suas fachadas principais estão voltadas para a praça, colocadas face a face. Somente o Congresso Nacional tem sua fachada principal em direção ao sentido oeste – a Esplanada dos Ministérios. As construções e os demais elementos, sobre o plano da praça, assumem relações particulares com esse espaço (Desenho 4.1).

Assim como na idéia de Costa, dois grandes retângulos se relacionam com o triângulo, servindo como elementos ordenadores e estruturadores do espaço, reforçando a ligação entre os edifícios e imprimindo o sentido de unidade ao conjunto arquitetônico (Desenho 4.2). O primeiro deles, cuja maior extensão está no sentido longitudinal é a continuidade do percurso insinuado pelo Eixo Monumental, medindo 200m por 590 metros e abrange: a praça, o conjunto arquitetônico do Congresso Nacional, o espelho d'água, contíguo à fachada posterior e os canteiros, inclusive o que recebe o renque de palmeiras imperiais. O segundo retângulo, com a maior extensão no sentido transversal, mede 129m por 447 metros e está dividido de forma simétrica, como

na idéia de Costa, contendo: o espaço aberto da praça ao meio, o Supremo Tribunal Federal e o palácio do Planalto.

A oeste, comparecem as duas vias do Eixo Monumental em plano inclinado (Desenho 4.1). Através da via ao sul, dá-se o fluxo de veículos que vêm do cruzamento dos grandes eixos. A que está no lado oposto faz a mesma ligação, mas no sentido contrário, permitindo, a partir da praça, que o fluxo de veículos aconteça nos dois sentidos. Em função da inclinação dessas duas vias, constata-se que há, de fato, um desnível - cerca de 11 metros⁹³ - entre a praça e o restante da cidade conformado pelos eixos principais. A inclinação é de 11%, considerando que o trecho das vias com inclinação tem uma extensão de aproximadamente cem metros.

A praça propriamente dita é um grande retângulo que se estende até o Supremo Tribunal Federal e o palácio do Planalto (Desenho 4.1). Ela está subdividida em função da existência de quatro vias, configurando um retângulo menor que mede 125m por 210 metros (Desenho 4.1). Uma delas é a que faz a ligação de um lado ao outro do Eixo Monumental; a outra, a frente do palácio do Planalto liga o triângulo ao restante da cidade no sentido leste. Nela, o fluxo de veículos dá-se nos dois sentidos a partir da praça; as demais são vias de uso restrito, com a função, especialmente, de atender a sede do STF. A via restrita

⁹³ Dados confirmados pelo levantamento do SICAD.

que está paralela a sua fachada principal dá continuidade à via oriunda do Eixo Monumental. Seu revestimento é o mesmo do piso da praça. Ela permite o acesso à entrada principal do Supremo. Bastante próximo à base está uma segunda via restrita, que faz a ligação da praça com a via do Eixo Monumental ao norte.

O plano da praça está distante de 23 metros da base do triângulo enquanto o limite no lado oposto está a 448 metros do vértice voltado para o restante do Plano-Piloto – na direção dos dois eixos. Em função da diferença da largura da via à frente do Supremo e a que está à frente do palácio do Planalto, quando se toma o prolongamento do eixo que se confunde com a altura do triângulo, percebe-se pelo desenho que o retângulo delimitado por essas quatro vias não está dividido exatamente ao meio (Desenho 4.1). Tomando-se o sentido transversal, ele contém uma área mais extensa do centro para o lado sul.

O piso da praça recebeu um revestimento em pedra portuguesa de tonalidade clara, que está subdividido por um quadriculado modulado feito por faixas de cimentado com seixos rolados, com o lado medindo cerca 4,60 metros. As linhas que compõem o desenho reforçam de forma sutil algumas das perspectivas do espaço, embora não tenha sido detectada uma relação entre a modulação do piso e as demais dimensões da praça.

O palácio do Planalto (Imagem 4.1) em planta baixa tem a forma retangular, medindo 58m por 125 metros, considerando-se os limites da cobertura. Sua fachada principal está voltada para a praça. A área útil está recuada: 11 metros do plano da fachada voltada para a praça; 18 metros do plano da fachada oposta; e cerca de 22,70 metros dos demais planos. Uma de suas faces de maior comprimento correspondente à fachada principal que se volta para a praça, cuja distância até o seu centro é de 165 metros. A percepção que se tem é de que o edifício tem o mesmo tamanho do limite do plano da praça. Contudo, através tanto das observações *in loco* como do estudo dos desenhos, percebe-se que, de fato, há um sensível deslocamento. O plano da fachada lateral direita do palácio do Planalto, voltada para o sentido leste, está a 4,60 metros do limite da praça mais próximo à base, enquanto o plano da fachada lateral esquerda, no sentido oeste, está a 4,50 metros do limite da praça, no lado oposto (Desenho 4.1).

Através do estudo da planta baixa, percebe-se que a estrutura do palácio do Planalto foi disposta em intervalos de 12,50 metros, nas fachadas frontal e posterior, enquanto nas fachadas laterais, o mesmo ritmo comparece apenas uma vez entre dois vãos de 11 metros. Em pontos assimétricos, ao longo da fachada principal, foram posicionados a rampa de acesso, com 33 metros de comprimento e uma largura de 7,50 metros; e o parlatório, com uma forma que

tende para a de um oblongo, que pode ser circunscrito por um retângulo medindo 4m por 8 metros.

O Supremo Tribunal Federal (Imagem 4.2), mantendo a planta baixa na forma retangular, mede 58m por 76 metros, considerando o perímetro da cobertura. A área útil encontra-se recuada. Nas fachadas laterais voltadas para leste e oeste esse recuo é de aproximadamente 14 metros, enquanto nas demais, ele tem 13 metros. A fachada principal, em uma das faces de menor dimensão, está a 145 metros do centro da praça – metade da distância entre o mesmo ponto e a fachada posterior do edifício dos plenários que é de 290 metros. O comprimento da fachada principal do Supremo tem 57 metros e corresponde a metade do comprimento da fachada principal do palácio do Planalto: 124 metros. A planta baixa mostra que há um ritmo imposto à estrutura, nos lados correspondentes às fachadas laterais voltadas para os sentidos leste e oeste respectivamente: 12,50 metros. A rampa de acesso, com a forma de um tronco de triângulo tem 12,50 metros de extensão. A menor largura tem 17 metros e a maior 20 metros. Ela está ligada ao edifício por uma extensão do piso do primeiro pavimento em um ponto médio da fachada principal.

O conjunto arquitetônico do Congresso é formado pelo edifício dos plenários e os dois edifícios anexos (Imagem 4.3). A cobertura do primeiro é circunscrito por um retângulo que mede 200m por 86 metros. Uma pequena

porção desse plano encontra-se fora do triângulo. A área útil, medindo 60m por 162 metros, tem o seu contorno recuado dos limites da cobertura, em direção ao centro: 19,40 metros na fachada frontal; 4,50 metros na fachada posterior; e cerca de 4,00 metros nas fachadas laterais voltadas para o norte e para o sul. A estrutura é disposta em apoios com um vão de 10 metros no sentido longitudinal. A rampa de acesso, em dois lances, tem 68 metros de comprimento e uma largura de 12 metros. O eixo que a divide ao meio encontra a fachada voltada para o oeste perpendicularmente ao eixo de um dos pilares. Sobre o plano da cobertura estão dois círculos que representam as duas cúpulas. A primeira corresponde à da Câmara dos Deputados e tem um diâmetro de 60 metros – a mesma dimensão da cúpula imaginada por Costa - enquanto a que correspondente ao Senado Federal tem um diâmetro de 36 metros. Os dois centros estão em um mesmo eixo que é equidistante tanto da fachada frontal quanto da fachada posterior. Enquanto no primeiro caso a distância é de 36 metros, no segundo ela é de 50 metros. A distância entre a fachada posterior até o centro da praça é de 281 metros. A 15,50 metros da mesma fachada estão os dois edifícios anexos, deslocados 109,50 metros do plano da fachada lateral ao sul e 59,50 metros da fachada lateral ao norte (Desenho 4.1).

Os dois edifícios anexos (Desenho 4.1) – que servem de apoio burocrático tanto para a Câmara dos Deputados como para o Senado Federal - formam um retângulo de 31m por 45 metros. Cada edifício tem na menor

dimensão, no sentido transversal, cerca de 10 metros de extensão. No sentido longitudinal o comprimento é de 45 metros. Eles estão posicionados em função de um eixo que encontra a fachada posterior perpendicularmente em um intervalo entre dois dos pilares do edifício dos plenários. As plantas baixas dos dois edifícios anexos têm a forma retangular. Deles, o que tem a fachada principal voltada para o lado sul tem seu o acesso através de uma passarela aberta sobre o espelho d'água. Já o que tem a fachada principal voltada para o sentido norte, a entrada faz face à via do Eixo Monumental. A distância entre as fachadas laterais, no sentido leste, e o centro da praça é de 221 metros (Desenho 4.1).

A área onde está o conjunto arquitetônico do Congresso Nacional pode ser compreendida em um grande retângulo que mede 200m por 292 metros, abrangendo os edifícios, os estacionamentos, os canteiros, e o espelho d'água. Ele pode ser subdividido em dois (Desenho 4.3). O primeiro retângulo é o que envolve a sede do Congresso Nacional, medindo 200m por 147 metros. Ele corresponde, aproximadamente, à metade da área desse retângulo maior, podendo ser dividido em duas áreas menores. A primeira área abrange o edifício dos plenários, medindo 86m por 200 metros. A segunda, onde estão os dois edifícios anexos, mede 62m por 200 metros.

O segundo retângulo (Desenho 4.3) que mede 200m por 206 metros abrange: os estacionamentos; o grande espelho d'água, medindo 97m por 170 metros; os dois canteiros de mesma dimensão - 39m por 105 metros, que recebem um gramado e os renques de árvores, sendo um deles o de palmeiras imperiais; um terceiro canteiro que é revestido apenas por grama, que mede 27m por 110 metros; e os dois edifícios anexos, as duas torres, que estão em uma área de interseção dos dois retângulos. Esse retângulo é caracterizado ainda pelo seu desenho simétrico e está dividido ao meio pela maior extensão dos canteiros ocupados por árvores, separados pelo grande espelho d'água que envolve os dois edifícios anexos. O canteiro que está à esquerda é o que recebe as quarenta e nove palmeiras Imperiais. Segundo Carpintero, em cinquenta anos, aproximadamente, elas irão constituir um volume próprio na praça ⁹⁴. No segundo canteiro, no lado oposto, estão plantadas espécies nativas. As árvores juntam-se aos elementos que imprimem verticalidade ao conjunto arquitetônico no todo, além de conferir tridimensionalidade ao retângulo onde estão dispostas. O canteiro revestido somente por grama está localizado entre o grande espelho d'água e a via que liga um lado ao outro do Eixo Monumental. Tomando-se o sentido transversal, os eixos dos volumes do palácio do Planalto e do STF não coincidem com o eixo que divide o grande plano da praça ao meio – eles estão paralelos (Desenho 4.1). O plano da fachada principal do palácio do Planalto

⁹⁴ Notas de aula da matéria do curso de mestrado da FAU-UnB: Brasília, ministrada por A.C. Carpintero.

está paralelo ao do plano da fachada lateral do edifício dos plenários, cuja distância é de 54 metros. No caso do Supremo, usando-se a mesma referência, a medida se repete (Desenho 4.1).

O volume do palácio do Planalto (Imagem 4.1) é um paralelepípedo com uma altura de 15 metros, caracterizado por sua horizontalidade. As colunas aparentes e posicionadas na periferia do edifício ligam-se perpendicularmente à fachada principal, imprimindo a percepção de que o volume está elevado do chão, ligado ao piso apenas por essa estrutura. Há, de fato, uma base que é o pavimento térreo, cujo pé-direito é de 4,40 metros. A característica horizontal predominante na volumetria é reforçada, de forma sutil, pela diferença entre o do nível dos pisos, que é marcado pelo revestimento da fachada. A impressão que se apreende é que o edifício faz parte do grande plano aberto, apesar da existência da via a sua frente. A área útil é um segundo paralelepípedo revestido com uma pele de vidro, que serve como pano de fundo para as colunas, proporcionando um contraste e, por conseguinte, potencializando a alvura das formas. O desenho desse revestimento imprime uma modulação vertical que se contrapõe à forma horizontal do volume.

O Supremo Tribunal Federal (Imagem 4.2) é o menor volume - um paralelepípedo com uma altura de 10,50 metros. O ritmo estrutural das colunas é de 12,50 metros que estão posicionadas nas fachadas laterais a leste e

a oeste, possibilitando a sua visibilidade de forma plena. Elas servem para reforçar a perspectiva apreendida deste lado da praça. Mais uma vez, tem-se a percepção de que o volume está elevado do chão, mas, desta feita, com um desnível bem menos acentuado – cerca de um metro. Não há um pavimento térreo, e sim, um subsolo, que comparece como uma base. A área útil, como acontece no palácio do Planalto, é revestida de pele de vidro, com um desenho de linhas em um ritmo vertical que impõe um contraponto à horizontalidade do volume. A pele de vidro está dividida em vãos de mesma dimensão por pilares quadrados revestidos em metal com uma tonalidade cinza escuro. Eles imprimem à fachada um alto-relevo e são suficientemente imperceptíveis quando o edifício é observado de pontos mais distantes. Percebe-se uma marcação entre os pisos dos andares, promovida pela pele de vidro, que acentua sutilmente o aspecto horizontal da volumetria.

O conjunto arquitetônico do Congresso Nacional é caracterizado por um volume tendendo para o prismático (Imagem 4.3). Como resultado do aproveitamento da diferença do nível natural do terreno, a cobertura do edifício dos plenários está no mesmo nível da Esplanada dos Ministérios, permitindo que as fachadas principal e posterior, voltadas para os sentidos oeste e leste respectivamente, ficassem visíveis. Quando observamos o conjunto arquitetônico do Congresso Nacional de pontos mais distantes da Esplanada dos Ministérios, tem-se a percepção de que as cúpulas estão sobre um traço grácil,

com o volume dos edifícios anexos em segundo plano (Imagem 4.4). Os volumes parecem uma grande escultura disposta no Eixo Monumental. O desnível entre a cobertura e o piso da praça tem cerca de 11 metros. A área útil recebe, assim como nos outros palácios, o revestimento em pele de vidro com o mesmo desenho. Percebe-se pela representação da planta baixa que há um mesmo ritmo estrutural nas fachadas frontal e posterior, cujo intervalo é de 10 metros. As colunas aparentes, desta feita, assumem uma forma menos particular: retangulares com terminações curvas. A cobertura tem a função ainda de servir como um grande espaço de contemplação, tanto para a cidade, como para a praça e o seu horizonte. As duas cúpulas, na interpretação de Niemeyer, passam a representar a estrutura bicameral do poder Legislativo – o desmembramento da cúpula única imaginada por Costa, imprimindo assim um novo significado a esse elemento. Apesar dos diferentes tamanhos e das posições invertidas, a altura é a mesma: 10 metros.

Os dois edifícios anexos (Imagem 4.3), com vinte e nove pavimentos, incluindo um que está semi-enterrado, são os mais verticais do conjunto arquitetônico da praça dos Três Poderes, com uma altura aproximada de 92,60 metros. A passarela liga os dois edifícios entre o 12º e 14º pavimentos. Nas suas fachadas foi utilizada, novamente, a pele de vidro, mas com um desenho próprio. Em um deles, o que se volta para o norte, recebeu um conjunto de brises metálicos. Quanto ao espelho d'água tem-se um belo efeito, o da

duplicação do conjunto arquitetônico do Congresso Nacional quando nele refletido (Imagem 4.5). Pode-se assim afirmar que o resultado plástico dessa obra é um dos que superam a idéia imaginada. Sobre ela Niemeyer assim explicita:

[...] no Palácio do Congresso, por exemplo, a composição se formulou em função desse critério, das conveniências da arquitetura e do urbanismo, dos volumes, dos espaços livres, da profundidade visual e das perspectivas e, especialmente, da intenção de se lhe dar um caráter de alta monumentalidade, com a simplificação de seus elementos e a adoção de formas puras geométricas

Daí decorreu todo o projeto do Palácio e o aproveitamento da conformação local, de maneira a criar no nível das avenidas que o ladeiam uma esplanada monumental e sobre ela fixas as cúpulas que deviam hierarquicamente caracterizá-lo ⁹⁵.

No caso das colunas do Supremo Tribunal Federal e do palácio do Planalto – uma derivação das do palácio da Alvorada (Imagem 4.6) – são caracterizadas pela esbelteza. O seu desenho é uma combinação de uma linha reta com duas linhas curvas, que estão mais próximas à base. O trecho formado

⁹⁵ NIEMEYER, Oscar. **Minha experiência em Brasília**. 4ª ed.. Rio de Janeiro: Revan, 2006, p.28

por essas curvas sofre um sensível acréscimo na espessura. As colunas criam um direcionamento voltado para cada um dos volumes dos edifícios, contendo-os e a proporcionar uma variedade de perspectivas a nossa percepção. Sobre a estrutura dos palácios, Niemeyer justificou: *“as afastei das fachadas criando um espaço vazio pelo qual, debruçado na prancheta, eu caminhava mentalmente, imaginando suas formas e os pontos de vista variados provocariam”*⁹⁶. Contudo, a percepção das colunas em sua forma plena só é possível quando são visualizadas de pontos mais próximos das fachadas laterais, de menor extensão. Sobre as colunas mais uma vez Niemeyer se pronunciou:

[...] nos Palácios do Planalto, do Supremo e da Alvorada, limitei-me a especular sobre a forma dos suportes ou das colunas propriamente ditas. Não desejava adotar as seções usuais, colunas cilíndricas ou retangulares – muito mais simples e econômicas -, mas procurar outras formas que, mesmo contrariando certas exigências funcionalistas, caracterizassem os edifícios, dando-lhes maior leveza, situando-os como que soltos ou apenas suavemente pousados no solo.⁹⁷

⁹⁶ C.f. revista Módulo: edição especial “Oscar Niemeyer”. Rio de Janeiro, 1983.

⁹⁷ NIEMEYER, Oscar. **Minha experiência em Brasília**. 4ª ed.. Rio de Janeiro: Revan, 2006, p.28.

Niemeyer utiliza rampas como a forma principal de acesso aos palácios, de forma semelhante ao que comparece na idéia imaginada. A rampa do palácio do Planalto (Imagem 4.1) está mais à direita de sua fachada principal, onde duas das colunas foram subtraídas. A sua presença potencializa essa ligação entre a praça e o edifício. Ela é a sua extensão e tem um forte apelo simbólico – um espaço utilizado para os cerimoniais, especialmente, para a recepção de chefes de estado e embaixadores. O parlatório, um paralelepípedo com terminações em semicírculo, tem uma altura de cinco metros e está posicionado em um dos intervalos do ritmo das colunas.

A rampa de acesso do Supremo Tribunal Federal (Imagem 4.2) está posicionada em um ponto simétrico; ligada ao edifício por uma extensão do piso do primeiro pavimento. Sua considerável largura imprime imponência ao volume, compensando as suas dimensões mais contidas. A rampa, assim como no palácio do Planalto foi utilizada como artifício para reforçar a ligação entre o edifício e a praça.

A cobertura do edifício dos plenários tem uma forma retangular recortada nos lados correspondentes às duas fachadas laterais. O recorte proporciona uma terminação em chanfros que faz com que o plano encontre as vias do Eixo Monumental em apenas dois pontos de cada lado (Desenho 4.1). Como que pousadas sobre a cobertura estão as duas cúpulas.

As duas fachadas dos dois edifícios anexos voltadas para o vão entre eles, são formadas por segmentos que formam um ângulo de 170°, em cujo encontro está o eixo da passarela, que faz a ligação entre os volumes em um ponto intermediário (Desenho 4.1). A terminação em ângulo foi um artifício utilizado com o intuito de evitar uma distorção na percepção das duas torres do Congresso Nacional em função da altura e da proximidade entre elas.

À frente do Supremo Tribunal Federal, a sua esquerda, está a escultura “A justiça”, de autoria de Alfredo Ceschiatti (Imagem 4.7). É um elemento robusto com uma altura de 3,30 metros. O material utilizado é o granito que assume uma forma bastante regular no seu resultado plástico. A escultura foi colocada sobre uma base em concreto de quarenta centímetros de altura, reforçando a sua elegância. Mais do que um referencial da praça, o trabalho de Ceschiatti imprime identidade ao edifício, ao representar o símbolo principal da justiça.

Na direção norte do plano da praça está a escultura “Candangos”⁹⁸ (Imagem 4.8), em bronze, que inicialmente tinha o nome de “Guerreiros”⁹⁹. É uma obra com uma altura de aproximadamente 7 metros feita em

⁹⁸ Segundo o “**Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**” a palavra candango é uma designação que os africanos davam aos portugueses, além de designação dada aos operários das grandes obras da construção de Brasília (DF), de ordinário vindos do N.E. P. ext. qualquer dos primeiros habitantes de Brasília (DF) (sic).

⁹⁹ C.f. revista **Módulo** especial 30 anos: “Brasília, 26 anos. Edição nº 89 / 90 – Jan / Fev / Mar / Abril, 1986.

bronze, caracterizada pela forma esbelta, onde se misturam linhas flexuosas e traços que se encontram em ângulos, cujos limites nos afiguram um retângulo, mimetizando assim a forma que predomina em todo conjunto arquitetônico. A obra é caracterizada ainda pela simetria dos elementos: duas figuras humanas com formas idênticas. O eixo que a divide é o mesmo eixo de uma das colunas do palácio do Planalto. É o elemento no plano da praça que tem a tonalidade mais escura. Apesar da escultura “Candangos” e o parlatório estarem posicionados em eixos diferentes (Desenho 4.1), a impressão que temos é que os dois compartilhariam de um mesmo eixo. As figuras humanas representadas na obra estão voltadas para o palácio Planalto, dando a percepção de que a escultura faz parte desse edifício – outro artifício utilizado para reforçar a ligação da obra com o plano da praça, compensando, nesse caso, a supressão de uma praça autônoma.

O Museu Histórico de Brasília (Imagem 4.9) comparece em uma posição mais ao meio do limite do plano da praça contíguo à via que liga um lado ao outro do Eixo Monumental. Ele é composto por dois volumes com uma altura de aproximadamente 7 metros. No primeiro, em posição assimétrica, que tem como função primordial o apoio do volume maior, está o acesso a entrada do espaço. Ele é um paralelepípedo com uma altura aproximada de 2,6 metros, que mede em planta baixa 9m por 7,5 metros, extrapolando os limites do museu e criando um alto relevo nas fachadas. O segundo volume, medindo 6m por 35

metros, é um paralelepípedo caracterizado pela forma bastante horizontal. Nas fachadas laterais percebem-se estreitas aberturas, cujas esquadrias dão-nos a impressão de que o volume está, com efeito, dividido em dois. Na fachada voltada para a praça está o busto em bronze de Juscelino Kubitschek. No paralelepípedo correspondente ao espaço do museu comparece uma inscrição com palavras proferidas por ele ¹⁰⁰. O projeto para o Museu Histórico de Brasília pode ser considerado uma referência à idéia de Le Corbusier para o monumento em homenagem a *Paul Vaillant* (Imagem 4.10).

No limite do plano da praça, próximo à base do triângulo, comparece a Casa de Chá, cuja cobertura tem 16m por 35 metros (Imagem 4.11). É uma construção semi-enterrada retangular que reproduz o grande retângulo do espaço aberto. Apesar da pequena distância entre a cobertura e o piso da praça, cerca de um metro e meio, é possível ver parte do espaço, cujo perímetro, recuado dos limites da cobertura, é revestido por uma pele de vidro, dando a percepção de que ela “flutua”. Este efeito somado à sua forma em planta baixa dá ao apreciador a leitura de que o volume é uma subtração do plano da praça.

¹⁰⁰ Palavras proferidas por Juscelino Kubitschek em 1956: “Dêste planalto central, desta solidão que em breve se transformará em cérebro *das altas decisões nacionais, lanço os olhos mais uma vez sobre o amanhã do meu país e antevejo essa alvorada com fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande destino*” (sic).

A cor branca predomina em todo o conjunto. Em função dos comentários de Niemeyer que assumiu a arquitetura colonial brasileira como uma referência utilizada para o desenho dos palácios, podemos supor que o uso da cor branca é uma outra forma de ligação com a arquitetura portuguesa, mais especificamente, as construções da região norte de Portugal. Através do branco, criou-se mais um artifício para dar unidade ao conjunto arquitetônico, proporcionando a percepção das formas em sua plenitude. A alvura do revestimento imprime o contraste entre os edifícios e a paisagem. Sobre as referências da arquitetura portuguesa nos desenhos dos palácios, Niemeyer asseverou:

[...] agrada-me sentir que essas formas garantiram aos palácios, por modestas que sejam, características próprias e inéditas e – o que é importante para mim - uma ligação com a velha arquitetura do Brasil colonial. Não como utilização simplista de elementos daquela época, mas exprimindo a mesma intenção plástica, o mesmo amor pela curva e pelas formas ricas e apuradas que tão bem a caracterizam.¹⁰¹

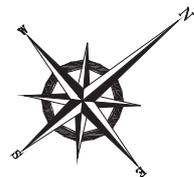
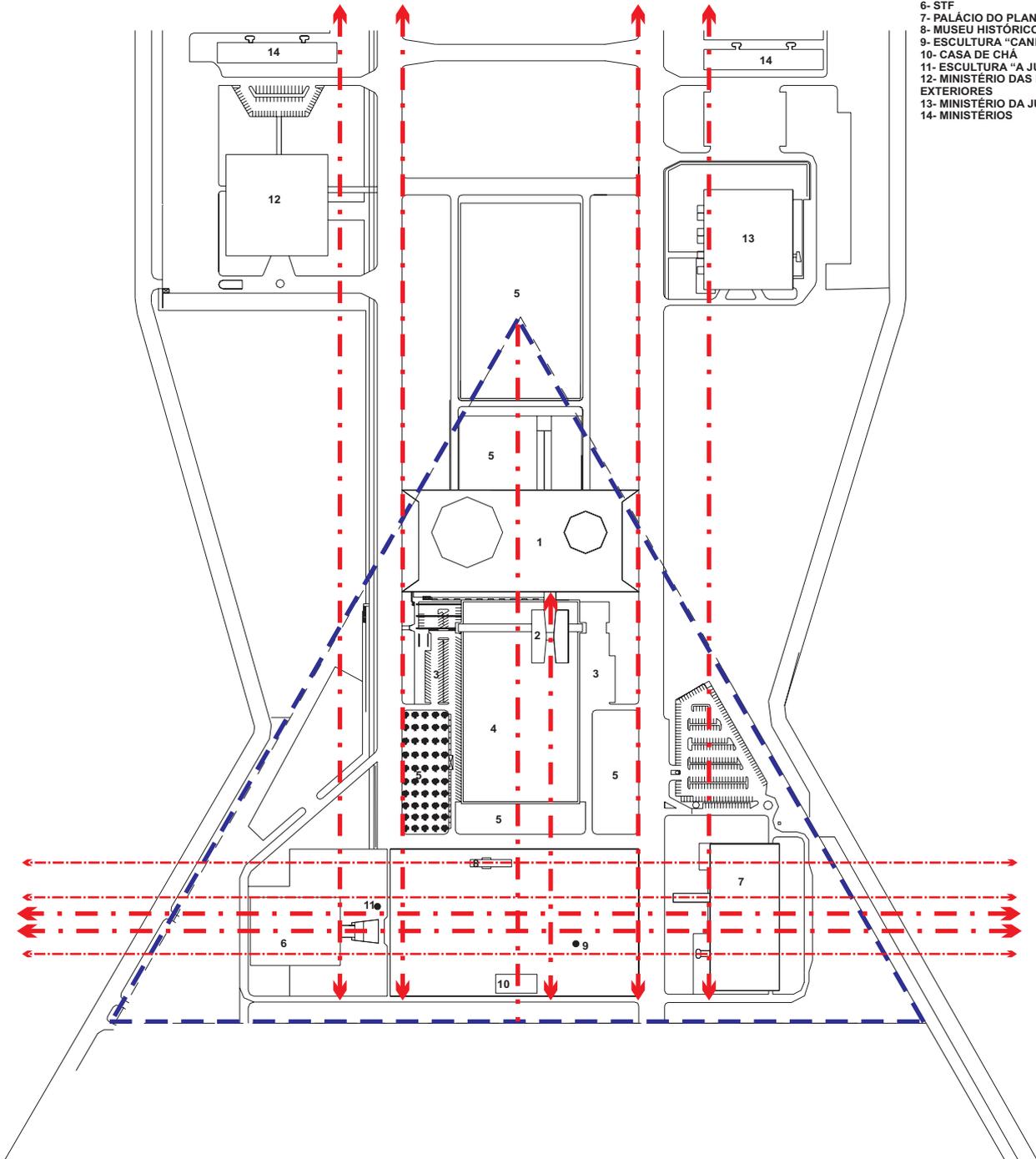
O vértice do grande triângulo equilátero marca um ponto – o que articula a praça dos Três Poderes com o Eixo Monumental - um percurso

¹⁰¹ NIEMEYER, Oscar. **Minha experiência em Brasília**. 4ª ed.. Rio de Janeiro: Revan, 2006, p.29.

insinuado e mensurável. A base do triângulo insinua uma expansão do espaço e volta-se para o horizonte, cujos limites, ao contrário, não podem ser medidos. O cerrado à sua frente, com efeito, é uma “extensão da praça”. A praça dos Três Poderes, portanto, ao mesmo tempo que está voltada para a parte da cidade composta pelos eixos, volta-se para imensidão da paisagem.

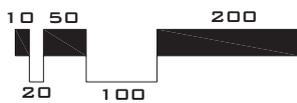
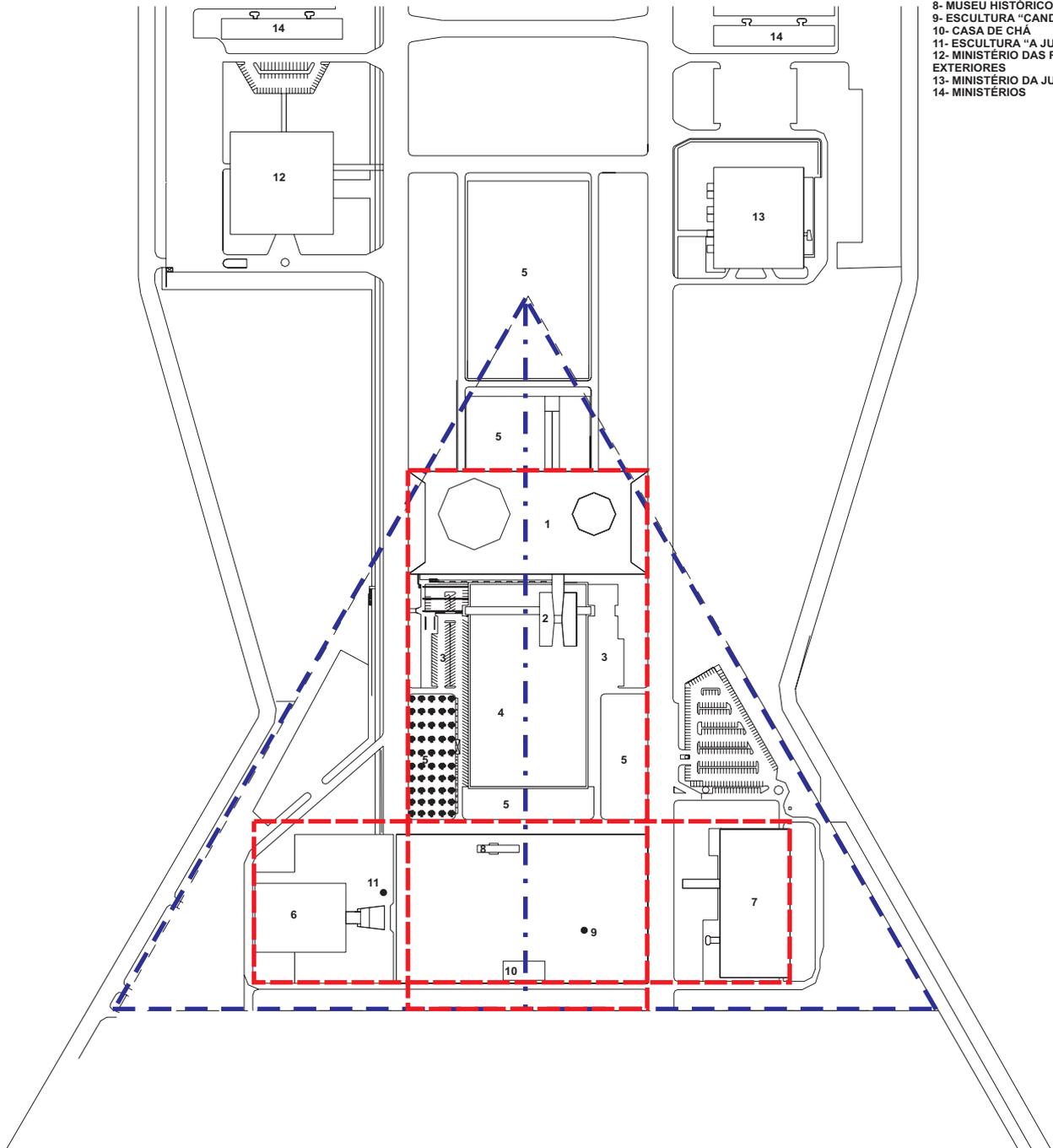
A PRAÇA CONSTRUÍDA (DESENHO 4.1)

- 1- EDIFÍCIO DOS PLENÁRIOS
- 2- EDIFÍCIOS ANEXOS
- 3- ESTACIONAMENTO
- 4- ESPELHO D'ÁGUA
- 5- CANTEIRO
- 6- STF
- 7- PALÁCIO DO PLANALTO
- 8- MUSEU HISTÓRICO DE BRASÍLIA
- 9- ESCULTURA "CANDANGOS"
- 10- CASA DE CHÁ
- 11- ESCULTURA "A JUSTIÇA"
- 12- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
- 13- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
- 14- MINISTÉRIOS



A PRAÇA CONSTRUÍDA (DESENHO 4.2)

- 1- EDIFÍCIO DOS PLENÁRIOS
- 2- EDIFÍCIOS ANEXOS
- 3- ESTACIONAMENTO
- 4- ESPELHO D'ÁGUA
- 5- CANTEIRO
- 6- STF
- 7- PALÁCIO DO PLANALTO
- 8- MUSEU HISTÓRICO DE BRASÍLIA
- 9- ESCULTURA "CANDANGOS"
- 10- CASA DE CHÁ
- 11- ESCULTURA "A JUSTIÇA"
- 12- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
- 13- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
- 14- MINISTÉRIOS



A PRAÇA CONSTRUÍDA (DESENHO 4.3)

- 1- EDIFÍCIO DOS PLENÁRIOS
- 2- EDIFÍCIOS ANEXOS
- 3- ESTACIONAMENTO
- 4- ESPELHO D'ÁGUA
- 5- CANTEIRO
- 6- STF
- 7- PALÁCIO DO PLANALTO
- 8- MUSEU HISTÓRICO DE BRASÍLIA
- 9- ESCULTURA "CANDANGOS"
- 10- CASA DE CHÁ
- 11- ESCULTURA "A JUSTIÇA"
- 12- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
- 13- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
- 14- MINISTÉRIOS

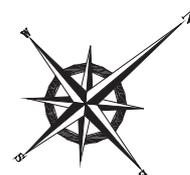
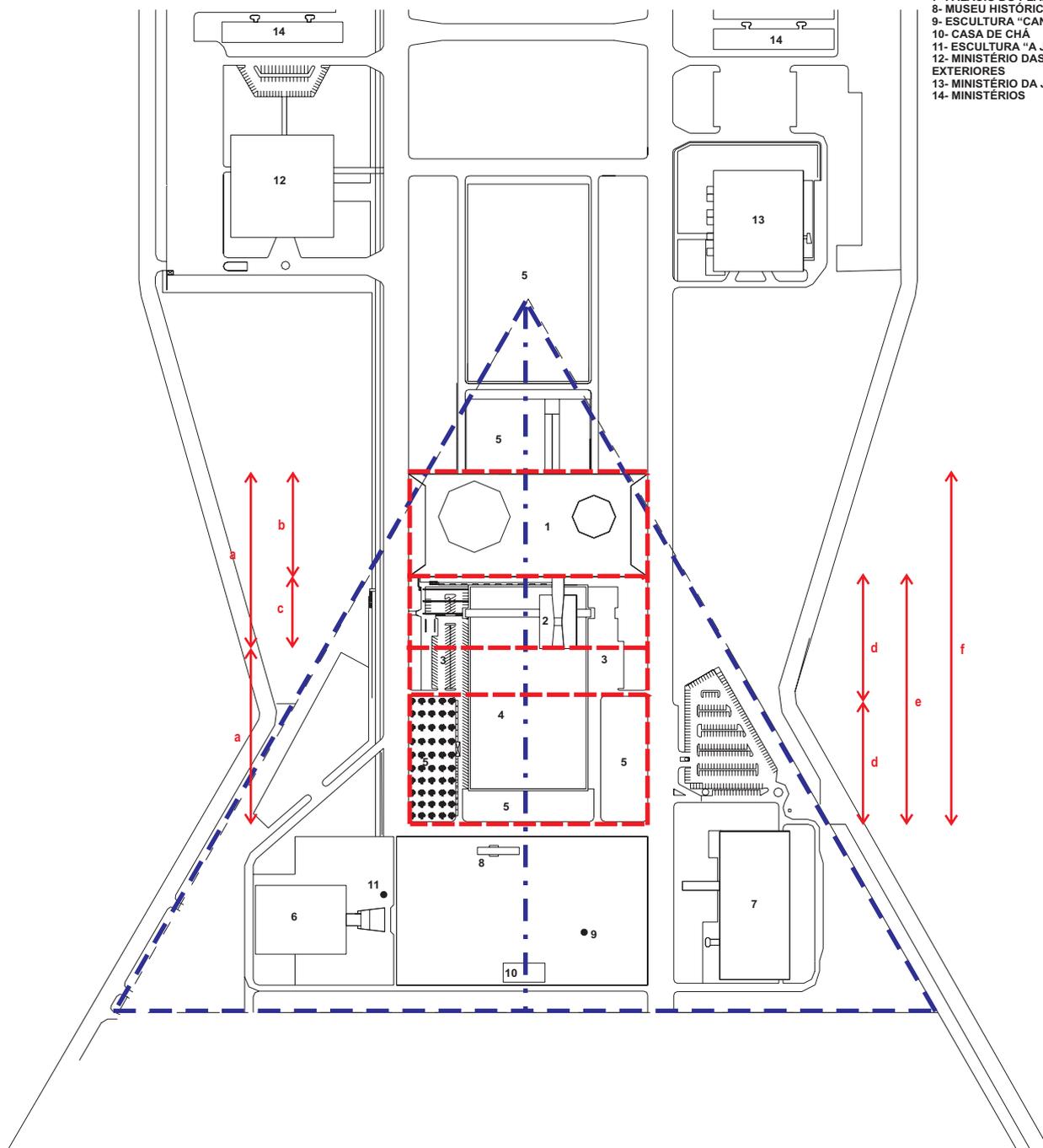




Imagem 4.1: palácio do Planalto (foto tirada pelo autor em 26 de Abril de 2008).



Imagem 4.2: Supremo Tribunal Federal (foto tirada pelo autor em 26 de Abril de 2008).



Imagem 4.3: Congresso Nacional (foto tirada pelo autor em 28 de Maio de 2008).



Imagem 4.4: vista do Congresso Nacional da Esplanada dos Ministérios (foto do autor tirada em Dezembro de 2006).



Imagem 4.5: um dos espelhos d'água do Congresso Nacional (retirada do site google.com.br em 12 de Julho de 2007) – s.d.

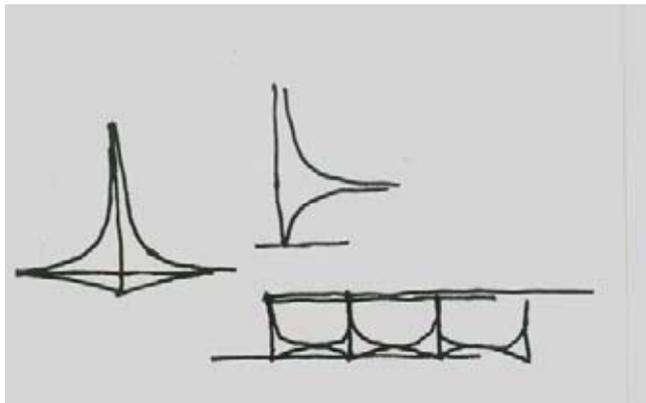


Imagem 4.6: desenho das colunas dos palácios do Supremo Tribunal Federal, do Planalto, e do Alvorada feitos Oscar Niemeyer (retirado do Livro “A forma na arquitetura”).



Imagem 4.7: escultura “A Justiça”, de autoria de Alfredo Ceschiatti (foto do autor tirada em 15 de Abril de 2007).



Imagem 4.8: escultura “Candangos”, de autoria de Bruno Giorgo (foto do autor tirada em 25 de Março de 2006).



Imagem 4.9: Museu Histórico de Brasília (foto do autor tirada em 26 de Abril de 2008).

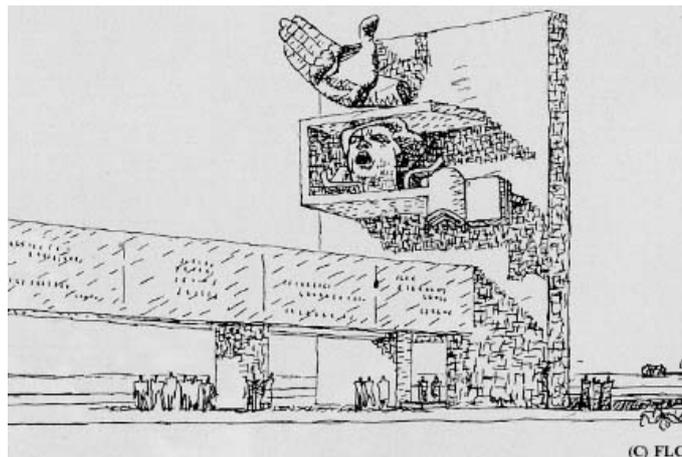


Imagem 4.10: idéia de Le Corbusier para o monumento em homenagem a Paul Vaillant (retirada do site fundação Le Corbusier em 15 de Janeiro de 2008).



Imagem 4.11: casa de chá (foto do autor tirada em 26 de Abril de 2008).

CAPÍTULO V

A PRAÇA MODIFICADA

A partir da inauguração a praça dos Três Poderes passou por várias intervenções (Desenho 5.1). Dentro do menor retângulo, que se relaciona com o triângulo, próximo à base, estão: o pombal (Imagem 5.1) e um palanque (Imagem 5.2), no sentido sul, o busto em homenagem ao Engenheiro Israel Pinheiro (Imagem 5.3) - imediatamente próximo ao Museu, o marco comemorativo do tombamento do Plano-Piloto (Imagem 5.4), no sentido norte, e o Espaço Lúcio Costa, no sentido oeste (Imagem 5.5). Na parte posterior do edifício do Supremo estão os seus dois anexos. Sendo que um deles encontra-se praticamente fora do triângulo (Desenho 9). Imediatamente após a sua base, criando o que pode ser entendido como a continuidade do maior dos retângulos que se relaciona com o triângulo, estão: o mastro da bandeira (Imagem 5.6) e o Panteão da Pátria Tancredo Neves (Imagem 5.7). São duas construções que se encontram fora da praça, mas que foram projetadas para compor com o resto do conjunto arquitetônico. Já bem distante, embora muito presente visualmente no

horizonte, está uma construção recente que merece citação: a sede da Procuradoria Geral da República (Imagem 5.8).

Cabe mencionar os quatro anexos construídos para atender a estrutura burocrática dos poderes Executivo e Legislativo que, da mesma forma, estão fora do limite do triângulo da praça. No caso do palácio do Planalto, o seu anexo está a leste, contíguo a sua fachada lateral direita.

Para o Congresso Nacional mais quatro anexos foram construídos. Três que atendem a Câmara dos Deputados estão no lado sul do Eixo Monumental e o quarto, para atender o Senado Federal, encontra-se no lado oposto.

Algumas das intervenções acabaram por interferir de forma significativa na concepção imaginada para a morfologia deste espaço. A descrição de cada uma delas seguirá uma seqüência cronológica, excetuando o Panteão e o mastro, por merecerem um comentário mais extenso.

O Pombal (1961) é a primeira construção erguida após a inauguração, mais precisamente, durante o governo do presidente Jânio Quadros. Sua forma em planta baixa tende para a forma quadrada e mede 2,20m por 2,30 metros. Ele está distante da base do triângulo cerca de 37 metros. Sua altura tem aproximadamente 13 metros. É o elemento mais vertical dos que

estão no grande espaço aberto. É uma obra em concreto aparente, caracterizado pela simetria. Nos pontos onde os dois volumes se tocam estão configurados três aberturas, cujas formas tendem para a elíptica. Elas têm tamanhos variados e estão dispostas em seqüência, servindo como abrigo para pombos. No topo, assim como na base, o volume termina em ângulos, formando vazios com formas triangulares, que imprimem certa leveza à obra, apesar da textura formada pela marca das formas utilizadas para o preenchimento com a massa do concreto estrutural. A construção do pombal é resultado de um pedido pessoal da primeira-dama, esposa do então, presidente Jânio Quadros, por entender que toda a praça deveria ter pombos. É uma obra que incita uma discussão muito mais do ponto de vista ético do que o seu papel do ponto de vista morfológico, pois satisfaz o desejo de uma cidadã sem a investidura de um cargo público.

Ainda nesta parte da praça, entre o pombal e a Casa de Chá, está localizado um piso com uma forma retangular, medindo 6m por 12,50 metros, que está elevado do chão 60 centímetros. É uma construção em concreto aparente caracterizada pela extrema simplicidade das formas ¹⁰² cuja função é a de servir como palanque.

¹⁰² Não há uma informação precisa a respeito da data de sua construção. Segundo Oscar Niemeyer, em entrevista realizada pelo autor, é possível que ela tenha sido realizada na mesma época da execução do pombal: década de sessenta.

Na década de oitenta foi construído o busto em homenagem ao engenheiro Israel Pinheiro. É um elemento retangular de pequenas dimensões, medindo 33cm por 80 centímetros, com uma altura de um metro e meio. Na parte superior da obra, em uma parte com uma área vazada com a forma quadrada, está o busto.

Na mesma década, foi erguido o marco comemorativo ao tombamento do Plano-Piloto (1988), de autoria de Oscar Niemeyer, uma escultura que toca o chão com uma pequena área de 27cm por 50 centímetros. É mais um elemento em concreto aparente, com esbelteza e pouca verticalidade. Sua altura aproximada é de 3,80 metros e sua forma, caracterizada pela irregularidade, é composta por linhas: curva, sinuosa, e oblíqua, assumindo uma expressão plástica bastante distinta dos outros elementos localizados na praça.

Na década de noventa mais três intervenções foram feitas. Em 1992, foi inaugurado o Espaço Lúcio Costa, construído em subsolo, na qual comparece apenas o seu acesso: uma escada, que mede 13m por 10 metros. Ele é uma construção em concreto aparente, onde parte do seu contorno serve como banco.

As outras intervenções feitas nesse período são os dois espelhos d'água, construídos por motivos relacionados à segurança. O primeiro (1991) está a frente do palácio do Planalto. Sua forma bastante irregular é formada por

uma continuidade de linhas em ângulo. Tomando o centro do espaço aberto ele é um elemento imperceptível.

O segundo espelho d'água, executado em 1999, a frente da fachada principal do edifício dos plenários, é uma composição de quatro áreas: duas com formas retangulares e duas configuradas por linhas sinuosas - parte dele está fora do triângulo. A construção desse conjunto de espelhos d'água acabou por reproduzir a idéia de Costa representada em um de seus *croquis*, que previa um elemento semelhante a frente do edifício dos plenários, como foi demonstrado.

Os edifícios anexos foram construídos entre a década de sessenta e a de noventa. Todos assumem formas retangulares. O anexo do palácio do Planalto (Imagem 5.8), inaugurado em 1978, tem quatro edifícios, contidos por um retângulo que mede 133m por 145 metros. Eles estão ligados por passarelas. São paralelepípedos com uma altura aproximada de 12 metros e seguem a mesma linguagem dos anexos do Supremo Tribunal Federal, recebendo um revestimento de brises metálicos. Eles estão ligados a este palácio por uma passarela que intercepta o seu subsolo. Todos estes edifícios anexos são imperceptíveis para um observador posicionado no plano aberto da praça, em função de sua altura comedida e do nível de suas implantações.

O primeiro anexo do Supremo Tribunal Federal (Imagem 5.9), dentro do triângulo, executado em 1966, é composto por dois edifícios: o menor mede 15,50m por 44 metros e o outro, de frente para a fachada posterior do Supremo, tem 18m por 109 metros. Os dois paralelepípedos têm as fachadas revestidas por brises, cuja altura tem aproximadamente 12 metros. Em função da existência de uma massa de vegetação suficientemente densa entre eles, sua presença é perceptível apenas em algumas áreas próximas ao lado do triângulo ao sul.

Em 1998 foi inaugurado o segundo anexo do Supremo Tribunal Federal (Imagem 5.10). O edifício principal assume no desenho em planta baixa uma forma curva, cuja largura mede cerca de 18 metros, enquanto os lados em curvatura medem respectivamente 158 metros e 138 metros. Cerca de 3% de sua área está dentro do triângulo. Esse anexo é composto por dois volumes. Contudo, somente o mais vertical, que encontra a base do triângulo, pode ser visto do plano da praça. Considerando o nível do seu piso térreo, sua altura tem aproximadamente 27,50 metros. O seu revestimento é em pele de vidro com um efeito espelhado, que reflete a paisagem, especialmente, o céu.

O segundo e o terceiro anexo (Imagem 5.11) da Câmara dos Deputados, inaugurados em 1966 e 1973 respectivamente, formam um conjunto contíguo ao Eixo Monumental no lado sul. O segundo anexo é composto por

dois edifícios com a mesma dimensão, medindo 144m por 17 metros. O terceiro anexo mede 61 m por 164 metros. Ligados por ligados por passarelas cobertas, esses edifícios repetem a tipologia dos anexos do Supremo Tribunal Federal e do palácio do Planalto. O mesmo acontece com a sua altura que tem aproximadamente 12 metros.

O quarto anexo (Imagem 5.12), inaugurado em 1981, que assim como o segundo e o terceiro tem o acesso principal pela via S2, mede em planta baixa 20m por 207 metros. Ele é o mais vertical de todos e o único perceptível do plano da praça. O edifício conta com dez pavimentos, incluindo a área útil da cobertura. Sua altura aproximada é de quarenta metros. Na fachada frontal comparece um pano de brises metálicos pintados na cor amarela, imprimindo, mesmo com a existência de uma distância sensível entre ele a praça, um contraste em relação ao aspecto monocromático do seu conjunto arquitetônico.

O segundo anexo do Senado (Imagem 5.13), construído em etapas (1970, 1977, 1979)¹⁰³, tem o acesso principal pela via N2. Ele é composto por dois edifícios: o primeiro mede 219m por 58 metros, enquanto o segundo tem 31m por 100 metros - dois paralelepípedos. O mais baixo tem uma altura

¹⁰³ Esse edifício anexo compreende três blocos: A, B, e C. Cada um deles corresponde a uma etapa da construção.

aproximada de 12 metros, enquanto o segundo, com o acesso principal pela via N2, tem cerca de 14 metros. Os edifícios são em concreto aparente.

O mastro da bandeira, projeto pelo arquiteto Sérgio Bernardes, foi erguido em 1972, durante o regime militar. O seu centro está distante 30 metros da base do triângulo e 140,50 metros do eixo central da praça, no sentido transversal - metade da distância entre o mesmo ponto e a fachada posterior do edifício dos plenários. Sua área circular tem um raio equivalente a quatro metros. O mastro e os dois edifícios anexos antes citados compartilham o mesmo eixo. Ele é a construção mais vertical, com uma altura de 100 metros. Em função da diferença de nível entre o piso da praça e o cerrado que é de 6 metros, tem-se a percepção, especialmente, de pontos mais distantes na cidade, que o mastro e as dos torres do Congresso Nacional teriam a mesma dimensão em altura. O seu volume como um grande triângulo alongado, está coroado por um elemento metálico vertical, para a colocação da bandeira. A estrutura tubular metálica, que representa o número de estados da federação na época da sua construção ¹⁰⁴, é disposta radialmente, proporcionando certa permeabilidade ao volume. A ausência de uma pintura para o acabamento imprime à obra uma tonalidade escura – um contraponto à alvura do conjunto arquitetônico. O mastro, construção para receber um símbolo nacional provoca ainda hoje uma

¹⁰⁴ Informação dada pela direção do Espaço Lúcio Costa.

discussão que tange tanto um questionamento do ponto de vista ideológico como do ponto de vista estético.

Na década de oitenta, foi erguido o Panteão (1986): uma composição de cinco elementos, em planta baixa. O que se encontra mais próximo ao mastro tem uma planta retangular que mede 7,20m por 4,8 metros, servindo de base a uma pira. O Panteão propriamente dito é um edifício em três níveis, com pisos de tamanhos variados. No nível de acesso, o mesmo do plano da praça, está o hall da entrada. No nível acima, fica o seu salão. No nível do chão, o auditório. Entre o Panteão e o mastro estão três paredes que em planta baixa são linhas em parte curvas, posicionadas em eixos e ângulos diferentes.

O conjunto arquitetônico do Panteão, como volumetria, é composto por cinco volumes. A base da pira é um deles, um elemento inclinado que toca o chão de forma oblíqua. Sua volumetria cresce em dimensão na direção do topo para a base. Sua altura tem aproximadamente 12 metros. Em seu topo encontra-se um elemento metálico vazado – uma escultura - com um desenho tendendo para um círculo, que serve como uma moldura para a pira¹⁰⁵. As três paredes, cujo conjunto forma o elemento intermediário têm um comprimento de 11,50 metros e uma altura de 8 metros. Elas formam uma composição caracterizada por certo movimento curvo e em eixos separados.

¹⁰⁵ A pira é acessa em dias comemorativos, como o do aniversário da cidade.

O Panteão é um volume irregular de grande robustez conformado por linhas sinuosas e oblíquas. Ele está ligado à praça por uma passarela, vencendo uma distância de 42 metros, comparecendo como uma grande “escultura”. Sobre o projeto, Oscar Niemeyer assim justificou a intenção plástica:

[...] situado diante da Praça dos Três Poderes, num local onde estava previsto o Museu Tiradentes que vai substituir, ele deveria se integrar plasticamente nos palácios que a compõem. Daí a minha preocupação de estudá-lo dentro desse critério, imaginando-o como se da Praça o estivesse olhando ou vendo-o de longe cercado pelos palácios do Congresso, do Planalto e do Supremo [...] não queria o Panteão retangular, por exemplo, acompanhando paralelamente a Praça dos Três Poderes, nem que a contrariasse perpendicularmente [...] uma escultura que nasce e se expande para os céus de Brasília [...] o interior do Panteão é bonito, que ele se insere harmoniosamente nos palácios da Praça e que ela se enriquecerá e terá mais vida como se impõe.¹⁰⁶

Algumas das intervenções, como o Panteão e a construção que recebe o busto de bronze em homenagem ao Engenheiro Israel Pinheiro, seguem o mesmo revestimento dos principais edifícios – o mármore branco. Entretanto, a partir da primeira modificação outros tipos de acabamento passaram a ser

¹⁰⁶ C.f. revista **Módulo** especial 30 anos: “Brasília, 26 anos. Edição nº 89 / 90 – Jan / Fev / Mar / Abril, 1986, p.127.

utilizados, como o concreto aparente, que comparece no pombal. A pele de vidro com efeito espelhado do segundo anexo do Supremo, apesar de não ser uma construção que faz parte do triângulo, em função de sua dimensão e localização, acaba por imprimir um novo resultado de acabamento vívido - totalmente diferenciado do restante do conjunto arquitetônico.

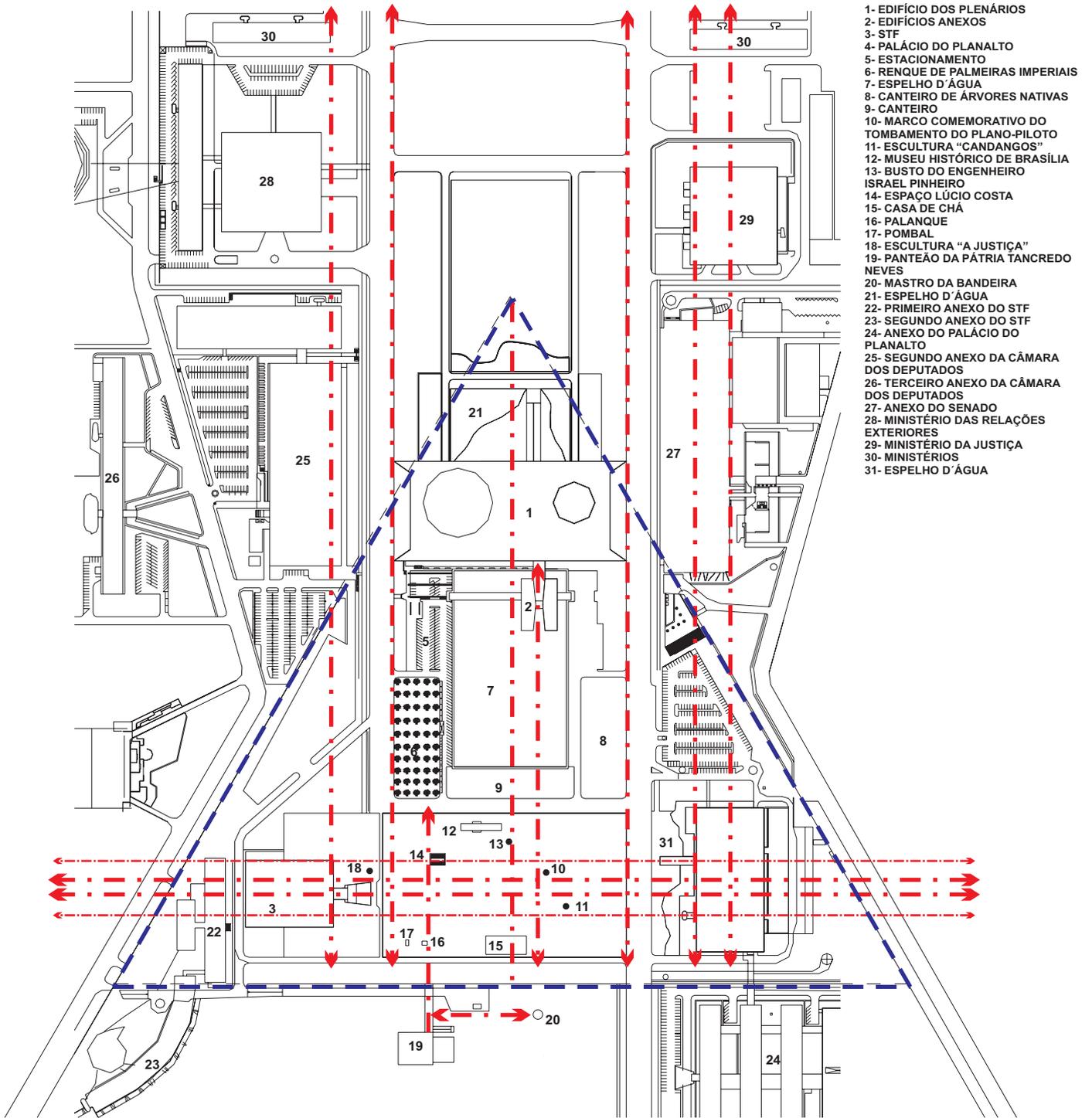
Cabe mencionar, levando-se em conta que a paisagem é um dos elementos compositivos da praça dos Três Poderes, a visão que se tem, na direção do lago Paranoá - sudeste -, onde comparece a sede da Procuradoria Geral da República (Imagem 5.14). Tomando determinados ângulos de visão a partir do plano aberto da praça, um dos seus volumes e o segundo anexo do Supremo parecem formar um só conjunto. Tal impressão é reforçada pelo mesmo material que os edifícios recebem em suas fachadas o que acaba por potencializar a danosa presença dessas duas obras na paisagem.

No cerrado mais três construções, cujos acessos dão-se pela via oriunda do Eixo Monumental, no lado norte, foram construídas: o Espaço Oscar Niemeyer (imagem 5.15); uma construção em madeira ocupada atualmente pelo chamado “Pavilhão das Metas” (Imagem 5.16); e, entre esses dois, o complexo cultural Israel Pinheiro¹⁰⁷. É mais um fato que leva a um questionamento de

¹⁰⁷ Obra em andamento

cunho ético, pois, a princípio, área verde, como elemento compositivo da praça dos Três Poderes, deveria permanecer intocado.

A PRAÇA MODIFICADA (DESENHO 5.1)



- 1- EDIFÍCIO DOS PLENÁRIOS
- 2- EDIFÍCIOS ANEXOS
- 3- STF
- 4- PALÁCIO DO PLANALTO
- 5- ESTACIONAMENTO
- 6- RENQUE DE PALMEIRAS IMPERIAIS
- 7- ESPELHO D'ÁGUA
- 8- CANTEIRO DE ÁRVORES NATIVAS
- 9- CANTEIRO
- 10- MARCO COMEMORATIVO DO TOMBAMENTO DO PLANO-PILOTO
- 11- ESCULTURA "CANDANGOS"
- 12- MUSEU HISTÓRICO DE BRASÍLIA
- 13- BUSTO DO ENGENHEIRO ISRAEL PINHEIRO
- 14- ESPAÇO LÚCIO COSTA
- 15- CASA DE CHÁ
- 16- PALANQUE
- 17- POMBAL
- 18- ESCULTURA "A JUSTIÇA"
- 19- PANTEÃO DA PÁTRIA TANCREDO NEVES
- 20- MASTRO DA BANDEIRA
- 21- ESPELHO D'ÁGUA
- 22- PRIMEIRO ANEXO DO STF
- 23- SEGUNDO ANEXO DO STF
- 24- ANEXO DO PALÁCIO DO PLANALTO
- 25- SEGUNDO ANEXO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
- 26- TERCEIRO ANEXO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
- 27- ANEXO DO SENADO
- 28- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
- 29- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
- 30- MINISTÉRIOS
- 31- ESPELHO D'ÁGUA

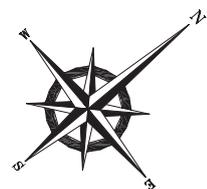
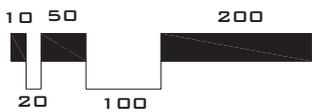




Imagem 5.1: pombal (foto do autor tirada em 02 de Julho de 2008).



Imagem 5.2: palanque (foto do autor, tirada em 26 de Abril de 2008).



Imagem 5.3: busto em homenagem ao engenheiro Israel Pinheiro (foto do autor, tirada em 15 de Abril de 2007).



Imagem 5.4: marco comemorativo ao tombamento do Plano-Piloto (foto do autor tirada em 15 de Abril de 2007).



Imagem 5.5: a entrada do Espaço Lúcio Costa (foto do autor tirada em 08 de Julho de 2007).



Imagem 5.6: mastro da bandeira (retirada do site google.com.br em 25 de Março de 2006).



Imagem 5.7: o Panteão da Pátria Tancredo Neves (foto do autor tirada em 20 de Maio de 2008).



Imagem 5.8: Anexo do palácio do Planalto (foto do autor tirada em 20 de Maio de 2008).



Imagem 5.9: o primeiro edifício anexo do Superior Tribunal Federal (foto do autor tirada em 20 de Maio de 2008).



Imagem 5.10: o segundo anexo do STF (foto do autor tirada em 20 de Maio de 2008).



Imagem 5.11: Anexo III da Câmara dos Deputados (foto do autor tirada em 20 de Maio de 2008).



Imagem 5.12: Anexo IV da Câmara dos Deputados (foto do autor tirada em 20 de Maio de 2008).



Imagem 5.13: anexo II do Senado Federal (foto do autor tirada em 20 de Maio de 2008).



Imagem 5.14: parte da sede da Procuradoria Geral da República (foto do autor tirada em 20 de Maio de 2008).



Imagem 5.15: Espaço Oscar Niemeyer (foto do autor tirada em 20 de Maio de 2008).



Imagem 5.16: Pavilhão das Metas (foto do autor tirada em 20 de Maio de 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O triângulo da praça dos Três Poderes, imaginado por Costa, tem uma presença mais virtual do que real. Ele foi utilizado como um elemento delimitador e ordenador do espaço, onde os palácios foram posicionados de acordo com a sua configuração.

A idéia de Costa para a praça dos Três Poderes, com sua forma inusitada, tem como a mais importante referência do ponto de vista plástico-espacial, dentro de variadas filiações estéticas, a praça medieval portuguesa, reproduzida nas cidades do Brasil-Colônia: um espaço circundado pela igreja e por edifícios institucionais. A praça dos Três Poderes, contudo, é um espaço laico, destituído da presença do poder sacro. Ela é a praça medieval portuguesa que se abre para o horizonte. A idéia de Lucio Costa resgata o principal da natureza desse tipo de praça: o aspecto simbólico.

O edifício anexo do Congresso Nacional, como elemento mais vertical da praça dos Três Poderes, remete-nos à filiação da idéia de Lucio Costa com praças de outras localidades na Europa. O volume anexo reproduz, a sua maneira, a presença das torres nas praças medievais européias, tais como a

piazza del Campo, em Siena e a praça de São Marco, de Veneza, com seu campanário. Na nossa praça, mesmo que virtual, o ponto focal, utilizado nas praças a partir do Renascimento, encontra-se presente.

As sedes dos poderes Judiciário e Executivo foram tratadas como elementos em uma volumetria mais contida em sua altura, demonstrando a intenção de Lucio Costa em imprimir uma relação de harmonia entre o conjunto arquitetônico da praça e a topografia de forma a interferir o mínimo possível no conceito fundamental do seu partido arquitetônico: a cidade debruçada sobre a paisagem.

O desenho da praça dos Três Poderes incorpora três princípios que Costa tomava como fundamentais para imprimir de forma adequada harmonia à obra arquitetônica: **Proporção**, **Comodulação**, e a **Modenatura**¹⁰⁸. O princípio da **Proporção** que determina um dimensionamento que gere uma equivalência entre as partes, através do uso de uma linguagem plástica comum entre elas, pode ser identificado nos edifícios das sedes dos poderes Judiciário e Executivo. Costa impõe às suas áreas as mesmas dimensões, indicando que os volumes, possivelmente, teriam similaridades. O princípio da **Comodulação** que significa a harmonia entre as partes e a sua relação com o todo, pode se apreendido nos dois grandes retângulos utilizados para estruturar e ordenar o

¹⁰⁸ COSTA, Lúcio. **Registro de uma vivência**. 1ª ed.. São Paulo: Empresa das Artes, 1995, p 117.

espaço, que colocam a praça como um ponto em comum e dão sólida unidade fechando a obra. O princípio da **Modenatura** que diz respeito às partes que devem ser tratadas de forma independente, com características plásticas que as identifiquem de uma forma própria, pode ser percebido na sede do Congresso Nacional, onde o edifício dos plenários foi coroado por uma cúpula.

Assim, com o uso da cúpula para coroar o edifício dos plenários, Lucio Costa fez uma referência importante ao que se transformou em um importante arquétipo utilizado na arquitetura desde a antiguidade: a mimetização do cosmos, mas que, da mesma forma, pode nos remeter ao ato de demarcação de um território.

Brasília foi construída em um período da história brasileira, que pode ser entendido como dúbio, onde a mentalidade desenvolvimentista do governo JK era, por assim dizer, complacente em relação à entrada do capital estrangeiro. Na visão de Costa, contudo, o desenvolvimento do país através da industrialização representava a possibilidade da igualdade social. A idéia para a praça dos Três Poderes é a tradução, como símbolo, do esforço feito através de uma ação coletiva, que de forma institucionalizada, estaria voltada para a construção de uma etapa na história que fosse marcada pela justiça social. Não por menos, os edifícios dos poderes da República estão sobre um “palco”, que se volta para o horizonte, assim como, não por menos, o edifício anexo do

Congresso Nacional deveria ser o mais alto da cidade. Sobre a importância da industrialização do país Costa asseverou:

[...] quando não desvirtuado pelos artificios e equívocos da propaganda comercial e da especulação ideológica, o desenvolvimento científico e tecnológico, além de libertar o homem da fome e da indigência, cria condições capazes de livrá-lo igualmente da vulgaridade e da sofisticação, esses dois extremos que é levado pelas contingências da falsa hierarquia social, e de o reconduzir àquela vida autêntica, simples, densa e natural, sensível e inteligente, digna verdadeiramente da sua condição. Por onde se comprova ser a industrialização intensiva a base mesma de um novo humanismo”¹⁰⁹.

No projeto interpretado Niemeyer não há um ritmo matemático determinado para o posicionamento dos palácios, diferentemente do que se pode supor na idéia de Costa, como foi demonstrado. Contudo, para cada um deles, Niemeyer imprimiu intenções plásticas próprias com grande intensidade, especialmente através das dimensões, potencializando assim, uma identidade particular para cada um deles. A interpretação que distingue claramente as funções de cada poder é precisa, sem que a harmonia plástica do conjunto arquitetônico fosse comprometida. Quando perguntado se a massa de vegetação

¹⁰⁹ COSTA, Lúcio. **Com a palavra, Lúcio Costa**. Organização: Maria Elisa Costa. 1ª ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001, p. 25.

como pano de fundo do STF e do palácio do Planalto foi uma idéia interpretada de um dos *croquis* de Lucio Costa, que insinua tal intenção, Niemeyer asseverou: “*Não. Entendi que essas árvores, através de um contraste, dariam mais elegância aos dois palácios*”¹¹⁰.

Levando-se em consideração a semelhança entre um dos desenhos de Lucio Costa, onde comparece uma forma tendendo para a elíptica e o desenho da planta baixa do palácio do Planalto, constata-se que houve uma inversão na posição das sedes dos poderes Executivo e Judiciário. Muito provavelmente por uma questão de segurança optou-se por colocar o palácio do Planalto contíguo à via do Eixo Monumental, com o intuito de facilitar o acesso ao edifício, assim como, a sua proteção em caso de uma necessária evacuação, em momentos de emergência.

Mesmo ao consideramos que há uma praça interpretada, onde não comparecem algumas construções que fazem parte da obra inaugurada em 1960, como a Casa de chá e o Museu Histórico de Brasília, pode-se afirmar que o projeto de Niemeyer respeitava consideravelmente o que imaginara Costa (Imagem 6.1). Os dois grandes retângulos virtuais que se relacionam com o triângulo traçado são preservados. A diferença fundamental está na mudança do sentido da via que liga um lado ao outro do Eixo Monumental. Ela não mais

¹¹⁰ Entrevista concedida ao autor por telefone no dia 20 de Junho de 2008, às 16 h.

penetra o espaço aberto da praça, mudando, portanto, a forma como o conjunto arquitetônico é percebido quando percorrido por veículos.

O plano aberto, como assim imaginou Costa, assumiu o aspecto de uma “praça seco”, mas foi estendido, proporcionando uma importante percepção: a de que a praça propriamente dita deve ser compreendida como o retângulo que se relaciona com o triângulo onde estão, além do plano aberto, o Supremo Tribunal Federal e o palácio do Planalto.

As esculturas e os outros elementos dispostos no plano aberto da praça acabam por assumir o papel de referenciais dentro do seu espaço.

Pode-se afirmar que no caso do Supremo Tribunal Federal a idéia de uma praça autônoma foi mantida. Nela está a escultura de Alfredo Ceschiatti que é, com efeito, um elemento utilizado para reforçar ainda mais uma identidade espacial própria ao edifício, como assim imaginou Costa, em um dos seus desenhos. O mesmo pode ser afirmado em relação a escultura “Candangos”, cujas figuras estão voltadas para o palácio do Planalto. Sua presença reforça definitivamente a ligação desse edifício com a praça, compensando o hiato existente em função de uma via entre eles.

A solução encontrada para o edifício dos plenários exprime maior sensibilidade em relação ao que tinha sido proposto por Lucio Costa. A

sua cobertura é um segundo miradouro, de onde é possível contemplar todo o espaço conformado pelo triângulo, o horizonte e a Esplanada dos Ministérios (Imagem 6.2). A utilização do corte no terreno, portanto, proporciona ainda mais a integração da praça dos Três Poderes com o restante da cidade. De alguns pontos do plano da praça é possível visualizar, mesmo que de forma parcial, além de alguns edifícios da Esplanada dos Ministérios, construções localizadas, por exemplo, no Setor Hoteleiro Norte.

Os edifícios-sede dos três poderes podem ser considerados obras-primas, alcançando o sublime. Sobre a interpretação de Niemeyer, Costa assim se pronunciou:

[...] não se trata de procura arbitrária da originalidade por si mesma, ou da preocupação alvar de soluções “audaciosas” – o que seria o avesso da arte -, mas do legítimo propósito de inovar, atingido o âmago das possibilidades virtuais da nova técnica, com a sagrada obsessão, própria dos artistas criadores verdadeiramente criadores, de desvendar o mundo formal ainda não revelado ¹¹¹.

Nos volumes do Supremo Tribunal Federal e do palácio do Planalto as colunas surgem como resultado de um belíssimo trabalho de

¹¹¹ COSTA, Lúcio. **Com a palavra, Lúcio Costa**. Organização: Maria Elisa Costa. 1ª ed.. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001, p 37.

“subtração” da “caixa moderna”. Segundo Carpintero, Niemeyer, nessas duas obras, acabou por criar uma nova ordem arquitetônica, mas sem a mesma capacidade de reprodução como acontece com as ordens clássicas ¹¹². O conjunto arquitetônico da praça dos Três Poderes, assim como as outras obras construídas em Brasília, nessa época, representam a afirmação da linguagem da arquitetura modernista brasileira. Sobre o projeto de Niemeyer, Costa assim se pronunciou:

[...] Oscar Niemeyer, tendo assimilado os princípios fundamentais e a técnica de planejamento formulados por Le Corbusier, foi capaz de enriquecer de maneira imprevista essa experiência adquirida. Imprimindo às formas básicas um novo e surpreendente significado, ele criou variantes e novas soluções cuja graça e requinte eram inovadores; repentinamente, os arquitetos de todo o mundo viram-se obrigados a tomar conhecimento da obra desse brasileiro anônimo que era capaz de transformar, sem nenhum esforço aparente – como que por um passe de mágica – qualquer programa estritamente utilitário num expressão plástica de puro refinamento [...] o seu trabalho pode parecer individualista no sentido de não corresponder exatamente às condições particulares locais, ou no de não expressar fielmente o grau de cultura de uma determinada sociedade. Este é, entretanto, o tipo de individualismo que se deve considerar produtivo e fecundo, pois representa um salto à

¹¹² Notas de aula da matéria do curso de mestrado da faculdade de arquitetura e urbanismo: Brasília.

frente e revela o que a arquitetura pode significar para a sociedade do futuro ¹¹³.

A presença do Museu, apesar de não bloquear em absoluto o a visão do edifício dos plenários, de fato, dificulta, a sua integração com o restante do conjunto, quando observado em posições mais ao centro do espaço aberto da praça. A presença do Museu cria a subdivisão do espaço. A “força centrípeta” na morfologia da praça imaginada por Costa perde consideravelmente a sua força.

As outras intervenções posicionadas no plano da praça não chegam a causar algum tipo de prejuízo à morfologia imaginada. A maior delas, o primeiro anexo do STF, em função de sua altura comedida e a presença de uma massa de vegetação suficientemente densa a sua frente, é imperceptível do plano aberto da praça.

O mastro da bandeira e o Panteão formam um outro conjunto de construções a frente da base do triângulo. O Panteão imprime um sentido de “fechamento” ao espaço da praça, dificultando a percepção do horizonte e sua significação como território nacional. A massa de verde suficientemente densa, contígua a ele, dificulta, ainda mais, a visibilidade da paisagem, quanto mais nos aproximamos dela.

¹¹³ COSTA, Lúcio. **Registro de uma vivência**. 1ª ed. São Paulo: Empresa das Artes, 1995, p. 196.

O mastro da bandeira desvirtua um dos conceitos mais importantes contidos na interpretação feita por Niemeyer: a existência de um eixo oriundo dos dois edifícios anexos em direção ao horizonte, sem que houvesse qualquer forma de obstrução.

O Panteão é um outro equívoco entre todas as intervenções sofridas pela Praça dos Três Poderes. Sua presença elimina por completo a “força centrífuga” pretendida para a morfologia do espaço, impedindo, portanto que o horizonte seja um dos seus elementos compositivos ao apreciarmos o aberto da paisagem. A sua forma “escultórica” desconsidera o retângulo como a forma predominante do conjunto arquitetônico e a clareza do ritmo estrutural comum entre os palácios – um dos elementos que imprimem unidade à obra. Esta obra rompe com a unidade do conjunto. As palavras proferidas por Niemeyer justificando o partido arquitetônico adotado para o Panteão, em sua tibieza, demonstram por si só o quanto sua presença representa uma ausência de sensibilidade e respeito em relação, especialmente, aos princípios morfológicos tão caros ao espaço, os quais ele inicialmente ajudou a firmar. Apenas o branco funciona como um elemento de ligação entre ele e os palácios. Considerando o apreço de Niemeyer pela praça de São Marco, em Veneza, é possível supor que a sua intenção ao projetar o Panteão foi a de imprimir à praça dos Três Poderes uma morfologia fechada. Para mostrar esta possível relação, empresto este trecho escrito por Niemeyer, na obra “Minha experiência em Brasília”:

[...] preocupava-me, fundamentalmente, que esses prédios constituíssem qualquer coisa de novo e diferente, que fugisse à rotina em que a arquitetura atual vai melancolicamente se estagnando, de modo a proporcionar aos futuros visitantes da Nova Capital uma sensação de surpresa e emoção que a engrandecesse e caracterizasse. Lembrava-me da Praça de São Marco na Itália, com o palácio dos Doges, da Catedral de Chartres, de todos esses monumentos que acabava de conhecer, obras que causam um impacto indescritível pela beleza e audácia com que foram realizadas, sem contribuírem para a emoção razões técnicas ou funcionais. É a beleza plástica apenas que atua e domina, como uma mensagem permanente de graça e poesia (sic).¹¹⁴

Há duas interpretações possíveis e contraditórias concernentes a relação entre o mastro e o Panteão. Tomando-se como de ponto de observação a sua rampa, percebe-se um espaço aberto entre duas das três paredes verticais ao seu lado, que permite a visualização do mastro (Imagem 6.3). Contudo, quando a observação dá-se no sentido oposto, elas, somadas ao renque de árvores, passam a ser um bloqueio para a visualização na direção ao Panteão (Imagem 6.4).

¹¹⁴ NIEMEYER, Oscar. **Minha experiência em Brasília**. 4ª ed..Rio de Janeiro: Revan, 2006, p. 10.

O segundo anexo do Supremo Tribunal Federal, em função da sua posição contígua à base da praça e da sua altura, constitui mais uma agressão aos conceitos primordiais plástico-espaciais imaginados para a praça, que determinavam a baixa altura dos palácios próximos à base do triângulo, com o intuito de preservar a visão do horizonte. Em um plano mais ao fundo os dois volumes cilíndricos da sede da Procuradoria Geral da República desrespeitam a escala pensada para a cidade como um todo. Como parte da obra é razoavelmente perceptível do plano aberto da praça em alguns pontos, ela passa a ser mais um bloqueio visual para a percepção e a significação da paisagem.

Na mais recente obra de autoria de Niemeyer, construída no lado oeste da Esplanada dos Ministérios, em um conjunto arquitetônico composto por uma biblioteca e um museu (Imagem 6.5), mais uma vez a cúpula foi utilizada. Apesar da distância que a separa do edifício dos plenários, ao consideramos que sua fachada frontal coloca-o em franca relação com a Esplanada dos Ministérios, a repetição dessa forma acaba por comprometer o efeito plástico, até então único, que o edifício dos plenários imprime a esse importante trecho do Eixo Monumental.

O deslocamento do Plano-Piloto para uma posição mais próxima mudou de forma fundamental a leitura intencionada da praça dos Três Poderes. Ela deixou de ser um “segundo centro”, um ponto nodal, gerando a percepção e

a opinião popular de que a praça dos Três Poderes foi construída em uma posição “excêntrica”, portanto, equivocada. A sua localização final, contudo, quando observada do lado oposto do lago Paranoá reforça o conceito de que a cidade está debruçada sobre a paisagem, chamando-nos a atenção cotidianamente para a bela integração entre ela e a paisagem em um sítio grandioso – a ratificação da compreensão que Costa teve em relação à “força do lugar”.

A praça dos Três Poderes certamente não transformou-se na “Versalhes do povo” como imaginou Costa. Mas, está longe de ser um espaço desprovido de um uso cotidiano. Ela tendo sido o local de realização de manifestações políticas e, principalmente, a realização de algumas cerimônias de natureza cívica (Imagem 6.6). A presença do mastro acabou por instituir uma tradição e uma atração turística: a solenidade para a troca da bandeira nacional, a cada primeiro domingo de cada mês ¹¹⁵ .

A praça dos Três Poderes cumpre ainda o papel de o principal marco de Brasília, contribuindo fortemente para a legibilidade do espaço urbano. Ela atua de forma fundamental na construção tanto da expressividade como na identidade da cidade - um símbolo. Algo necessário como um dos meios de expressão imanentes e resultantes da vida em coletividade.

¹¹⁵ De acordo com a tradição, a cada mês uma bandeira é oferecida por um estado da federação.

Esta dissertação, tomando uma relação direta com o tema desenvolvido, deixa como sugestão um trabalho investigativo que venha a abordar a comparação entre a praça dos Três Poderes na idéia de Costa e as praças com a mesma função que comparecem nos projetos concorrentes. O projeto para o Plano-Piloto carece de uma investigação mais aprofundada que pode gerar outras comparações importantes entre o espaço imaginado e a obra efetivamente construída, proporcionando uma considerável contribuição para o estudo sobre o urbanismo, no Brasil.

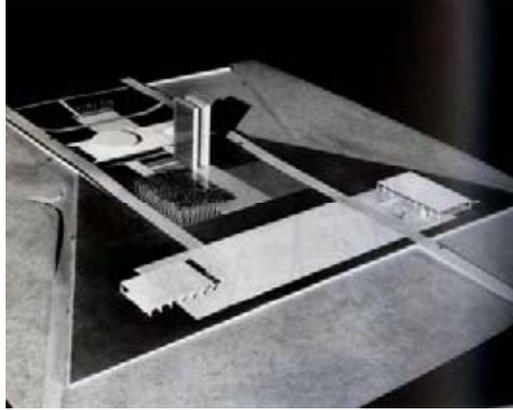


Imagem 6.1: foto da maquete da praça dos Três Poderes (retirada da revista Módulo nº 89).



Imagem 6.2: cobertura do edifício dos plenários (foto do autor tirada em 26 de Abril de 2008).



Imagem 6.3: o Panteão visto em uma posição próxima ao mastro (foto do autor tirada em 26 de Março de 2008).



Imagem 6.4: o mastro da bandeira visto da passarela de acesso ao Panteão (foto do autor tirada em 26 de Março de 2008).



Imagem 6.5: Um das cúpulas do Congresso e o Museu de Brasília (foto do autor tirada em 08 de Março de 2008).



Imagem 6.6: manifestação em frente ao palácio do Planalto (retirada do site google.com.br em 15 de Novembro de 2007).

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- BENÉVOLO, Leonardo. **História da cidade**. Tradução: Silvia Mazza. São Paulo: Perspectiva, 4ª ed.. 2007.
- BENÉVOLO, Leonardo. **A cidade e o arquiteto**. Tradução: Atílio Cancian. 2ª Ed. São Paulo, 2004.
- CAPINTERO, Antonio Carlos Carpintero. **Brasília: pratica e teoria urbanística no Brasil, 1956-1998**. São Paulo, 1998.
- COSTA, Lúcio. **Com a palavra, Lúcio Costa**. Organização: Maria Elisa Costa. 1ª ed.. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.
- COSTA, Lúcio. **Registro de uma vivência**. 1ª ed.. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.
- COSTA, Lúcio. **Memorial do Plano-piloto** . 1ª ed.. Brasília: Módulo Arquitetura Ltda, S.d.
- COSTA, Lúcio. **Arquitetura**. Organização: Maria Elisa Costa. 4ª ed.. Rio de Janeiro: José olympio, 2006, p. 123 a 125
- CRULS, L. Planalto **Central do Brasil (Relatório Cruls)**. Coleção Documentos brasileiros. Dirigido por Octávio Traquinilo de Souza. 3ª Ed.. Rio de Janeiro: José Olympio.
- DONALD, Belcher. **Relatório Técnico sobre a Nova Capital**. Disponível no site www.semarh.df.gov.br (antiga secretaria do Meio Ambiente do Distrito Federal). Acesso em: 22 de Mai. de 2006.
- DUARTE, Fábio. **Crise das matrizes espaciais**. 1ª ed.. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- ECO, Umberto. **Estrutura ausente**. Tradução: Eliana Aguiar. 1ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- FREITAS, Conceição. **A invenção – 50 anos do projeto de Lúcio Costa**. Jornal Correio Braziliense. Brasília: 16 de Março de 2007, p.1 a 8.
- GOROVITZ, Matheus. **Brasília uma questão de escala**. 1ª ed. São Paulo: Projeto, 1985.
- GOROVITZ, Matheus. **Os riscos do projeto: contribuição à análise do juízo**

estético na arquitetura. 1ª Ed.. Brasília: EDUNB, 1993.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa.** 2ª ed..Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Houaiss dicionário da língua portuguesa.** 1ª Ed..Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LAUANDE, Francisco. **O uso do pilotis em Brasília: do protótipo ao estereótipo.** Site www.vitruvius.com.br, 2006, artigo 171.

LE CORBUSIER. **Carta de Atenas.** Tradução: Rebeca Sherer. 1ª ed.. São Paulo:HUCITEC/EDUSP, 1993.

LORENZI, Henri. **Palmeiras brasileiras exóticas e cultivadas.** 1ª Ed..São Paulo: Nova Odessa, 2004.

MORRIS, A. E. J. **História de la forma urbana. Desde sus orígenes hasta la Revolución Industrial.** Colección: Arquitetura/Perspectivas. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1984.

NIEMEYER, Oscar. **Minha experiência em Brasília.** 4ª ed..Rio de Janeiro: Revan, 2006.

PANERAI, Philippe. **Análise urbana.** Tradução: Francisco Leitão . 1ª ed.. Brasília: EDUNB, 2006.

PECHMAN, Robert Moses. **Cidades Estreitamente vigiadas: o detetive o urbanista** . 1ª ed. São Paulo: Casa da palavra, 2002.

PRADO, Caio Jr. **Dialética do conhecimento.** 2ª ed.. São Paulo: Brasiliense, 1980.

PULS, Maurício. **Arquitetura e Filosofia.**1ª ed.. São Paulo: Anna Blune, 2006.

REIS, Nestor Goulart. **Evolução urbana do Brasil - 1500 a 1720.** 1ª Ed.. São Paulo: Editora PINI, 2001.

Revista Módulo especial 30 anos: **Brasília, 26 anos.** Edição nº 89 / 90 – Jan / Fev / Mar / Abril, 1986.

Revista Módulo edição especial: **Oscar Niemeyer.** Rio de Janeiro, 1983.

Revista Módulo nº 8. Rio de Janeiro, Julho de 1957.

ROBBA, Fábio; MACEDO; Silvio Soares. **Praças brasileiras**. 2ª ed.. São Paulo: EDUSP, 2003.

SALDANHA, Nelson. **O jardim e a praça**. 2ª ed.. Rio de Janeiro: Atlântica, 2005.

SEGAWA, Hugo. **Amor ao público: jardins no Brasil**. 1ª Ed.. São Paulo: Nobel, 1996.

SIQUEIRA, Vera Beatriz. **Burle Marx**. 1ª Ed.. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. Tradução: Lygia Araújo Watanabe .8ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

SENNETT, Richard. **Carne e Pedra**. Tradução: Silvia Mazza. 3ª ed... Rio de Janeiro: Record, 2003.

SVENSSON, Frank. **Arquitetura, criação e necessidade**. 1ª ed.. Brasília, EDUNB, 1992.

WISNIK, Guilherme. **Lúcio Costa**. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.

APÊNDICE

TABELA DE MEDIDAS (*)

	OBRA IMAGINADA (croqui 1)	OBRA IMAGINADA (croqui 2)	OBRA CONSTRUÍDA
TRIÂNGULO EQUILÁTERO			
Lado	683,00m	683,00m	683,00m
Área quadrada	193.972,00m ²	193.972,00m ²	193.972,00m ²
ESPAÇO ABERTO DA PRAÇA			
Medidas em planta baixa	-----	-----	125,00m x 220,00m
Área	15.217,00m ²	22.293,00m ²	27.500,00m ²
EDIFÍCIO DOS PLENÁRIOS			
Medidas em planta baixa	98,00m x 126m	87,00m x 87,00m + 85,00m x 80,00m (área com a cobertura em terraço)	
Área quadrada	12.348,00m ²	7.569,00m ² + 6.800m ²	15.145,00m ²
Ritmo da estrutura	-----	-----	15,00m (sentido longitudinal) e 10,00m (sentido transversal)
Altura	-----	-----	11,00 m em relação ao piso do espaço aberto da praça
Rampa			
Comprimento	-----	-----	68,00
Largura	-----	-----	12,00
Área quadrada da rampa	-----	-----	816,00m ²
CÚPULA			
Diâmetro	60,00m	48,00m	60,00m (representando a Câmara dos Deputados) 36,00m (representando o

			Senado Federal)
Altura	-----	-----	10,00m
Distância entre os centros das cúpulas e o limite da cobertura na fachada principal é equivalente a 36 metros			
Distância entre os centros das cúpulas e o limite da cobertura na fachada posterior é equivalente a 50 metros			
OS DOIS EDIFÍCIOS ANEXOS (Anexo I)			
Medidas em planta baixa	18,00m x 123,00m	18,00m x 97,00m	10,00m x 45,00m
Área quadrada	2.214,00m ²	1.746,00m ²	1.074,00m ² (considerando parte da área em ângulo)
Altura	-----	-----	92,60m
Vão entre os edifícios no ponto médio	-----	-----	6,00m (no ponto médio)
Anexo II			
Área quadrada	-----	-----	4.896,00m ²
Altura	-----	-----	12,00m
Anexo III			
Área quadrada	-----	-----	10.004,00m ²
Altura	-----	-----	12,00m
Anexo IV			
Área quadrada	-----	-----	4.140,00m ²
Altura	-----	-----	40,00m
Anexo II do Senado Federal			
Área quadrada	-----	-----	15.802,00 m ²
Altura	-----	-----	14,00m (o edifício contíguo à via N2) e 12,00m (o edifício contíguo a via do Eixo Monumental)
ESPELHOS D'ÁGUA (FACHADA POSTERIOR)			
Medidas	98,00m x 160,00m	85,00m x 173,00m	96,80m x 170,00m
Área	15.680,00m ²	14.705,00m ²	16.456,00m ²
ESPELHOS D'ÁGUA (FACHADA PRINCIPAL)			
Medidas em planta baixa	-----	105,00m x 105,00m	-----
Área quadrada	-----	11.025,00m ²	7.729,00m ²
CANTEIROS			
De gramíneas e			

palmeiras imperiais			
Medidas em planta baixa	34,50m x 160,00m	63,00m x 173,00m	39,00m x 105,00m
Área quadrada	5.520,00m ²	10.899,00m ²	4.095,00m ²
De gramíneas e árvores do cerrado			
Medidas em planta baixa	34,50m x 160,00m	63,00m x 173,00m	39,00m x 105,00m
Área quadrada	5.520,00m ²	10.899,00m ²	4.095,00m ²
De plantas gramíneas			
Medidas em planta baixa	-----	-----	27,60m x 110,00m
Área quadrada	7.267,00m ²	15.567,00m ²	3.036,00m ²
PALÁCIO DO PODER EXECUTIVO			
Medidas em planta baixa	70m x 70m	47,00m x 64,00m	58,00m x 125,00m
Área quadrada	4.900,00m ²	3008,00m ²	7.250m ²
Ritmo da estrutura	-----	-----	12,50m (sentido transversal) 15,00m e 11,00m (sentido longitudinal)
Altura	-----	-----	15,00m
Praça autônoma			
Medidas em planta baixa	70,00m x 74,00m	64,00m x 71,00m	-----
Área quadrada	5.180,00m ²	4.544,00m ²	-----
Parlatório			
Área quadrada	72,00m	-----	29,07m ²
Altura	-----	-----	5,00m
Rampa			
Comprimento	27,00m	27,00m	33,00m
Largura	12,00m	7,50m	7,50m
Área quadrada	324,00m ²	202,50m ²	247,50m ²
Anexo			
Área quadrada (retângulo que envolve os volumes)	-----	-----	19.285,00m ²
Altura	-----	-----	12,00m
Espelho d'água			
Área quadrada	-----	-----	1.573,00m
Medidas em planta baixa			
Área quadrada			

Altura			
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL			
Medidas em planta baixa	70,00m x 70,00m	60,00m x 60,00m	58,00 m x 76,00 m
Área quadrada	4.900,00m ²	3.600,00m ²	4.408,00m ²
Modulação da estrutura	-----	-----	12,50m (sentido longitudinal) 7,60 (sentido transversal)
Altura	-----	-----	10,50m
Praça autônoma			
Medidas em planta baixa	70,00m x 74,00m	60,00m x 60,00m	-----
Área quadrada	5.180,00m ²	3.600,00m ²	-----
Rampa			
Medidas em planta baixa			(Trapézio) 17,00m x 20,00m com altura igual a 12,50m
Área quadrada			115.62,00m ²
Anexo I			
Área quadrada	-----	-----	2.644,00m ²
Altura	-----	-----	12,00m
Anexo II			
Área quadrada	-----	-----	3.955,00m ²
Altura	-----	-----	30,00m
ESCULTURA “A JUSTIÇA”			
Altura	-----	-----	3,30m sob uma base de concreto de 40cm de altura
Área quadrada	-----	-----	2,23m ²
ESCULTURA “CANDANGOS”			
Altura	-----	-----	7,00m
Área quadrada	-----	-----	5,00 m ²
CASA DE CHÁ			
Medidas em planta baixa	-----	-----	16,00m x 35,00m
Área quadrada	-----	-----	560,00m ²
Altura	-----	-----	1,50m
MUSEU HISTÓRICO DE BRASÍLIA			
Medidas em planta baixa			9,00m x 7,50m

Área quadrada			67,50m ²
Altura			2,62,00m
Medidas em planta baixa	-----	-----	6,00m x 35,00m
Área quadrada	-----	-----	210,00m ²
Altura	-----	-----	7,00m
POMBAL			
Medidas em planta baixa	-----	-----	2,20m x 2,30m
Área quadrada	-----	-----	5,00m ²
Altura	-----	-----	13,00m
ESPAÇO LÚCIO COSTA (ENTRADA)			
Medidas em planta baixa	-----	-----	13,00m x 10,00m
Área quadrada	-----	-----	130,00 m ²
Observações: Por tratar-se de uma obra construída no subsolo, as medidas do espaço foram desconsideradas.			
BUSTO EM HOMENAGEM AO ENGENHEIRO ISRAEL PINHEIRO			
Medidas em planta baixa	-----	-----	0,33m x 0,80m
Área	-----	-----	0,26m ²
Altura	-----	-----	1,53m
MARCO COMEMORATIVO DO TOMBAMENTO DO PLANO-PILOTO			
Medidas em planta baixa	-----	-----	0,27m x 0,50m
Área	-----	-----	0,13m ²
Altura	-----	-----	3,80m
PALANQUE			
Medidas em planta baixa	-----	-----	6,00 m x 12,50m
Área quadrada	-----	-----	75,00m ²
Altura (piso do palanque em relação ao piso da praça)	-----	-----	0,60m
MASTRO DA BANDEIRA			
Medidas em planta baixa	-----	-----	R= 4,00m
Área quadrada	-----	-----	50,00m ²
Altura	-----	-----	100,00m
PANTEÃO DA PÁTRIA			

TANCREDO NEVES			
Área quadrada	-----	-----	1.623,00m ²
Altura	-----	-----	21,00m
BASE DA PIRA			
Medidas em planta baixa	-----	-----	4,80m x 7,20m
Área quadrada	-----	-----	34,56m ²
Altura	-----	-----	18,00m
PAREDES			
Comprimento	-----	-----	11,50m
Altura	-----	-----	12,00m
RETÂNGULOS ESTRUTURADORES DO ESPAÇO			
Compreendendo a sede do poder legislativo, o edifício anexo, canteiros, o espelho d'água e o espaço aberto da praça.	167,00m x 590,00m	211,00m x 590,00m	200,00m x 590,00m
Compreendendo as sedes dos poder Judiciário e Executivo e o espaço aberto da praça.	100,00m x 468,00m	110,00m x 474,00m	129,00m x 447,00m
OUTRAS DIMENSÕES			
Distância entre o espaço aberto da praça e base do triângulo	43,00m	39,00m	23,00m
Distância entre o espaço abeto da praça e o vértice do triângulo equilátero	443,00m	440,00m	448,00m
Retângulo que compreende o Congresso Nacional, os canteiros e o espelho d'água	167,00m x 458,00m	211,00m x 464,00m	200,00m x 292,00m
Retângulo que compreende o edifício dos plenários e o edifício anexo	167,00 x 243,00m	211,00m x 200,00m	200,00m x 147,00m
Retângulo que compreende os canteiros e o espelho d'água	167,00 x 214,00m	211,00m x 264,00m	200,00m x 206,00m
Distância entre a fachada posterior do edifício dos plenários e o centro da praça	340,00m	325,00m	281,00m
Distância entre as fachadas principais das	170,00m	190,00m (Executivo), 178,00m (Judiciário)	165,00m (Executivo), 145,00m (Judiciário)

sedes dos poderes Judiciário e Executivo e o centro da praça			
Distância entre o mastro da bandeira e a base do triângulo	-----	-----	30,00m
Distância entre o mastro da bandeira e o centro da praça	-----	-----	140,50m

(*) Para o cálculo de área quadrada dos edifícios foi considerada a área de cobertura.